



MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS
REZENDE FILHO, D.D. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

Assunto: Renovação de Outorga

RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no C.N.P.J. sob o nº 75.452.284/0001-56, com endereço à Rua Carlos Joffre do Amaral, nº 67, 2º andar, Centro, CEP: 88.501-015, Lages, estado de Santa Catarina, vem, tempestivamente, por intermédio de seus procuradores subscritos *in fine*¹, requerer a juntada do competente requerimento padronizado de RENOVAÇÃO DE OUTORGA anexo², firmado pelo próprio representante legal da entidade, o Sr. Carlos Joffre do Amaral Netto, acompanhado dos documentos pertinentes, em atenção ao artigo 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, com redação dada pela Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, objetivando a renovação por novo período, compreendido entre 01.05.2024 a 01.05.2034, da concessão que lhe foi outorgada anteriormente para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptada em frequência modulada na localidade de Lages, estado de Santa Catarina.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Brasília – DF, 10 de outubro de 2023.


RODOLFO MACHADO MOURA
OAB/DF nº 14.360


LUCAS CARDOSO DE OLIVEIRA
OAB/DF nº 46.149

¹ Instrumento de mandato outorgado pela representante legal da Rádio Araucária Ltda., o Sr. Carlos Joffre do Amaral Netto.

² Requerimento padronizado de renovação de outorga, firmado pelo representante legal da Rádio Araucária Ltda., o Sr. Carlos Joffre do Amaral Netto, acompanhado dos documentos pertinentes.





MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

**REQUERIMENTO PADRONIZADO DE RENOVACÃO
DE OUTORGA FIRMADO PELO PRÓPRIO
REPRESENTANTE LEGAL**



SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul
CEP: 71.615-560 Brasília – DF
Telefone / Whatsapp: (61) 3879.5003
contato@mouraeribeiro.adv.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL (Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:		Rádio Araucária Ltda.	
CNPJ:	75.452.284/0001-56	CEP da sede:	88.501-015
Endereço da sede:		Rua Carlos Joffre do Amaral, nº 67, 2º andar, Centro, Lages – SC	
E-mail de contato:		contato@mouraeribeiro.adv.br	
Serviço a ser renovado:	(X) Radiodifusão sonora	(X) em frequência modulada (migração AM/FM) () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:		01/05/2024 a 01/05/2034	
Localidade da renovação:		Lages	UF: SC

Eu, **CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO**, inscrito no CPF sob o nº 933.804.299-53, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho apresentar o pedido de **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

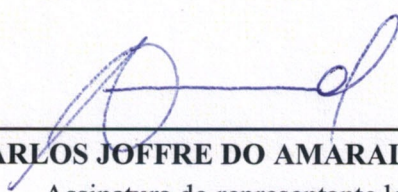
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Lages – SC, 4 de setembro de 2023.



CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO
Assinatura do representante legal

Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

**CERTIDÃO SIMPLIFICADA DO ÓRGÃO DE
REGISTRO E ÚLTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CONSOLIDADA**

SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul
CEP: 71.615-560 Brasília – DF
Telefone / Whatsapp: (61) 3879.5003
contato@mouraeribeiro.adv.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração



CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: RADIO ARAUCARIA LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede) 42200503264	CNPJ 75.452.284/0001-56	Arquivamento do ato Constitutivo 23/04/1981	Início da atividade 23/04/1981
Endereço: RUA CARLOS JOFFRE DO AMARAL, 67 2º ANDAR, , LAGES, SC - CEP: 88501015			

OBJETO SOCIAL		
EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO SONORA EM QUALQUER MODALIDADE, COM FINALIDADES EDUCATIVAS, CULTURAIS, INFORMATIVAS E COMERCIAIS, NA CIDADE DE LAGES, ESTADO DE SANTA CATARINA, OU EM QUALQUER OUTRA LOCALIDADE DO TERRITÓRIO NACIONAL, MEDIANTE PERMISSÕES OU CONCESSÕES QUE VENHAM A SER OBTIDAS DO GOVERNO; PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET; SERVIÇOS DE MÍDIA DIGITAL, REDES SOCIAIS E PORTAL;		
CAPITAL SOCIAL	PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R\$ 18.000,00 DEZOITO MIL REAIS R\$ Capital integralizado: 18.000,00 DEZOITO MIL REAIS	Não	XXXXXX

QUADRO SOCIOS E ADMINISTRADORES			
Nome/CPF	Participação R\$	Cond./Administrador	Término do mandato
RITA DE CASSIA RIBEIRO AMARAL 422.069.449-87	180,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO 933.804.299-53	17.820,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO 933.804.299-53	0,00	ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX

ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data 17/04/2023	Número 20230386873	REGISTRO ATIVO	SEM STATUS

Ato: 002 - ALTERAÇÃO
Evento: 051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA	
NIRE: XXXXXX	CNPJ: XXXXXX
Endereço: XXXXXX	

Observação

238026000

página: 1/2

CONTROLE: 13485283865345 CPF SOLICITANTE: 031.223.089-32 NIRE: 42200503264 EMITIDA: 05/09/2023 PROTOCOLO: 238026000



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração



CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: RADIO ARAUCARIA LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42200503264	75.452.284/0001-56	23/04/1981	23/04/1981
Endereço: RUA CARLOS JOFFRE DO AMARAL, 67 2º ANDAR, ., LAGES, SC - CEP: 88501015			

FLORIANOPOLIS - SC, 5 de Setembro de 2023

LUCIANO LEITE KOWALSKI

238026000

página: 2/2

CONTROLE: 13485283865345 CPF SOLICITANTE: 031.223.089-32 NIRE: 42200503264 EMITIDA: 05/09/2023 PROTOCOLO: 238026000



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA.
CNPJ 75.452.284/0001-56
NIRE 42.2.0050326.4

10ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, nascido na cidade de Lages/SC, administrador de empresa, inscrito no CPF sob n. 933.804.299-53, portador da Carteira de Identidade n. 2.474.824, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado na Rodovia João Paulo, nº 2608, Apt. A-201, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88030-300; e **RITA DE CÁSSIA RIBEIRO AMARAL**, brasileira, natural da cidade de Lages - SC, divorciada, aposentada, residente e domiciliada na cidade de Lages - SC, à Rua Caetano Vieira da Costa, n. 550, ap. 12, Centro, CEP 88502-070, inscrita no CPF/MF sob nº 422.069.449-87 e portadora da Cédula de Identidade RG nº 127.636, expedida pela SSP/SC; únicos sócios quotistas da sociedade limitada que gira sob denominação social de **RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA.**, com sede na Rua Carlos Joffre do Amaral, nº 67, 2º andar, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, CEP 88501-015, inscrita no CNPJ sob o nº 75.453.284/0001-56, com contrato social arquivado na JUCESC sob nº 42200550326, em 23/04/1981, **RESOLVEM**, por este instrumento, alterar seu contrato social, mediante as cláusulas que seguem:

1 - DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL:

1.1. Fica incluído no objeto social "Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; Serviços de mídia digital, redes sociais e portal". Em razão dessa modificação no objeto social, a cláusula 2ª do contrato passará a ter a seguinte redação:

Cláusula 2ª: *A sociedade tem como objeto social:*

- a) a exploração de serviços de radiodifusão sonora em qualquer modalidade, com finalidades educativas, culturais, informativas e comerciais, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, ou em qualquer outra localidade do território nacional, mediante permissões ou concessões que venham a ser obtidas do Governo;*
- b) Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet;*
- c) Serviços de mídia digital, redes sociais e portal.*



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/04/2023 Data dos Efeitos 14/04/2023

Arquivamento 20230386873 Protocolo 230386873 de 14/04/2023 NIRE 42200503264

Nome da empresa RADIO ARAUCARIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 824189442215580

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>



2. DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL:

2.1. Fica neste ato consolidado o contrato social, passando a sociedade a reger-se em conformidade com a legislação vigente e com as cláusulas e condições seguintes:

RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA.
CNPJ 75.452.284/0001-56
NIRE 42.2.0050326.4

CONTRATO SOCIAL

CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, nascido na cidade de Lages/SC, administrador de empresa, inscrito no CPF sob n. 933.804.299-53, portador da Carteira de Identidade n. 2.474.824, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado na Rodovia João Paulo, nº 2608, Apt. A-201, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88030-300;

RITA DE CÁSSIA RIBEIRO AMARAL, brasileira, natural da cidade de Lages - SC, divorciada, aposentada, residente e domiciliada na cidade de Lages – SC, à Rua Caetano Vieira da Costa, n. 550, ap. 12, Centro, CEP 88502-070, inscrita no CPF/MF sob nº 422.069.449-87 e portadora da Cédula de Identidade RG nº 127.636, expedida pela SSP/SC

I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL, INICIO E PRAZO.

Cláusula 1ª: A sociedade gira sob a denominação social de **RADIO ARAUCÁRIA LTDA.**, e tem sua sede na Rua Carlos Joffre do Amaral, n.º 67, 2º andar, centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, CEP 88501-010.

Cláusula 2ª: A sociedade tem como objeto social:

- a) a exploração de serviços de radiodifusão sonora em qualquer modalidade, com finalidades educativas, culturais, informativas e comerciais, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, ou em qualquer outra localidade do território nacional, mediante permissões ou concessões que venham a ser obtidas do Governo;
- b) Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet;
- c) Serviços de mídia digital, redes sociais e portal.

Cláusula 3ª: A sociedade iniciou suas atividades em 20 de março de 1981 e tem seu prazo de duração indeterminado.

II – DO CAPITAL SOCIAL, QUOTAS, COTISTAS E RESPONSABILIDADE:

Cláusula 4ª: O capital social, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), fica dividido e representado por 36.000 (trinta e seis mil) cotas, todas nominativas, subscritas e



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/04/2023 Data dos Efeitos 14/04/2023

Arquivamento 20230386873 Protocolo 230386873 de 14/04/2023 NIRE 42200503264

Nome da empresa RADIO ARAUCARIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 824189442215580

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

17/04/2023

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

Instrumento Particular da 10ª (décima) Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade Rádio Araucária Ltda.

integralizadas, no valor nominal de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real), cada uma, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

Sócio	Nº de cotas	Valor R\$	Percentual %
Carlos Joffre do Amaral Netto	35.640	17.820,00	99,00
Rita de Cássia Ribeiro Amaral	360	180,00	1,00
Total	36.000	R\$18.000,00	100,00%

Cláusula 5ª: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Art. 1.052 do Código Civil.

Cláusula 6ª: A quota de capital é indivisível e não poderá ser transferida, alienada ou caucionada a qualquer título a terceiros, sem o consentimento expresso de sócios que detenham mais de um quarto das quotas representativas do capital social.

Cláusula 7ª: A participação de sócios estrangeiros ou pessoa jurídica, em qualquer caso, fica limitada ao disposto na legislação específica.

III – DO AUMENTO E DIMINUIÇÃO DE CAPITAL, RETIRADA DE SÓCIO:

Cláusula 8ª: Em caso de aumento do valor do capital social, terão preferência os sócios quotistas para subscrição, na proporção das quotas que possuírem.

Cláusula 9ª: Em caso de diminuição do valor do capital social, será proporcional a cada quota.

Cláusula 10ª: O sócio que desejar se retirar da sociedade ou transferir suas quotas, deverá notificar por escrito à sociedade, discriminando preço, prazo e forma de pagamento, para que esta, através dos demais sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência. O que deverá fazer dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento da notificação.

Cláusula 11ª: Em caso de falecimento de um dos sócios, sociedade continuará com os sócios remanescentes, passando as quotas do “de cujus” para os herdeiros, que se farão representar na sociedade pelo inventariante até a divisão do quinhão respectivo.

Cláusula 12ª: Os sócios eventualmente nas condições previstas nas cláusulas 10ª e 11ª, receberão o valor das quotas, fixado em balanço especial de apuração de haveres e pago em 24 (vinte e quatro) parcelas, mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a aprovação do referido balanço.

IV – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO, DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS/PREJUÍZOS:

Cláusula 13ª: O exercício social coincidirá com o ano-calendário e a 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, nos termos dos artigos 1.065, 1.188 e 1.189, do Código Civil/2002, para a apuração de lucros ou prejuízos; e, dos lucros líquidos assim apurados serão distribuídos em partes iguais a cada uma das quotas, ou de forma desproporcional mediante deliberação, podendo a critério dos sócios ficar em reserva na sociedade.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/04/2023 Data dos Efeitos 14/04/2023

Arquivamento 20230386873 Protocolo 230386873 de 14/04/2023 NIRE 42200503264

Nome da empresa RADIO ARAUCARIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 824189442215580

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

17/04/2023

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

Instrumento Particular da 10ª (décima) Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade Rádio Araucária Ltda.

Cláusula 14ª: Os prejuízos que forem verificados serão mantidos em conta especial, para serem amortizados nos 4 (quatro) exercícios seguintes. Não sendo amortizados no prazo estabelecido, os prejuízos serão suportados pelos sócios de forma proporcional às suas quotas.

Cláusula 15ª: A sociedade manterá os registros contábeis necessários.

V – DA ADMINISTRAÇÃO, SUA REMUNERAÇÃO E REUNIÕES DOS SÓCIOS

Cláusula 16ª: A sociedade será administrada por um Diretor, sendo-lhe atribuído os poderes de representação ativa e passiva, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos necessários para a consecução do fim social e desempenho das funções, podendo, ainda, nomear procurador(es) com finalidades específicas..

Cláusula 17ª: A sociedade passa a ser administrada pelo sócio CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO.

Cláusula 18ª: Pelos serviços prestados à sociedade caberá ao Diretor, uma retirada mensal a título de pró-labore, cujo valor será definido em Reunião dos Sócios Quotistas.

Cláusula 19ª: Fica vedado o uso da firma, sob qualquer pretexto ou modalidade em operações ou negócios estranhos ao objeto social, em especial a prestação de avais, endossos, fianças ou cauções de favor.

Cláusula 20ª: A administração da sociedade será exercida, sempre, por brasileiro(s) nato ou naturalizado(s) a mais de 10 (dez) anos.

Cláusula 21ª: Será realizada reunião ordinária dos sócios nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social com o objetivo de, nos termos do artigo 1078, do Código Civil/2002:

- a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
- b) designar administradores, quando for o caso;
- c) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 22ª: A sociedade não poderá deter concessões ou permissões para executar os serviços de radiodifusão, além dos limites fixados na legislação em vigor.

Cláusula 23ª: A sociedade se obriga a cumprir rigorosamente às leis, regulamentos e instruções emanadas do poder concedente, referente a execuções dos serviços de radiodifusão.

Cláusula 24ª: O presente contrato poderá ser alterado, no todo ou em parte, nos termos do disposto no artigo 1.076, I combinado com o artigo 1.071, V, do Código Civil/2002, pela aprovação de titulares de quotas correspondentes, no mínimo, a dois terços do capital social, independentemente da assinatura dos demais, para todos os efeitos de direito, inclusive para: promover alterações ou substituições na Gerência e Administração, cisão,



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/04/2023 Data dos Efeitos 14/04/2023

Arquivamento 20230386873 Protocolo 230386873 de 14/04/2023 NIRE 42200503264

Nome da empresa RADIO ARAUCARIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 824189442215580

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

17/04/2023

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

Instrumento Particular da 10ª (décima) Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade Rádio Araucária Ltda.

fusão ou incorporação, renunciando todos os sócios ao direito de recesso, bem como, se lhe ou lhes parecer conveniente, para deliberar a dissolução da sociedade.

CLÁUSULA 25ª: *As deliberações que envolvam a nomeação de administradores, mandatários, dissolução da sociedade, destituição de administrador sócio ou não, pedido de concordata, exclusão de sócio com justa causa, aprovação das contas da administração, nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas, bem como demais modificações do contrato social serão apuradas em reunião de sócios.*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - *As reuniões serão convocadas mediante correspondência via correios, correspondência eletrônica ou qualquer outra forma que oportunize a ciência prévia e inequívoca para o ato, ou, ainda, mediante publicação conforme disposto no Código Civil, sempre que houver necessidade.*

PARÁGRAFO SEGUNDO - *As deliberações tomadas em reunião serão registradas em ata que será levada a registro no ___ Cartório de Títulos e Documentos de Lages/SC, nos termos do artigo 1.150, do Código Civil/2002, ficando, assim, dispensada a manutenção do livro de Atas.*

Cláusula 26ª: *Os casos omissos serão regulados pelo ordenamento jurídico brasileiro.*

Cláusula 27ª: *Fica eleito o foro da comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, como competente para dirimir dúvidas ou questões oriundas deste instrumento."*

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

3.1. Cumprida a presente alteração contratual, reger-se-á a sociedade pelo disposto no contrato social acima consolidado.

Declaração de desimpedimento: Os sócios declaram que não estão impedidos por lei especial, nem condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

E, por estarem todos de pleno e comum acordo é que firmam este instrumento, em 01 (uma) via, ficando tudo como bom, firme e valioso para todos os efeitos legais.

Lages/SC, 29 de março de 2023.

Carlos Joffre do Amaral Netto

Rita de Cássia Ribeiro Amaral



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/04/2023 Data dos Efeitos 14/04/2023

Arquivamento 20230386873 Protocolo 230386873 de 14/04/2023 NIRE 42200503264

Nome da empresa RADIO ARAUCARIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 824189442215580

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

17/04/2023

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



230386873

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	RADIO ARAUCARIA LTDA
PROTOCOLO	230386873 - 14/04/2023
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42200503264
CNPJ 75.452.284/0001-56
CERTIFICO O REGISTRO EM 17/04/2023
SOB N: 20230386873

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20230386873

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 42206944987 - RITA DE CASSIA RIBEIRO AMARAL - Assinado em 13/04/2023 j s 16:46:05

Cpf: 93380429953 - CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO - Assinado em 14/04/2023 j s 16:30:26



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/04/2023 Data dos Efeitos 14/04/2023

Arquivamento 20230386873 Protocolo 230386873 de 14/04/2023 NIRE 42200503264

Nome da empresa RADIO ARAUCARIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 824189442215580

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

17/04/2023

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

CERTIDÕES REGULARIDADE FISCAL

SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul
CEP: 71.615-560 Brasília – DF
Telefone / Whatsapp: (61) 3879.5003
contato@mouraeribeiro.adv.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 75.452.284/0001-56 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 23/04/1981
NOME EMPRESARIAL RADIO ARAUCARIA LTDA.		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO ARAUCARIA		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R CARLOS JOFFRE DO AMARAL	NÚMERO 67	COMPLEMENTO 2. ANDAR
CEP 88.501-015	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO LAGES
UF SC		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (49) 3222-4928	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 21/08/2023 às 15:29:55 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 753909
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

NOME: RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA.

Raiz do CNPJ: 75.452.284

País endereço da sede : BRASIL

Estado endereço da sede : SANTA CATARINA

Município endereço da sede : LAGES

Endereço da sede : Rua Carlos Joffre do Amaral, nº 67, Centro, 2º andar

Certidão emitida às 16:19 de 21/08/2023.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO ARAUCARIA LTDA.
CNPJ: 75.452.284/0001-56

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:14:35 do dia 09/08/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 05/02/2024.

Código de controle da certidão: **2BD5.3AB2.ACC1.D91A**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): RADIO ARAUCARIA LTDA
CNPJ/CPF: 75.452.284/0001-56

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão: 230140221797420
Data de emissão: 09/08/2023 17:15:29
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): 05/02/2024

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço:
<http://www.sef.sc.gov.br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 21/08/2023 15:32:10

Assinado por SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 82.951.310/0001-56 - Data/Hora: 21/08/2023

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

RADIO ARAUCARIA LTDA CNPJ: 75452284000156

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Esta certidão NÃO É VALIDA para comprovar:

A quitação de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador de Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelo contribuintes optantes pelo Simples Nacional.

Código de Controle

CWSE2V25A0QICX51

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Lages (SC), 10 de Outubro de 2023





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO ARAUCARIA LTDA.

CNPJ: 75.452.284/0001-56

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:08:08 do dia 10/10/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 09/11/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 75.452.284/0001-56
Razão Social: RADIO ARAUCARIA LTDA
Endereço: R CARLOS JOFRE DO AMARAL 67 / CENTRO / LAGES / SC / 88501-015

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/10/2023 a 06/11/2023

Certificação Número: 2023100802074034877555

Informação obtida em 10/10/2023 13:06:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO ARAUCARIA LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 75.452.284/0001-56

Certidão nº: 42522206/2023

Expedição: 21/08/2023, às 15:31:06

Validade: 17/02/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO ARAUCARIA LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **75.452.284/0001-56**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

PROVAS DE CONDIÇÃO DE BRASILEIROS NATOS

SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul
CEP: 71.615-560 Brasília – DF
Telefone / Whatsapp: (61) 3879.5003
contato@mouraeribeiro.adv.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

REGISTRO GERAL 127.636 DATA DE EXPEDIÇÃO 05/JUL/2011
 NOME RITA DE CÁSSIA RIBEIRO AMARAL
 FILIAÇÃO DIMAS ALCIDES RIBEIRO
 GENNY DA FONSECA RIBEIRO
 NATURALIDADE LAGES SC DATA DE NASCIMENTO 19/JUL/1953
 DOC ORIGEM CERT. CAS. 11479 LV B/39 FL 63
 CART. RAMOS - LAGES SC
 CPF 422.069.449-87
 Assinatura: Adriane B. Carvalho Farias
 Papiloscopista
 LAGES - SC
 ASSINATURA DO DIRETOR
 LEI Nº 7.116 DE 29/08/83
 THOMAS GREG & SONS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFEZA DO CIDADÃO
 INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

1º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE LAGES
 Rua Coronel Córdova, nº 135 - Centro - CEP 88502-000 - FONE/FAX: (49) 3222-0869 / 3222-0236 - Lages - SC
LÚCIA REGINA ARRUDA NEVES - TABELIA
 e-mail: primeirotab.lages@bol.com.br

AUTENTICAÇÃO
 Autentico a presente cópia por ser uma reprodução fiel da face do documento original que me foi apresentado. Dou fé.
 Em Teste da Verdade. Lages-SC, 07 de Fevereiro de 2014
 DANIELA FERNANDES CEVEI-ESCREVENTE NOTARIAL
 Selo digital de fiscalização do Tipo-NORMAL-DJQ44075-OKE7
 Emol: R\$2,60 - Selo(s): R\$1,45 = R\$4,05

Confira os dados do ato em www.tjsc.jus.br/selo

EM BRANCO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLÍCIA DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.474.824-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 12/MAR/1997

NOME CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO

FILIAÇÃO ROBERTO ROGERIO DO AMARAL
RITA DE CASSIA RIBEIRO AMARAL

NATURALIDADE LAGES SC DATA DE NASCIMENTO 23/OUT/1976

DOC ORIGEM C NASC 4025 LV A - 5 FL 33
CART LAGES SC

CPF BALTAZAR ANTONIO GARCIA
Delegado de Polícia
Adjunto à 8ª DAP - Lages-SC

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO

Ng de Inscrição
933804299-53

Data do Nascimento
23/10/76

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura
CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO

S
E
R
V
I
C
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 17/04/98





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA.**, pessoa jurídica inscrita no C.N.P.J. sob o nº 75.452.284/0001-56, com endereço à Rua Carlos Joffre do Amaral, nº 67, 2º andar, Centro, CEP: 88.501-015, Lages, estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu sócio administrador **CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO**, devidamente inscrito no C.P.F. sob o nº 933.804.299-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores **RODOLFO MACHADO MOURA**, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB/DF sob o nº 14.360, e **LUCAS CARDOSO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB/DF sob o nº 46.149, ambos com endereço indicado no rodapé e integrantes do escritório **MACHADO MOURA E CARDOSO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade de advogados regularmente inscrita no C.N.P.J. sob o nº 07.028.086/0001-00 e na OAB/DF sob o nº 1001/04 – RS, aos quais confere os poderes necessários das cláusulas “*ad judicium e extra*”, para atuarem perante o **Ministério das Comunicações – MCOM**, com **poderes específicos e limitados** para acompanharem e instruírem procedimentos administrativos, utilizando qualquer plataforma eletrônica disponível, tais como PROTOCOLO DIGITAL (GOV.BR), CADSEI/SEI/SUPER/MOSAICO/SISRD, em especial os que versam sobre alteração contratual, renovação de outorga, licitações e procedimentos de seleção de canais de radiodifusão, apuração de infração, interrupção de serviço, formalização de outorga, outorga de RTR, declaração de composição societária, nome fantasia, aumento de potência, adaptação de outorga, transferência direta, consignação de canal digital, alteração de geradora, inclusão de canal RTVD primário e secundário, alteração técnica/licenciamento, transferência de autorização RTV, adaptação de autorização RTV (primarização), devolução de canal analógico, devolução de canal em OM, extinção de autorização RTV, autorização para funcionamento em caráter científico e experimental, parcelamento administrativo de débitos, podendo participar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive firmar e subscrever requerimentos, formulários, declarações e contratos/aditivos/termos, solicitar informações, apresentar e juntar documentos, respostas de exigências, manifestações diversas, pedidos de prorrogação de prazo, defesas, alegações finais e recursos administrativos, requerer e participar de audiências com as autoridades competentes, pedir cópias e vistas de processos e documentos e realizar cadastros eletrônicos, sendo vedado o substabelecimento, o presente mandato possuirá validade de 03 (três) anos.

Lages – SC, 27 de abril de 2023.


CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO
REPRESENTANTE LEGAL

SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul
CEP: 71.615-560 Brasília – DF
Telefone / Whatsapp: (61) 3879.5003
contato@mouraeribeiro.adv.br



Recibo Eletrônico de Protocolo - 11158776

Usuário Externo (signatário): Rodolfo machado moura (E)
Data e Horário: 10/10/2023 13:36:22
Tipo de Peticionamento: Processo Novo
Número do Processo: 53115.026522/2023-13
Interessados:

Rodolfo Machado Moura

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Documento Principal:
 - Requerimento Renovação de Outorga (2024/20348774)
- Documentos Essenciais:
 - Documento de Representação Legal Procuração 11158775

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos do processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e de documentos digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem que isso seja de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos processuais, que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando a prática dos atos até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independentemente de qualquer outro fator;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do Poder Judiciário, sob o link: <https://portal.trf4.jus.br/portal/autenticidade-assinatura>.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

Data de Envio:
11/03/2024 11:02:16

De:
MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:
cgfm@mcom.gov.br

Assunto:
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

Mensagem:
Processo nº: 53115.026522/2023-13

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AG - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação de RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA (CNPJ nº 75.452.284/0001-56), executante do serviço de radiodifusão frequência modulada de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outro administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

D.O. 21. 26.08.85



Decreto n.º 91.571 de 23 de agosto de 1985

Renova as concessões outorgadas às entidades que menciona para explorarem serviços de radiodifusão sonora em onda média, nas cidades e unidades da Federação indicadas.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos MC nºs 29104.000050/84, 80.882/83, 29106.000119/84, 29100.000236/84, 160.799/83, 29100.000323/84, 29102.000252/84, 29109.000018/84 e 29107.000135/84, decreta:

Art. 1º - Ficam, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovadas, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1984, as concessões outorgadas às entidades relacionadas neste artigo, junto com os seus demais elementos identificadores, para explorarem, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 974, de 22 de novembro de 1946.
Entidade: MULTISON - RÁDIO JORNAL LTDA.
Cidade: Leopoldina
Unidade da Federação: Minas Gerais.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 452-C, de 23 de junho de 1961.
Entidade: JK SANTA CATARINA EMPRESA DE COMUNICAÇÕES LTDA.
Cidade: Tubarão
Unidade da Federação: Santa Catarina.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 871, de 15 de outubro de 1955.
Entidade: RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA.
Cidade: Lages.
Unidade da Federação: Santa Catarina.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 287, de 24 de abril de 1958.
Entidade: RÁDIO EMISSORA PORTOFELICENSE LTDA.
Cidade: Porto Feliz
Unidade da Federação: São Paulo.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 319, de 21 de julho de 1959, revigorada pela Portaria CONTEL nº 308, de 29 de agosto de 1968.
Entidade: RÁDIO SANTA CRUZ LTDA.
Cidade: Ilhéus
Unidade da Federação: Bahia.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 926, de 19 de outubro de 1951.
Entidade: RÁDIO DAS NAÇÕES DE ITATIBA LTDA.
Cidade: Itatiba
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de outorga: Portaria MVOP nº 863, de 11 de outubro de 1948, revigorada pela Portaria MC nº 39, de 17 de janeiro de 1969.
Entidade: SOCIEDADE RÁDIO CULTURA JAGUARÃO LTDA.
Cidade: Jaguarão
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 368, de 12 de agosto de 1960.
Entidade: RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE GOIÂNIA LTDA.
Cidade: Goiânia
Unidade da Federação: Goiás.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 278, de 06 de abril de 1954.
Entidade: RÁDIO EMISSORA DE ALAGOINHAS LTDA.
Cidade: Alagoinhas
Unidade da Federação: Bahia.

Parágrafo Único - A execução do serviço de radiodifusão sonora, cujas outorgas são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais as entidades aderiram previamente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, de _____ de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

Antônio Carlos
Antônio Carlos





§ 4º Para fins de cálculo do índice global de superação das metas, o ato a que se refere o caput poderá estabelecer pesos relativos diferenciados para as metas, em função de sua relevância no âmbito dos programas, planos e projetos estratégicos do Governo Federal para a área de infraestrutura de transportes.

§ 5º O resultado da apuração a que se refere o § 2º deverá ser amplamente divulgado pelo DNIT, inclusive em sítio eletrônico.

§ 6º As metas específicas constantes do ato a que se refere o caput somente poderão ser revistas na hipótese da superveniência de fatores que tenham influência significativa e direta na sua consecução, desde que o DNIT não tenha dado causa a tais fatores.

Art. 4º O índice global de superação do conjunto de metas corresponderá à média ponderada dos percentuais que excederem aos cem por cento de cumprimento de cada meta específica, observado o peso relativo de cada meta estabelecido no ato conjunto a que se refere o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Paulo Bernardo Silva

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Jornal de Rio Claro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Rio Claro, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.005275/2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Jornal de Rio Claro Ltda. pela Portaria MVOP nº 34, de 19 de janeiro de 1949, renovada pelo Decreto de 20 de agosto de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 188, de 21 de maio de 2009, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Rio Claro, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Hélio Costa

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Araucária Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.041297/2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Araucária Ltda. pela Portaria MVOP nº 871, de 15 de outubro de 1955, renovada pelo Decreto de 13 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 449, de 13 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010033000021

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Hélio Costa

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Voz de Itabaiana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53840.000374/1994 e nº 53000.018544/2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 15 de março de 2005, a concessão outorgada à Rádio Voz de Itabaiana Ltda. pelo Decreto nº 91.125, de 13 de março de 1985, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Hélio Costa

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rede Central de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.001331/98 e nº 53000.018000/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de outubro de 2008, a concessão outorgada à Rede Central de Comunicação Ltda. pelo Decreto nº 82.216, de 4 de setembro de 1978, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Hélio Costa

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010

Outorga concessão à CV - Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53000.018515/2009, Concorrência nº 003/2007-CEL/MC,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à CV - Rádio e Televisão Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A concessão ora outorgada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Hélio Costa

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada ao Sistema de Comunicação Itália Viva S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53790.000369/1993 e 53528.000333/2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada originariamente à Ágil Radiodifusão Ltda. pela Portaria MVOP nº 756, de 6 de setembro de 1955, renovada pelo Decreto nº 90.425, de 8 de novembro de 1984, posteriormente transferida à Tridito Radiodifusão Ltda. pelo Decreto nº 95.703, de 5 de fevereiro de 1988, transferida ao Sistema de Comunicação Itália Viva S.A. pelo Decreto de 17 de setembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 18 subsequente.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Hélio Costa

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





amici curiae Movimento contra o Desvirtuamento do Espírito da Política de Ações Afirmativas nas Universidades Federais e Instituto de Direito Público e Defesa Comunitária Popular-IDEP, a Dra. Wanda Marisa Gomes Siqueira; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Ophir Cavalcante Júnior; Defensoria Pública da União, o Dr. Haman Tabosa de Moraes e Córdova; Defensor Público Geral Federal; Associação Direitos Humanos em Rede - Conectas Direitos Humanos, o Dr. Hédio Silva Júnior; Instituto de Advocacia Racial e Ambiental - IARA e outros, o Dr. Humberto Adami Santos Júnior; Movimento Negro Unificado-MNU, a Dra. Sílvia Cerqueira; EDUCAFRO - Educação e Cidadania de Afro-Descendentes e Carentes, o Dr. Thiago Bottino, e, pelo Ministério Público Federal, a Vice-Procuradora-Geral da República, a Dra. Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira, Presidiu o julgamento do Senhor Ministro Ayres Brito. Plenário, 25.04.2012.

Decisão: Prosseguindo no julgamento, o Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou totalmente improcedente a arguição. Votou o Presidente, Ministro Ayres Brito, Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Plenário, 26.04.2012.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Ato do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 89, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE NAZARÉ DA MATA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 885, de 29 de outubro de 2009, que outorga autorização à Associação das Mulheres de Nazaré da Mata para executar, por 10 (dez) anos, sem

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos,
editais, avisos e editais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br e: ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 810 - CEP 70611-600, Brasília - DF
CNPJ: 01.196.045/0001-90
Fone: 0800-725 6782

direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPlicy
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 90, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPlicy
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 91, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RADIO ARAUCÁRIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 29 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Araucária Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPlicy
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 92, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RADIO DIVINAL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 535, de 10 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 14 de abril de 2008, a concessão outorgada à Rádio Divinal FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPlicy
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 93, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO PEDREIRA DO INSTITUTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 129, de 11 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Pedreira do Instituto para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPlicy
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 94, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 527, de 10 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 23 de março de 2009, a concessão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPlicy
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 95, DE 2012

Aprova o ato que outorga concessão à RADIO CIDADE FM DE PALHOÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 42, de 5 de fevereiro de 2010, que outorga concessão à Rádio Cidade FM de Palhoça Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPlicy
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012012050400002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

**Publicado no D.O.U.
de 01/ 09/ 2016,
Seção: III, Página: 08**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE LAGES, ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos TRINTA dias do mês de AGOSTO do ano dois mil e dezesseis, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a **RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA.**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 75.452.284/0001-56, representada por seu administrador, **ADILSON PEREIRA DE OLIVEIRA**, inscrito no RG. n.º 298.298, SSP/SC, CPF n.º 084.432.629-15, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a **UNIÃO** e a **PERMISSIONÁRIA** objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de LAGES, Estado de SC, decorrente da concessão outorgada à **RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA.**, por meio da Portaria MVOP n.º 871, de 15 de outubro de 1955, publicado no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 1955, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de LAGES, estado de Santa Catarina. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado à **RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA.** o canal 221 (1080955), correspondente à frequência 92,1 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de que trata o Decreto n.º 91, de 03 de maio de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 04 de maio de 2012, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a ser concretizar.

Cláusula 2ª. A **PERMISSIONÁRIA** é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;

Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à **PERMISSIONÁRIA**, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a **PERMISSIONÁRIA** atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1510524&infra_sistema=1000..

§ 2º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "b" e "d" da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

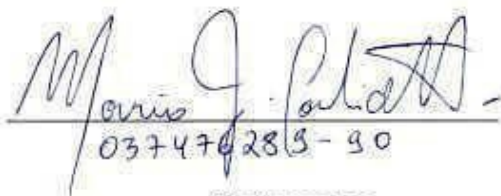
Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de LAGES, Estado de Santa Catarina.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

Ministro de Estado da Ciência Tecnologia
Inovações e Comunicações

Permissionária


037476283-90

Testemunha


002.079.829-01

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 04/08/2016, às 12:59, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 102090



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1256890** e o código CRC **ADA1153D**.





0

123451561789 121 64

54 4 61789 121 64

54 4 61 2651 41466 642154 6519

544 2914789 1 265129 126426 4758

911212466 64454 9292911059 !!!!!7!! 1617249#\$0%&!& 7

\$00'\$0

()*+,+*~+~+*+/,0)1-23-44454674786,9/;:*<=,9=6,>;6)>;

/;(?-!! @A!!!0'&!&@70&

0/B+*+CC)D9?-EFGEHIGJIKE5LMNOJFIPQLLFJIR9REHGSOJFI#9549%

)CC;/B9?- EOLTIPQLKELNHLGUIVIGIVGEWHIPQLKLWEGTJPLKEGKJLKJXNWQLWLOLGIEMVGEWIGJIR#FLMEGFJIR%

+YZ2[? 4594 1266 1634]!! @A!!!0'&!&@70&^ 842961_ 64

95 91 612954 6514456199 `6512466 642154 65197

#9549%26 9641266 1634 94314294 4 811 1 914249 364

29 126426 4 44 1 9 91 61 #549 561% 1_69 29 92624

1266 163416914 2651 99 9561

6IOJXEWHPQLNGaKJFI EXEGEOFJIR# %KJWFJVRJOIKIVERI4GJEOHIPQLLGMHJTI#4'18 %OJKE&!0"E

VERILGHIGJILGMIHJTI#58 '18 %OJ!KE&!&b

661OcRJWEKEVEKJLWKEGEOLTIPQLKELNHLGUIVIGIFLOHJONJKIKEKIVGEWHIPQLKLWEGTJPLKEGKJLKJXNW

EMVGEWIGJIR#FLMEGFJIR%b

6662JWVEOWIKIGEIRJdIPQLKEIOcRJWEeNGaKJFIJOKJTJKNIRJdIKIKEVGLFEWWLWIKMJOJWHGHIJTLWfNEEOTL

GEOLTIPQLKELNHLGUIVIGIVGEWHIPQLKLWEGTJPLKEGKJLKJXNWQLWLOLGIWEOKLOEFEEWWcGJIILgWEGThO

GEFLMEOKIPIEWIVGEWEOHIKIWOI b

639MFIWLKEKJTIKIKEFIGcHEGeNGaKJFLIFLOWNRHIKETEWEGEOFIMJOKIKIVIGIIOcRJWEKI5LOWNRHLGJINGaKJ

3 FLMTIRJKIKEKEKLJWIOLWLNHIfNEWLgGETEOKIIRHEGIPQLREUJWRIHJTIWJUOXJFIHJTI

0-m-~+1)Bn*09

0 LGMEJLKL9opqrs-02[Zt2s-2u-v78vw674786=-,9=xIEFGEHIGJIKE5LMNOJFIPQLLFJIR9REHGSOJFIKEWHE
JOJWHIGJLEOFIMJOKIIEWHI5LOWNRHLGJINGaKJFIWNgWaKJLWVIGIITIRJIPQLWLgGEIEMJWWQLKEIOJXEWHPQLNGaKJFI
%fNEIgGIOeIIIOcRJWEKEVEKJLWIKMJOJWHGHIJTLWKEGEOLTIPQLKELNHLGUIVIGIVGEWHIPQLKLWEGTJPLKEGKJLKJX
EMVGEWIGJIR#FLMEGFJIR%FLMXNOKIMEOHLOLIGH&&@y]KI5LOWHJHNJPQLEKEGIR#5%bOLIGH@%y@]F'FLIGH\$ IGcUGIX
jOJFLKIEJO]"00 KE& KEIUWLHLKE0\$&fNEJOWHJHNJNL5zKJULGIWJREJGLKEEREFLMNOJFIPIEW#5%bEOLIGH00!EWW
KL2EFGEHLOJ& KE@0KELNHNGLKE0\$@fNEIVGLTLNL EUNRIMEOHLKLEGTJPLKE IKJLKJXNWQL# %

& 6OJFJIRMEOHE I LVLGHNOL GEUJWHGIG fNE EWHI 5LOWNRHLGJI NGaKJFI VLG MEJL KLD+C(),{9
23-45|45674786,9/;:*<=,9=6,>;6)>;WLRJFJHLNJOXLGMIPIEW}EFGEHIGJIKE5LMNOJFIPQLLFJIR9REHGSOJFI#9549%
GEWVEJHLKLfNIOHJHIHJTLKEVGLFEWWLWIKMJOJWHGHIJTLWfNETEGWIMWLgGEIGEOLTIPQLKELNHLGUIVIGIE-EFNPQL
GIKJLKJXNWQLWLOLGIEMVGEWIGJIR#FLMEGFJIR%#GLF1KMJOJWHGHIJTLJO]!! @A!!!0'&!&@70&7 9 %

01EFGEHIGJIKE5LMNOJFIPQLLFJIR9REHGSOJFI#9549%EOFIMJOKIfNIOHJKIKEE-VGEWWJTIKEGLFEWWLW
1KMJOJWHGHIJTLWIEWHI5LOWNRHLGJIFNeLHELGTGEGWILWgGEIIOcRJWEeNGaKJFL7XLGMIRGERIFJLOIKJGE
LNHLGUIVIGIE-EFNPQLKLWEGTJPLKEGKJLKJXNWQLWLOLGI

&2JIOHEKIWMJRJHNKEKLWFIWLWGERIFJLOIKLWJGEOLTIPQLKELNHLGUIVIGIE-EFNPQLKLWEGTJPLKEGKJLKJX
WLOLGIIOEFEEWWcGJLFLOWNRHIGWLgGELTLRNMEKEVGLFEWWLWIKMJOJWHGHIJTLWWLgGELIWWNOHfNEV
IEWHI5LOWNRHLGJINGaKJFI

@1LgHEOPQLKEJOXLGMIPQLIHNRJdIKIWLgGELfNIOHJHIHJTLLE-VGEWWJTLKEVGLFEWWLWIGEWVEJHLGEOL
LNHLGUIVIGIE-EFNPQLKLWEGTJPLKEGKJLKJXNWQLWLOLGIWEGMJJHGcNEEWHI5LOWNRHLGJINGaKJFIHJIRJ
OEFEEWJJKIKEKIEKJPQLKE1 959 99 9561WLgGELIWWNOHL

"5LOTIMJOXLGMIGfNEI1KTFLFJ78EGIRKI OJQL718 VLGMEJLK14GJEOHIPQLLGMHJTI18 OJKE
&@KEMIJLKE&!0"KJWFJVRJOIERIgLGIPQLKEMIOJXEWHIPiEWENGaKJFIWGEEXEGEOFJIJWOLhMgJHLKLWzGUQL
FLOWNRHJTLWOLWWEUNJOHEWHEGMLW

4 69144 1631J29&@2916429&!0"

412348124789 121 64OLNWLKIWIHGJgNJPIEWfNERkeFLOXEGEMLWJOFJWLW66E666KLIGH"]

KIEJ5LMVREMEOHIGO] @KE0!KEXETEGEJGLKE0@FLOWJKEGOKLLfNEFLOWHIKLGLFEWWLOJ

\$@ !!!!!00'&!!70&GEWLRTEE-VEKJGIVGEWEOHELGEOHIPQLOLGMHJTIHKLWLWzGUQLWeNGaKJFLWEONME
OLWIGHW&JE0 KIEJ5LMVREMEOHIGO] @KE0@

674WVGLFEWWLWfNEWWeIMLgEHLKEMIOJXEWHPQLLeNGaKJFIGEXEGEOFJIRJWHLIIfNERIfNEIOIRJWHLKIWIW
eNGaKJFIWfNEEOTLRTIMMIHIGJIWJKOHJFIWEGEFLGGEOHEWJHQLKJWVEOWIKLWKEIOcRJWEJOKJTJKNIRJ
FLOWNRHJTLWKEWKEfNEICGEIHIFOFJIIHEWHEKEXLGMIE-VGEWWfINELFIWLFOFGEHLWEIMLRKIILWHEGMLW
MIOJXEWHPQL

667IGIIRIgLGIPQLKEMIOJXEWHPQLLeNGaKJFIGEXEGEOFJIRKETEMWEGLgWEGTIKLWLWWEUNJOHEWHEGMLW
I%LTLRNMEKEVGLFEWWLWEMMIHIGJIWJKOHJFIWEGEFLGGEOHEWJMVIFHIGeNWHJXJFIKIMEOHEIHNIPQLKLz
FLOWNRHJTLNIFEREGJKIKEKLWEGTJPLWIKMJOJWHGHIJTLWbE

g%IIHJTIKIKEENGaKJFIE-EGFJKIWEGEWHGJOUJGJTEGJXJFIPQLKLIHEOKJMEOHLKIWE-JUOFJIWREUIJWVIGH
FLOXEGOFJIKELFNMEOHLW



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

611409a1cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

! "3#85#"\$ 8 1%8&"38(" 1 *85721+##8,1+ -.3/768+ 31213156787+ +1 1)+#758 8 68++ 1* 0.1 18-8 2385)1 3"%.*1 1) 43"61+++" 0.1 153"%38* 0.1+#+,1+ -.3/768+ 7)45#768+ 1* 0.1 8 8#737)8)1 -.3/768 +1 31+#+375-8 5 31372768(" ") 8#15)7*15#" 1) 167245678+ %1287+ 8 483#73 1)+7*4%1+ 6"521345678 1) 1)6."15#"+! ++1 #74" 1) *85721+##8(" -.3/768 #1* 4"3 "&-1#73")83 *87"3 827%7)8)1 8"+ +1337""+ 8)*757+##38#73"+\$ 8%7* 1) 413*7#73 0.1 "+ *1*3"+)8)3"686788138%)8 57(" +1 1)70.1* 1* *87"3 *1)7)8 8 0.1+#+,1+ 1 58#.3198 *87+ 6""4%168!
 :! "+ #13""+)" 83#! ;)8 "3#8378 "3*8#738 5 \$)1 ;)1 *83"" 1) ;\$ 8 1*7++(" 1) *85721+##8,1+ -.3/768+ 31213156787+)1*85)8 8 1)*5+##38(")8 167+##45678 1) 1%138) " 3"%.*1 1) 43"61+++" +&31 8 *8#7378 1 0.1 8 85<%7+1 75)737).8%798)8 7*486#8378 1) 2"3*8 5128#738 8 61%137)8)1)8+ 8#737)8)1+)1+153"%37 41%" =32(" 6"5+.%#73" ". 41%" =32(" 8++1++"38)!
 >! 85<%7+1 1) 43"61+++" 8)*757+##38#73"+ 0.1 #38#1*)8 315"38(" 1) " .#328 4838 1616.(" ") +1337"" 1) 38)7"72.+(" +5"38 +1 150.8)38 5.*)"+ 310.7+7#"+ 5161++<37"+ 4838 8 1%8&"38(" 1) *85721+##8(" -.3/768 3121315678%\$ 4"7+ 153"%31 8 31372768(" ") 8#15)7*15#" 1) 167245678+ %1287+ *1)785#1 8 +7*4%1+ 6"521345678))6."15#"+\$ 5"8#)8*15#1 0.85) 167+##1 84158+ .*8 15#7)8)1 75#131++8)8 58 1616.(" ") +1337""!
 ?! 1+##1 *)"\$ 7 7*4"3#85#1 0.1 8 431+##1 "+ 1+6%83167*15#"+ 5161++<37"+ +&31 " 0.85#7#8#73" 1) 43"61+++" 8)*757+##38#73"+ 31%867"58)" + 5 315"38(" 1) " .#328 4838 1616.(" ") +1337"" 1) 38)7"72.+(" +5"38\$ 8++7* 6"" +1 8 1*7++(" 1) 4831613 3121315678% +&31 " 8++5# 4" 1) 43"4"367"583 *87"3 61%137)8)1 58 85<%7+1 6"56%+.738) *8#7378! @! 568*7511*8+1 "+ 8.#"+) " 3"61+++")757+##38#73" 5 1631#8378 1) *.5768(" "678% %1#3A5768 BC 4838 6745678 1)1*87+ 43"37)45678+ 68&317+! 4+= " 8#15)7*15#")8 312137)8 +"%767#8("\$ "+ 8.#"+)131* 31#3583 8 1+##8 "5+.%#378 D.3/768 4838 8431678(" ") 8++5#!"

;! * 31+4"+#8 5 +"%767#8(" 1568*7518)8 4"3 1+##8 "5+.%#"378 D.3/768\$ 8 \$ 4"3 *17")8 EFGHIGJKELKHIEM NOOPQRSQTRUUVLWXKFX\$ 8431+15#". "+ +12.75#1+ 1+6%83167*15#"+ +&31 "+ 43"61+++" 8)*757+##38#73"+)1 315"38(" 1) ". 4838 431+##8(" ") +1337"" 1) 38)7"72.+(" +5"38 1*431+8378% B6*13678% C B3"6!) *757+##38#73" 5 > ;?! @ ; 8 0C9

B!!!!

! 57678%15#1\$)1318+1 1)+#8683 0.1 " *1567"58)" 1+4861" 5 : ;D08 219 8%+.(" +""15#1 8"+ 43"61+++")1 315"38(" 1) " .#328 1) 38)7"72.+(" +5"38 B0<)7"C\$ 1) *) 0.1 1+##8 *85721+##8(" +1 31+##37521 50.1%8 #74%"278 1) 43"61+++" 8)*757+##38#73"!
 ! "" 7 +8&7)"\$ "+ 4389+)8+ 6"561+++,1+ 1 413*7+++,1+)"+ +1337""+ 1) 38)7"72.+(" +5"38 4" 1)* +13 315"38)" +41%" ")13 Y&%76"\$ 4"3 413(")" +.61++73+" 1) B)19C 85+*\$ 1)785#1 4.&%768(" 1) 4"3#8378)" 757+##3" 1) +##8)" 8)+ *.5768",1+\$ 8 413 15378)8 4"+#137"3*15#1 8 " 5231++" 867"58%\$ 4"3 *17" 1) *15+821* 8 31+7)45678)8 014Y&%768\$ 4838 275+)1 1)%7&138(" +&31 " 8++5#"\$ #.) 5"+ #13""+)" 83#! ;\$ Z \$)8 "5+##7.7(" [1]138%\$) 83#! ;\$ Z ;\$)8 17 5 !>@: 1) " 83#! ;\$ Z \$) 1631#" 5 !>@ @:;! :! 1 86"3" 6"" " 83#! :>\$ 483<2382" Y576"\$)8 17 5 !>@:\$ 8 315"38(" 1) " .#328 6"5+##7#7)7317#" 6.-" 16136/6" 1+##< 6"5)767"58)" 5 1)*5+##38(" 1) 43115617*15#" 1) 8%2.5+ 310.7+7#"+! \8%1 7913\$ 8 85<%7+1)"+ 43"61+++" 1) 315"38(" 8)+ 6"561+++,1+ 1 413*7+++,1+)"+ +1337""+ 1) 38)7"72.+(" %138 1* 6"5+7)138("\$ 15#31 ".#3" + 1%1*15#"+\$ 8 #1*41+##737)8)1)"+ 4%17#"+)&+133^5678 8"+ %7*7#1+ 1) " .#328+ #85#" 41%8+ 6"561++7"5<37 413*7++7"5<378+ 0.85#" 41%"+ +1+ 31+416#73"+ +=67+" 1) 737215#1+)&1 6"" 8 312.5%837)8)1 27+68%\$ #38&8%17 765768)8 1+##8(" 1) 38)7"72.+(" 1) 0.8)3" +671#<37" 1) 731#73" 8)+ 41+++"8+ -.3/768+!
 >! * +.*8\$ "+ 483^1#3+" 1) 85<%7+1 1 " 31+416#73" 2%.6" 43"61+++.8% 156"5#38#8+1 1)%7*7#8)" +41%8 "5+##7.7(" [1]138%\$ 41%8 67#8)8 17 5 !>@:\$ 41%8 17 5 !>? @>\$ 41% 1631#"817 5 ;:@>\$ 41% 1631#" 5 !>@ @:; 1 41%8 "3#8378 1) "5+%"7)8(" 5 \$ 1) 1 -51" 1) ! _38#88+1\$ 4"7+\$ 1 43"61)7*15#" 8)*757+##38#73" 0.1 4"++7 6"5+7)13<31% 312.%8*15#8(" ") 13 Y&%76"\$ 4"3 5"3*8#73"+ 1) 721315#1 238. 1713<30.76"\$ 0.1 1)1*85)8 8#15(" 58 75#13431#8(")"+ 6""85)" +%1287+).385#1 8 85<%7+1)"+ 43"61+++"!
 ?! (" +1 4" 1)1+0.1613\$ 8)1*87+\$ 0.1\$).385#1 " 168"1" +41)7)" +1 315"38(" 8)+ 6"561+++,1+ 1 413*7+++,1+)"+ +1337""+ 1) 38)7"72.+("\$ %1388+1 1* 6"5+7)138(" #8*&7* 8+ *85721+##8,1+ 43"315715#1+)8 "5+.%#"378 D.3/768 -.5#" 8" 757+##737" 8)+ *.5768",1+!
 @!12.5)" " 83#! \$ `abcd\$)8 17 5 !>? @>\$ 6" 31)8(")8)8 41%8 17 5 ;! >\$ 8+ 41+++"8+ -.3/768+ 75#131++8)8+ 58 315"38(" 8)+ 31+416#738+ 6"561+++,1+ 1 413*7+++,1+)"+ +1337""+ 1) 38)7"72.+(" 1313(" 8431+15#83 310.137*15#" 41385#1 " 757+##737" 8)+ *.5768",1+).385#1 "+")91+ *1+1+ 85#137"31+ 8" #73*75") 4389" 8 ".#328\$ +15" 413*7#7)8 8 1616.(" ") +1337"" 1* 683<#13 4316<37"\$ 68+" 164731 " 4389" 8 ".#328 +1" 167+" +&31 " 41)7)" 1) 315"38("\$ 8 +8&139
 3#1 + 15#7)8)1+ 0.1 1)1+1-831* 8 315"38(" ") 4389" 1) 6"561+++" " " 413*7+++" 1) +1337""+ 1) 38)7"72.+(" 1313(" 737273 310.137*15#" 8" =32(" 6""41#15#1 " ")13 616.#73").385#1 "+")91 *1+1+ 85#137"31+ 8" #73*75") 31+416#73" 4389" 8 ".#328!
 ! "3#85#"\$).385#1 8 85<%7+1)"+ 310.137*15#" 8)*757+##38#73"+ 1) 315"38(" 1) " .#328\$ &+.688+1 7)15#727683+1 "+ +4389+ %1287+ 43137+##" + 5 74"68 8 43"#"6"%798(" ") 41)7)" 2"38* 137)8*15#1 "&+1338)" +41%8+ 41+++"8+ -.3/768+ 75#131++8)8+ 58 315"38(" B83#! \$ `abcd\$)8 17 5 !>? @>C!
 ! 6"331 0.1 1< +7#.8,1+ 1661467"587+ 0.1 2"21* 5 31238 2138%\$ 6"" "+ 721315#1+ 68++ 1* 0.1 " 31+416#73" 41)7)" 1) 315"38(" 2"38 8431+15#8) 84+= " 1561338*15#") 4389" %128% 1 80.1%1+ 1* 0.1 1< +&314+7(" 1) 413(")" +1 " .#328\$ 6"" *85721+##8(" 1) 75#131++1 58 315"38(" 8 " .#328 +""15#1 5" 413(" 1) " .#328 *87+ 8#.8% !%7" 7+++"\$ 1< 875)8 "+ 68++ 1* 0.1 5" 2"7 156"5#38)" " 6"331+4"5)15#1 16#38#") 6"5#38#" 1) 6"561+++" 413*7+++" 61%1&38)" 15#31 8+ 483#1+\$ " 0.1 1)7276.%#8 8 6"5#821*) 4389" 8 ".#328 B 85+ 4838 0<)7" 1 85+ 4838 _C 1 8 82137(" ") 4389" 4838 310.1313 8 315"38(" B *1+1+C!
 ! * .#38+ 48%8338+\$ 8+ +7#.8,1+ 5(" 8%685)8)+ 41% 83#! \$ `abcd\$)8 17 5 !>? @>\$ 0.1 7 8 31238 2138%\$ 16721 .*8 85<%7+1 *87+ 6.7)8)+8 8)+ 6736.5+##5678+ 153"%37)8)+6" 2"3*8 1) 7)15#727683 8 431+15#8 1) 1%1+15#" 0.1 8.#"3798* 8 84%768(" ") 83#! 1 83#! ; 8 *1567"58)8 17 5 ;! >\$ 6" 31)8(")8)8 41%8 17 5 !> \$ 0.1 #38#8* 1) 31238+ 1661467"587+ 0.1 8.#"3798* 1* #1+1\$ " 6"51167"15#" 1) 41)7)" 1) 315"38(" 43"#"6"%8)" +1 2"3*8 16#1*4"3^518! \1-88+1 8)76(")"+ #16#"+ %1287+ 67#8)+9



012356789 82 9 82 8 1 88 9 188 8 1 8 1 8
91 2 8 822 9 1 822 18
3 !!! 1 5 5"8 1 89 1# 9 2 2 1\$% 2 "& 1'
91 88 # 2 891 88 8 88211' 8 2 8 88'1 8" 1 1 # 2 3
1'#1 (3) 1' 91 88 # 2 2 891 88 8 1 2 1# 88 '18
9 188 '18& 2 188 2 1#8 189 1 928" 8 & 2 2 8 91 9
* #1 88 + 22 9 1 1 92 82 12# 3
0123,608 88 '18 9 188 '18 8 1 8 1 8 & 8 21 88 2 1#8
8" & 2 8 2 1 1 89 2 2 1#22 9 1 822
18 1 8163 !!! 1 5 5"2 1 91 -. 2/891
& 8 82 & 2 2 1 88 2 % 8 1 3
,3782 8 2 1# 8 8 2 8 11 82 912 '8 891 88 8
1 2 1#"8 1 8 2 9 8&8)82 0 9 2 * 21) 2'1 0
)10**7" & 82 81 #821 8 2 1#9 19 88 21 9 19 88 21337 %212)10**7
8 4 & 8 21 1235 5 1 2 67 65,89-8!" 123;"3 ;#;"7 6
<3!9-85" 123<"=,6" > # 2 8) 1 8 > 8 "91 9 5 1 2 6
?53!-?9-8," 123,6"=56" 5 1 2 6:3,-95 ,"@ABCDEF@GH
IJKLJMNOPJQRSTRUVWXYZW[
01253* 2 89 1'2 1 88 9 188 91 % 218 1 1 8 " 2 938"
21 88 #2 82 8H
1/\$82\ 81 8 18 8 H
67 8H
7886<
]1 &^ 68
6> # 8H
7886,
7821 986,
8 '% 59 1\$82 8
6+ 8H
78865
7812865
5/\$82\ 81 8 18 8 # 6 2 2 1121 "8 '% ? _] 59 1
\$82 3
=66* 82 81289 1" 182\ 8 82 8 12# "21 '18
1 &^8"& 2 8 8#8 & 3
=566+ 8 1 92891 8 2 8 91 8 2 12# "8 82\ 81 9 2 18 1 21888 18
2 8 "9 12 2 848 82\ 8# 1 183
=,66+ 9 1 2 1 88 9 188 8 2 88&8912 82 282& 2 #1
&1 8 218 91^88 % 22 8 8 1 1 8 " 82 8% 8^82 12# 3
=<67828 88 '1 8 9 188 '1 8 8 1 8 1 8 " 8 2828 828
888 91^88"& 2 482\ 8 8298 82 12# " 1 ^ 168 92 "1
2 9 1 2 .5?a/ % 88 " 21 29 82 3
9 7 6?3,-!" -8:/
=?66+ 9 88 9 1'912911 8 91^8 1 8 " 8
188" % 88 82 8 82 8 82 12# 3
PJQRSTRbcYY[XYZWU
0123,3+8 88\ 8"9 188\ 8 2 1\ 891 %9 118 1 8 1 8 "8 1 8 1 8"
21 81 &82 8" 88 #2 891 2 8 '88H
d333e
#/ 89 88 9 1'91291821 # 1^ 8 88 '1"
9 188 '1 2 1 8 29 8 1 1 8 " 8 3
fJghijkJSMNRINmRnJLoQpNmRIJRfjlQNIQqhmRN
0123<3791 2 221 2 1'3 9 8 5'1 7s "& 1'
2 1 8 \ 8 & 82 1 88 89 1 2 1 2 %2 2" 88
"2 19191 8 2 891 9 828918 2 2# 2 3
d333e
=,60 8 2 89 88 8& 2 #1 8 &1 8 2'1 1 2 9 1 8 1 2 98
8 2 1# 8 29 8 1 1 8 8 3
tIJKLJMNSTRucYVZXUvYV
0123,67 1 2 1 & 1 2 & 8 1 1 =6 123561' 4 91 H
d333e
=565 1 9 & 212 =6 12356" 2 89 88 8& 2 #1 8 &1 8 2'1
1 2 1 8 28 2 8 2 1#8 8 1 1 8 8 1 1 &^
2 2 92 "8 91 23 9 2 91 82
> # 2 8) 1 8 > 8 "91 9 5 1 2 6?53!-?" , 21 -8,38 1
88 2 1#8 8 1 8 1 8 218 83
<35 # 1" 2 88'1918211 91 88 1 2 1#8 21
91 82 123, > # 2 8) 1 8 > 8 "91 9 5 1 2 6?53!-?9-8,"
1 9 5 1 2 6 3!!?95 5"8 1H
0123,37 1'1 1 & 1 2 1 & 212 12358 1'89 9 821
*^"w # "1 \ 8 * \ 8 '1 8 18213 8 #2 2 "8
91 23 21 8 2 889 1 2 8& 9881 8 1 % # 89 #8 9 12 2 "918

1 816

>

123<"=,6"



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

012343516789
53783433 1188 58314535314878358 85553
13188158 85355381813 1
5378153114 318 16783 314!314835323811813 1
813 36788"#\$\$%
814131151&1'11451143 314835351411813 1
181143
8141318 8403588 88&354
81413141531(318 31418&8)115318*8+368&)*+
,8113!35 31-2358313438151%53618*1214088381151678
53781531858838588 *548 .8/ 5803123425611386748
"884316781038*121408
, 4116789
191813 1838 831 3811! 51836813837888888
2908 388335153 31188 35:3883538851813 1
! 51588538368138378148 14311 8 7881378:
811851813 1! 515368138378;3 3838
<838185124 38 884335414341678
9083355:! 3811584538401331141518
1886=813 8188 314
91813 1785:331511 381 8113351678<243 11435183351
91813 11518385883 38,,, 8 158153>11"85353678
91813 178! 513681383788581
908 3883351813 150138 818 3785135114188
8318783 314 8431841:53 1834 3585151114172@1?@83 38 8
15815361103"84511A4677B3
623.1388 881678858178358 888 588518
1535818 8518153555C611"85353678&14815321C611036534D2E5B668153
665C818F41588+368F138378181848/ 581253>72E67A82
8881536A1\$85131"88431678);E;"G;1661085B583
6A3"835818 5167818 88151 38143114318 88
8 35:3835381 8 38:318338:318368138378(411678311
485154141183!351 413818BH8 135148 3145851485151
538351335158838182 8584 885181368
54 83 16=35 8453885810316534D2E5B66(5378353141. 31
#1 3814*4 83 16=4153118&8&3 143!16781*4 83 16=I&35418!5158
4161588 3848+351 518)578"-3581. 31#1 3814*4 83 16=
+)J"E.#*J02 88(43 6111 381581516781383783
6>3J!43 35118515811 84311511:4388 88167885811
188538158 8251 318835D838/1 081B6AB6E5B58E"G#%KF
;"G;E")KE.)K3
6D3J4167818588 140:18!31154368B8 88 8816788581
8368138378881 1:5 8 3145135167851+ 5131"83 1678+8 314
J45L3 13.36781 314851138 4318 1483111:43
333143!118 88167885818368138378881 1:5 8 314
41"845831%3 15818;335-381"83 16=18858!3135M 31
4321678143583
673\$8858418815140158 84!31!33841434167813837888 13788
!188 8816788581 8151436781 314!43 351
318848 18! 381385111:1:43333143!111"845831
%3 15818;335-381"83 16=3.53548!433 1538416783516= 431
81 85 1511:438 8 8881 85323 88!114181358
4131 845319
191035143 1678815351153811 3811031683454E5B6> 816781141031
643826E5B551884358151818 15881!8414
2913516=84311858 843!1678358816781581!835814341678
98 18! 3813136784335188!51588+ .""G41161
8581NOPQRPSTUNVNW78NOPQRPSTUNVNW15311 3183538
98 18 851511618114 31888188 35:38181
3 135111816788358081824838 8511 53783433 11
913516=8431182836786X981388858181678181148
"88#1 3814 88 83!188153558C811"85353678&14
98 18 851511511:43181678185811!35 318 813351538
116783167850145188814511143 167811431 116781
8581
98 180883358838816788581
5B3+81351+ 5131"83 1678+8 314J45L3 1135167841846788158(
"845831%3 15818;335-381"83 16=11 8533111:433

43 Y33883515113516783 18253151515=41 3811(1:438 8
1335153881678858111516788368138378Z\|^_1314X 8 31493\$851581
ja\Z13 881816=858111516788368138378Z\|^_a
ja\Z13 881816=858111516788368138378881 835:318 83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

01234567890 00 428675

058405086 8400588362850850 6 5 00 78 04888058 5076 0
8 6 645 !"#09058683\$2902683%85486550&898362'7065884830 8 8() *2 90 655
8+ 020 +(-,-- 0.) 085 0.,.(

/ 09107052 050055030549 28509405

44#5#6789.;<8=:>?@

44AB#C#7=4D4E:>?@#9<#;:846<F=:>?@#G7HI94J:#H<6<H<8J4:D

- K012055670 76 0 098 8500667855108554 6 L 62096 6524670390 00060301 0
4943488848 854 6 8 05 0855055890 &42 62 8M 96 658NO13628P0 083 662438 05090 Q 85
548586146R056 56426 865

S 68 0 05502 018M 728268T083 8U 6\$MTU%0 648K60 8V98678 + 0.) 0986 0
.,(W24&0705851085561636 8 0 003818 0O 62898 6058&42 628000 2683\$%88405R05&42 6285
0 7370 9836856 L 62850020 05X

@H4<8=:>?@#8@H;:=4Y:#8Z#[[#9<#]^#9<#;:4@#9<#]_B`
aK5205554050&891&0 098 6058&42 628000 268365384038408 83658 8585405R05
&42 6285400 737899836856 L 62850020 0505 650 58 5 08 '36506 676 4836b8 8035c5
2 543675 05 0408'0832 6288050 098010558402852 2050893 885095 8268 8
98 6058
aaN88803818 098 6058&42 628000 2683 07095015078 555046 05046565X
8%73490 020555099836856 L 62850020 0569828&456628 890 08848 c
2 543674820306 8 0 5507658 96 658675d0
1%88676 8 0&42 62801026 850056 6e706628 80 690 85016L 268530865886 8569305
2 0L 268 0 2490 5
00L 268XN8020 +.,WfM*TfgTUfMTUf.,(W

h M096 836 8 088 '3650 0 8585405R05&42 6285400 737899836856 L 62850020 05
55616368 8ijkl "#i#"k!lmj"no#j ijpjiq"rjs"i"035c52 543675 5205554050&891&0 0g9
655Q"t" u#il#lvjmjw mj"&40520555 06189 02 8 0205586890 02988 '36506 676 4836b8 8 028 8
098 8628 828 8'0832 6286 00558 88050 04084030205550893 885095 898 6058
000 2683

(, M 098656 5642 6146888q jv!xjs"no# 8848 c&42 62099836850066785450&8
6 L 62850020 05040 090 0541906 5e8 '3650&42 628M55690 0 0504080050 849898 0 8
986506260 08183Q 0 c 0855055890 &42 620 8'0832 6288339 0058848 56 2265
8mlrl!ji"il#0 8lm xjmji"il#"ixj jy!"yjp"

((0509 05086984082 5650098020&42 62 056 8 81836b8 5528552 205
24&52 550893 09898 2858158890 08 83658 g90068020000 268328 4 850
006890 0296 2262 56426 83 80626L 268\$8)-z{[]~ 8g 5646P0 083% 890 6 809400768
0 2896 Q890 05 02055'6 0 67055205558 96 6586755696380540 55409405 0 840b8&42 628850
0 0 8 8

(. K614 83 0g 85 8U 6\$gU%0 55884636b8 8020000 2683 5095618 5038
K60 8V98678 f.,(W 8MTUX

h.a 98eM 728268T083 8U 6400 0 690 gU48 e09655 0802005&42 625
5108596 485 00 686536268c650 045 2490 5 5095 8)S8'8O 62 806 +
S/// 0(hh)000 268 5M2c 5-WSf.,((0(hWWf.,(W8915388 503N30 '6 690 08
4636b8035c500 6 8 05 88 96 658O136280 083 04990598020&42 6209
20 690 536268c65 67055 05 0400 7378983682978 890 06 L 62804050&82930
8930818 &8 8585405R05&42 628506 0 052496 85016L 26856 628 85 8K60 8
V98678MTU + 0.,(W05238020 886 8 0408050 06 983058 8 68 0 80568
8 '3650 2852 2080268 0505845 502 5646 80067880268 804386 8 0 8
834 6 860 8 98678095690598\$M2c +./-Wf.,(WN30 '6%

() 082 298KVfMTU + 0.,(W01650918562890 0 65046565884050&803818 88X\$6%
prqxl#il#k!ml#mx#x"ylj"#!klyji"d0\$66%8 "yq!ls"#"#"yjpji"il#q!jm"il#xl!"#pl!jvjm"no#il#"yl ijxl y#
ljwtw mj"#!rlt"j#"#"k"ylj"#!i#"m vl!w mj"il#imqxl y

(W K5006 5046565890 4b6 5 "lYa#^Z#i"#!y"lj"#8!x"yjp"#J7:7# Z#_[#il#^B#il#x"!n
il#_]40 652636 884636b8 8X

ly"lj"#8!x"yjp"#J7:7# Z#_[#il#^B#il#x"!n#il#_]]
M)+M8 605842 628000 2683092909655889 820306 8 00920555
8 96 658675405561636098 '3650&42 6288 6b8 8092855006675



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

023456789 95569555 99 55 96 5 6595595 6
5 555959695 5569 5 ! 9 5 95#
995 !56965 \$9695 859 5595 98 6695 6 %
0&349 ! 5')66*96 96 9 9 +
, -5 !858 .5595/
, -6 5 ! 556789 9699 58955 95556595658955
5995 6895 8"!6 89 8"!5 5%

20% 185 !599 9 959 5- 6596*56 \$ 9 569599
5969 59 85965 #65 ! 555 5 ! 9 599 ! 65 95 598
58 9 5969 59 9 !5 65 . 5 62993
4)141))151)14,4676!955 969959565 5 !5 56 95895
5 6955489 99 8595556789 89 5 .9 #595 !546 895(95
5 9 6*5 59 59. 9 : 96 9 9659 %

2;% 565 6 9 96- 9 5969 59 65 ! 555
5 ! 9 599 ! 659555 8*56 56565595 ! 658
9 9 5 65 65 65 695 559. 9 !56789 5895585<14=1%

2>% ?@ABCD@EFGHIGD@JCKC@DECLEDB@MNBODPOCHEC@D@DJCQRDSTN@JN@GDLN@GNHGBECEN@DNL
GNHLEDB@HD@HNED@EFGHIGD@D@LCB@CPDWNBDJD@XCPD@YZ[Z@D@BCMCB]HGID@^@`ab@LCHJN@D@OCLO
XCPN@dBNGCLLN@?JOIHILEBDEIKN@CO@CXefBDMCU@?PFO@JILLNb@F@BCGNOCHJAKCP@QRC@LCgD@gRHEDJD@
DJOIHILEBDEIKN@QRC@MNB@DHDPILDJN@XCPD@YZ[Z@LNWBC@N@DLLRHENU

2i%) 585- 5965 556789 58955 655! 665 9-585 6 56
9 :969 j,5922569486563>32k92!3555895 !\$5 5
65 5695965695 56795669695 695 !96 .695 6 5.9895"!
96 5% 699- 16 69563>56 58m5 795 46 895 5489n489+

ZHRHGIDJN@Ho@p
4569 5 !6 895 565 ! 956958 9699598\$5 69
6 9959556 955-8956- 99656 68 9 .5 6!
9 59 69 5969 59 669695 6956- .
99969! 8565 : 65956579 99679 5556%

2l% q@IOXCBINLN@DMIBODB@QRC@CLED@`a@DXPIGDrLC@CsGPRLIKDOCHEC@DNL@XCJIJNL@DJOIHILEB
NRENbfD@XDBD@XBCLEDSTN@JN@LCBKISN@JC@BDJINJIMRLTN@LNHNBD@COXBCLEDIDP@tGNOCBGIDPuU

&k% 5 96 222&5vW?@wq[vx[?@vo@yzz{}}~}}YZxr__b@6 85
5 6556 855 546 85(95 * 95 95 .5 6%

&2% 95.965 5') 785.555 9 9 865 85595595
489n48963k0325 &k&&KDPIJDJC@JC@JNIL@DHNlb@ 5 .6*5585 !89 8595 9699595
.5 6 99%

xxU|@r@`aZv!@VZ@wla?@d?a?@daZYw?@V\@YZax\@VZ@a?Vx\VxY\@Y\wla?
Z_daZY?ax?@t\Za[x?u

xxU|Uy@r@vYxVZa?ZY@Za?xY@

&&% = 9 599 !6 9 6 5 9 9 8 695 : 9556 9 ! 6
2797 556 9 ! 6 956 289 !7 96555 95896.958.89%6955
969!\$85956 9565 95 !6 ! 9 ! 9 599 ! 65 6
956 %4 6 : 9 : 6!57\$8 995 965 559 6955695
6*79858965 295%&2969 „586555%&&969 ,j5%&&3545/5%;358655%3&
4m/5%039&&5%&k)<)7%

&3% 495 5599 !9595.5 989 65 65 5895 *759 56
5 95 6 9 5 .5 89 .5 9895 6*5 65 %489 86 656
5958585958565 5 599 !695 969565.5 989 65
65 5895 *759 56 \$!.959565 !5 5995 5.8!65
55 !295%&&023545/5%3i586554m7%

&% 1\$9 899 # 5695 5 599 ! 59. 5 5 5 56955
"9 9 %4 5695 5 5 965 5 979996! 6855
59 5 5 9 9 599 !65 585895 58555*9" 555 !
9 599 ! 6565 95 55 9 695 8555 8995 55
5 5 695 855295%2033)<)/5%330&363i%23!&k23/5%2&-
8963&3;2!;>7%

.n0% 446 9 9 !558 5.8 51\$ 9 5656 !9 !



! 55 9 599 ! 65 6 956 . 5969586595 9 5
!9 558%5 5599 ! 65556 ! 9 !56 6 65

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

01245674489 4977401285 84072 114987 2 7 21

82781 27!19 "#1761227165\$028\$7!107% 61!674481!&28 15072\$84481!&28 747561!2 1761!6744#1
15072\$844#1 478!(68 4%7 847 4)!%8 74756 89 465%52 847\$12 84 *57471+281574 !161!8681! 1
\$!57!"#1 01448+8%8 7,6!86 718!7274470-+%861987 2./ 2&2)1-!86117 20011232

4456567879.;<4=>7?@7A>?4?@7?>7B>:@C9DE@7?>7@FG@BH97A9B97AB>=G9DE@7?@7=>BC4D@7?>
B9?4@?4IF=E@J

K7!8 7*570274 147298"172 818)54#141!12 7\$0274 28 %61\$7268 %7*570277!77"72672182781
27!19 "#1 1512 797 02747! 227*5728\$7!1 1L8!84,281 41\$5!86 "M7452 !714174\$7474 !7281274 1,2\$8!1
127407689102 1 1512 47!1!76744&28 02747! "#1 165\$7! "#1!76744&28 987 2N O78!P70Q.
7 2001232

P R10125!174 6 2*57 272 !72812\$7!7987!7 78"#1 L78 /21984S28 !.N.717477\$+217
1061!9728 ! O78!ONN710.74 +7%768 *57127*5728\$7!171512 79728 472 02747! 111072 11
61\$0277!817!271447847142(4\$7474 !7281274 1,2\$8!1127407689102 198727 "#11288! %1 2N O78!
.P70Q.

Q 61227*57 L78 /21984S28 !.N.717477\$+2171061!9728 ! O78!ONN7P7\$ 2"17
10.01472812\$7!7 %72 07% L78 /21984S28 !01..7.777\$+2171061!9728 ! O78!ONN7
\$ 817174 +7%7672 \$272 47!670681! 8477\$012&28 4*57072\$882 \$10216744 \$7!1727*5728\$7!14727!19 "#17
1512 *57475!1 4272 4128!&28 479728 \$47261!4872 148!7\$0748914

1 2 L/T!.N.71001472812\$7!761!9728!1 2 O78!ONN710.74 +7%7675*57
14078148!7\$0748914021161%8 1415014 14 , 705+%86 "#1 L78 /21984S28 *5716122757\$7155+21
71079728 \$47261!U7681407%1L8!84,281 41\$5!86 "M74!1)12\$710 2&2)1-!8617447\$74\$1 281744 272
4728 0%86&97%8!6%54897 146 4147\$*57V&U 98 76% 2 "#170727\$0"#1747*571 1 8! !#1897447481 0219 107%1
1!27441W 681! %! 705+%86 "#1 L78 /21984S28

0 X44 272)18\$ 842767!7\$7!7 %72 07% L78 /21984S28 !01..71061!9728 ! O78!ONN7
1*5775 4758!727 "#1 1 2 O78!ONN710.Y

K24078148!7\$0748914727!19 "#1 61!6744#115072\$844#1747298"1472 818)54#1
021161%8 14157!6 \$8!U 14 , 705+%86 "#1 %782745% !7 61!9724#1 L78 /21984S28 !
01..7.777\$+21710472#161!U7681407%1S2#161\$077!71/172X'765891*57 2&
02144758\$7!1 140216744147148!42582&61\$14165\$7!14!76744&2814!)12\$ 1275% \$7!1
/ 2&2)1-!861372& 102144758\$7!1 \$+,\$ 14021674414727!19 "#171512 761!674481!&28 415
072\$84481!&28 4*578972 \$45 41512 476% 2 40727\$0 4747*571 1!#17!U 481 0219 107%1
1!27441W 681! % , 705+%86 "#1 %7827)728 !16 05747 281

1!4872 !1*57 O78!ONN)1805+%86 7\$7\$ 81717\$Z47*571L8!84,281 41\$5!86 "M74
7970216744 214078148!7\$0748914727!19 "#171512 *577!U \$481021161%8 1415014 14 ,744 8!
*57V&7!U 161228176% 2 "#170727\$0"#1!7476 41747*571 1!#17!U 481 0219 107%11!27441W 681! % ,
7\$ 8171

K%,\$8441!1472\$141 2 O78!ONN710.65V 27 "#1 5 %)18 07% O78!ONN7
1 461!674481!&28 415072\$84481!&28 472 818)54#165V 41512 4V&74897447\$97!68 47\$7\$ 81717*57
!#17!U \$41%868 1 27!19 "#1 ,744 01728 \$72 02747! 127*5728\$7!1727!19 "#17\$,Q18 4 61! 21
8! 681 98!(68 O78!ONN711\$1 27)728 O78)1805+%86 7\$7\$ 8171745 98!(68 7978! 681
0 282 745 05+%86 "#1127)728102 147747!75 ,N7 14171/12 !1 \$+,\$797\$4720216744 14
07814727!19 "#1 02747! 14 0S41741 \$7!1102 171512 747*57102 171512 7!U 47741 1 ,
7\$ 8171710781727!19 "#17!U 481021161%8 115014 1 ,N77 14171

N X\$2745\$1797\$472 1 4 44758!74272 477\$074898 70 2 10216744 \$7!17078147
27!19 "#171512 Y

272 77\$074898 7	47%7 %
[K,7155+21710797\$472 61!4872 147\$07489141427*5728\$7!147 27!19 "#1 02747! 14 !1 072 11 61\$0277!817!271447847142(4\$7474 !7281274 1,2\$8!1 1512	K2N O78!.P7\$45 27 "#1 !72812 L/T!..710
[[K0 28277155+217108! 681 98!(68 5 %27 "#11 2N O78! .P797\$47261!4872 147\$074891414 27*5728\$7!14727!19 "#1 02747! 14!14 0\$7474 !7281274 1,2\$8!1102 17 1512	K2N O78!.P61\$27 "#1 L/T !..71061!9728 ! O78!ONN 710.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

01112 4567589 5 5 85 95 59 8 75 9 9989 7955 9 555 58 59 5 5 59 5 185"859 9795 5 59 #89 7 58 99 #89675958 7 7 8" 58585 \$55675 59 8 5 "85 %9 5 9 5	&8 '()*+*\$5,\$58 ' -59',. ++\$5,*\$ 85 -59' ,+ ./,\$5
01)2 4567589 5 5 85 855 8 59 #89 70 7 8"5955 595 5 9 555 58 958 5 59 556755 9 855 + " 0192 939 59"49 -59',+ ./,\$52	&8 .' -59',. ++\$5,*\$ 85 5-59',+ ./,\$5

./ &859 8567589 5 585 5 55588559#95 8585555
0783967575855 59

. 69 85 59 8675 59 585 555898 8675 5 588858558
5 078399585 &8559 85855 5 9555 85#89\$9 75 8955 9
8!9(&.:,1/<.:,%=>47;<?><?>0%>(@/.,/ ,...<7./25 8!9(&.:
,**1<.:,%=>47;<?><?>0%>(@/.,,*<7*,2 & 85555859 585 5 7 8"\$
9989 795555899855#9 85 67555 585 998 5 07839
9585 7 88 78 870 987 5 5 59 7 8" 87 998 855 07839
85855\$ 855589 9 995 99507 589 555 7 7 5 567955

. * ;59 585 55 5588 8 7#89 58567589 5 9 9599A 5 9989
7955589873 5"795 7 5 @92589 9 99 7 7 5 567955\$5 995 28"
585"98 5555 67559585 8679 979 5 07839B992589 5"9549 7
85758 0799\$5C595 989579 8555 07839B99928 5989 % (=B928 5
85"7895585DA5558\$57\$ 799 7989555 07839\$ 8 59B28 5
85"7895 85 9 5 8578 D95B928 585"7895859E5"7895 95 D?F9B9928
95C949559 99 9 585=79 F85 \$ 8 59 855 5589 5"9\$ 58
9 F37)117& 9 -59 F85 B5999258 5675@5 07839 79 8578
9598 85C578 589 589 97 8 583 B57 29 7989"558995678
95#89 79859 5 785 078395C575 5 9 5589 589 97 955 675
5 758 9 58#85 \$5 5 785 078395C5755589 589 97 5 7939
958 \$5 G 58 7589 8 55559 9 9555"9 B57 989"555#5 5C5839 5
559 67555"7859 7958 58 758" 775 6795 88 8 559B5 07839 5#
9 59589 8 998 G59558\$985 79985B5 0783955 9 99
HHH111 7 8 * 979 B5 07839 5C57589 589 97 5 7 8"B557
29 7989"555 0783959 5 \$5 59 895 07" 78 589 828" 0799
5"9 \$58#9 939 \$56758 3515J16J 99 1 7 8 ,'-59 5 58'+\$5
,110958 ,,. 4942

.K 6 87 586755C94958 5 585758 07995 07839 9 558
59 585 0958 ,,. \$L.'\$ 4942

.1 %55 \$9 85586755 5 8 99 1) 8 ,,. 494\$5C90855 5589
5"9585758 0799\$ L.' 5 89" 55555675MNOPQRSTUVWXYZ[WPSS[OXPOZPWYPZN]^ [O _XRWRN`OXN
YPSS[NO _ZaXRWNOV^[ORbYPXPONONYZ[cN]^ [OX[OYPXRX[OXPOZPV[cN]^ [d (8 \$585758 0799 9 5585 \$
5955675 5 55C9"98 9585 6758555589 5"98559 55 :#9 7 9 9585
7 8 675555885 95 8 L.' 8 ,,. \$675 8 98555\$7 5A675 9855 5
8585 ' , **/\$5, ! 8 9599A8 5 8 \$55755C9"98855 5589 6759 8 55
5 855#5 85758 0799 7 \$67558#99559 8 9 ! 78 58 \$7495589
5"9585758 0799 99599A 8 5"79 5 8 5 5 5589 5 85 5 7 8"

+ &85 8A 5 5 758 9 7 8"85C578 589 589 97 9 5
99 E 8 " 5 895"8 85 G59 7 8"\$97955 585 5 095
8 ,.7&\$L*\$58 ,,. \$L.'\$ 4942

+, &95579 5 5 7 9585558 8 5 5 7
58 9 85C 8 5589 589 97 (8 \$ 8 5 585 7 8" 58 555
5 55589985#95579 5 55 #90958 ,.7&\$1\$ 4942

+ 85558 558 6799 5 7 8"\$ 95 0783967585 589 589 97 5
5 67595"8 57678 95#89 59859 55 5588 5"7959 95@925589 97 85 @2
9@678 5 95595856749 7B5245"9 9@845 95845 8 99\$5
#C:9 7 85 B29 9@75 9575 78 !C59 55\$5 07839 558

8" 5 9 5589 589 97 5 95\$67 892555 589 5
17 85 98 589 5 856749 70958 ,+\$L.'\$ 494B58 .' \$L'\$

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

0123145789 1134 501231451781

57121355 13!31"#74131"3\$%15'214174535#453"1!11325744#'
1"#751 31314131175(')134 2%#4*+%15175,52%4454152%4!54741
52111%31314174535#453"1!1%134172133145#73141741 31357455#74#3-5.
11-75)!134 /8*+34 9'71005*121"14354!152111%3131417453
5#453"143 #435%314 1121352574155%35"34351!113131%57 11 31357455#
74#3-5.11-75

(5347454116#1715%1513175!43515#453"%3%314435513!451357#351!1
5 13!331"3224

8 9!174#316#131745741353113175!435314!5%13'556#1&417.11"545735%11
%312435175!5%1513175!435314!55%13'55# 16#1741 525743357114%514#4351!11257133
6#15%1513175!435317131741%13'55&1"545%131#1#5 &145475715%1513175!435317131741
5%13'55# 16#1741 [...](#)

51<4=7214344351%352151%#34351773435735%11%53>3175!435
5#453"%3%314435513!451357#35 ?51747451.5#!13%5 11%243517435124351
5#453"@ABCDECFEGECHIJKLHMCEDNHCOPQ15%352157434!51!1131727.514*57#453R#3'2

SSTUTVCWCXYZ[O]^Y_C]Z__`QSY_CabQbCYCX\c\QSO]^YCYCa\XSXYCX\lCQ\YdbefYCX\
Y[^YQgbCabQbCaQ_^befYCYX_C\QdSeYCX\lCQbXSYXSc[_fYC_Y]YQbClOaQ_bQShCiZYQ\QZShhj

k171317455%1513175!43515#453"%3%314435513!451357#3557531%313
)25132316#1352#%3174551"#741316#45\$

l16#45	117534!
%15'214174535#453"1!113 25744#1"#751 31314131175 ('	34 2%#4*+
(1517514174%532174552%445415 2%4!547411!1%134172133145#73141741 31357455#74#3-5.11- 75	34 /8*+1 34 9mn5*12
"14354!152111%313 14174535#453"143 #435%314 112135 2574155%35"34351!1131 31%57 11 31357455#74#3-5 .11-75	34 /8*!+1 134 9mn5*12
!k 13!o725416#7444!515#453" 1357#35	34 /85!pl 34 8/85012314578 9 1134 50123145q1781
!*#%31745525743451%13351 7711#22572#4#31536#1 5#453"15 3"5#	34 (3"3755725 5*12134 5 !pl
!r7#417435%5 1427215741311 %5 25	34 (3"3755725 5*12134 5 !pl
!%311744351316#13174513175!435 41%14!575%1531%311747411" 5#453"5#%53%352#3532577531753#35 %57 -5%15r7435*5#724s1	34 8q1788981 134 15 !pl
!%311744351213435%725# 52#174516#1174114%15>3"35131"435 25%14174116#114!13136#!5545 25744#4!5%15'2	34 725tt5 !pl
<%31174435121343571"4!17=72 1<%1%1543 #5311%15'2	34 725tu5 !pl
<%3117443512134351312#%13435 1<%1%1543 #5311%15'2	34 725tu5 !pl
<(35!172343575*?(R	34 725u5v !pl
<(35!131"#31%13741+-177113 14##72%5#43411%15 '277531	34 725ut5v !pl
~^5!131"#3153125.17455 #355+41	34 725utt5v !pl



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

0123567289 6 861989 6 8128 61989 718 87979 8681897 79 6217	6117 !!!97" ##
02356728981 01\$189 9%&171891 197 68 8'189768&8 (7	6!)97##
02136 8*79 9 868*781898 7 6 6 8 8 98 1989 1 6 898+ 7 (881,768- 011987117)!9786 97##	6!)97##
02113588 79728 761 68 976 7.& 179 77681 12 879 86 8 7	6/012 6 30297##
02111341 89 ,178 798 8*725 198	6/!97##

67 87+ 6 , 6 876 +1179876728*798791*79 &681 167877868 19897(5819 9 987
:219 1 ;98 18 8183 / + 79 62 61,189776 179886 8*797 1 97 7<13 619*79
81 7788 7=113 619*79 6 6218=1113%9 89 19 1989 =123 61,18979 868 198*7 0 9197(5819
9 987=2386 16867,1178 =21386 1689 68&8 (7 6 219\$18718 :>53=721138876 :219 86?0297
##3

6; @1768 6 1686+ 885 1 97 8 +897768 78A6B9181 6867+896771 561798
1989 + 6 87 62179 6891791,*79 2 7& 62867 1 6 +117<13 7B17 876 797818
718 78 278 98 78A6B9181 6 898 6 8&681 167877868 19897(5819 9 987=113 (
97C1779161 98 78A6B918C188611897+896771 56177916 1279 768 78A6B918 0 8
97 7179 62179 6891791,*78 78 1989 + 87 *778 61*7%6 9198 9 768 78
A6B918 0 8 9 62179 6891791,*7 D1B17912 67 0 787 11 8& 197786397
E 6 7/4 123F9 ;F1= 1113 (97C1779161 98 78A6B918C18,76879 897 9 1*7
681898 A 897767, 619876C6*7A9118 7 1897 86518971 B176 , 61977862811718 B 8
G&HGHG9HG HG,HGHG(HG1HGAHGIHG HGHGHG7HGH G+H984 1>7 862F69 ;;J:219 86?0?2
97##3

?J 6 / 76 5617+ 8 619- 9 6 861989 818 01198 6*7719 689825 198
6777 19898768979 8% 891878979898898 0 91*76 8 28988+ 8768979 28 1989 8& 197
1:219 867F97##3

? KLMNOPQOQRSTUTVWQXYZOPQOQ[WZPT\LSQXYZOPQOTVWV]PQPTOPTO^[TOVYZOTUW_O]NRT[P]PQOPTO
QPN[V]UWSQXYZOR`aL]QObTPTSQLcOMOSTVZNTVP_dTLO^[TOQOefghfOSTQL]iTO\ZVU[LWQOVZOGQPQUWSZQjQ\jZVQLOF
TO e[URTVUQUO mgfkencO P]URZVodTLO VZO UoW]ZO TLTWSIV]ZO PQO gZVWSZLQPZS]QpQTSQLO PQO rV]YZO mgqrnO p
msWWRUtuuRZSWQLPQWSQVURQSTV]QvwZdvaSuRQw]VQp]VWTSVQuxyz[[]p]T]UnO\ZNOZOZa~TW]dZOPTOdTS]b]QSOQO
RTUUZQO~[SoP]QOZ[ORTUUZQObO]QOm]VWTWSQVWUOPZO^[QPSZOUZ]TW_S]ZOTOQPN[V]UWSQPZSTUnORQSQO\TI
KPN[V]UWSQXYZO`aL]Qv

?3 E 797 7& 6289776 +117818 / + 7 91979 6 728*79 77688686 8*797
62179 6891791,*77768 6 8618 :7 618 39 2 688 1897 ,767879 , 6197 7D11%61798
>718-

kkv{v|OpOkjrKOfOhKkKOOKjkefkKOKKOKOfjhKhOKOhrhqKOKK
feKhOhOefkhOfOKkhkrehOehjhKOffeKkkOmghfgkKn

? 879 6 728*79 7768C6799 , 178C89 1& 68*797>76 788178 879
9 , 61 797 177D116798>718- 9 2 0 91687686189 6 728*79 77688 6 81(898
56 19\$1898# .& 188687 2179 8 868+ >76 788178 9 1& 6 7&6 86 728*7C886728*797
>76 788178 7D11%61798>718- 9 2 67219 1868 &68*79 678911278776879 7 *77
61*7:219 86330028298>=8602 86?97##3"

?6 869 *7 0116768 06 87&6 76 +1178 6 7& 628978 91*7987686189 6 728*79
77688686 8*797 62179 6891791,*7%6 7 952 + 76 , 6197877 (88 1 1,768- <138
9 718*798 78A6B918+ 7& 6586 728*7987768=113. 6797>898679 5 78*6B918:>85'3=1113. 67
9 161*77!4=123819 1,18*797897 97D1B17 + 7 62179 6891791,*7% 0 897=23768979
968*7986 728*7987768=213 7 671118 9878 976897987768@ 56188& 18*7987686189
876198*77E15617,118 981*7868+ 787 (8 ,1518

?? 6 / 7 1 79 79 189 76861811 618 + 688986 728*79 77688686 8*797
62179 6891791,*77768 6 8618 :7 618 3<

D!8E5##!

D!8!#EEE>D8!>77988861&1- 7& 6289779177786
71586568,7.17117! 98>711*7 9 68 84 12619 319 8779 ;F3 7E 6 72
?31;?9 9 7&679 ;F& 777+ 7897567 72 00000000000000/006 7 2 <

62186 72898877688 6176 7, 6198 1989 9 718*7977768975 78*6B918
16187>85'7&7200000000000/00. 679 161*77!42000000000/00886169
000000868 0 86 768979 9 9877 62179 6891791,*77768 ,6 +\$1879 898798



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

012345679 093 3 2329334 2 093 3 67542 2329334 2 542 6

2 53 2423 235 740355 19 424 54 4347 5 !" # \$23
%453"3 2&" 0934'57"355(5)9555"409 5

*54 5 09 2+3!3 5"4354\$52"3(4 2 # 955 ,43 94"79 50 52 4*7-
*724# 9533 .24"

/54 4349403 94244254("34

,012013,34&506

13935 2542 245# 0934'5

67 .44 5 9532492 45 394'522+324595418570 5)44#02! (5445
394'5430445942457(0 0 99 9 043 4"3!"9513:#.7#%&7545 4342# 95 "324 9
;72<*=94434 2 5 55 5420393543 5"43 942 599 4 2 44454 2 53 2
423 235 70)449!"35193 420393543474"3+424"44#079 954 435>9342\$(344
2309 249 4 24 4

6? 3071303 5 95394)54# 95" 348 234 2!5 993472 3 4 7
35492 9334 7 0"094 743 409 40"34 2 533 9409 "4942 94591857 253942 4
424! "4439 4 9 0434704 352934" 992309 2\$ 223 53 24@A

BBBCDCEFGHEHIJKF

6L 492 45530 9532492 5409 5430443"42 57 0924 579 45 23 04"7)540
(54245455395 394'5"444342# 0934 4 34""M934:4#0=N3=2542 42454
149354 8 2345934":185= 0 400 94434 2 5 55 5420393543 5)440249 4 2
44454 2 53 2423 235 5 9 405434": 034"=74449!"35193 420393543474"3+424
"44#079 9P43293342 435>9342\$(344 2309 Q33=252)49232 5 5)353 535 5954
185725232 232 29 4 2 4Q333=44#02!45472 045547) 45 9 5
40 "244 50 5245918574+92 >93494049354 193491857592 4050432933424" 5
9R0 " 55 420393543 0 4"102355 71 092!"494242\$342541854 54 52424
55 420393543 494"3542 74952 94039P409 4 @4(392 13935 7592 2359542 13 93 454
95" 348 2347 9 0 50 5240394 , 04349667242 434 @4"24A93 :@A=754" 94P3\$5
23532R324 234Q3=45 P44)53 9409 23 5 (442)4 24534 !34 45 540 9544245
"34324259 4"(4245941857 54 52 55 420393543 20594039P42 5454# 95" 348 2347
4449!"350355 2049354 234Q=5P 44034 2 55 244 2394) 5545"4
944"34 2549 24554 2 47STUCVWCXWYWCZ[]^_Z_CWV`ZCabC 55 420393543 2594039P42 4
54# 95" 348 234Q3=143(3 2 13935 2542 2544547 0 59492 2# 9294 3242
0!3042 1393513 2542 245# 0934'572344 434)9 4 44454 2 53 2
423 235 5 9 405434": 034"=Q33= 9R2 2403942 4340393534"4523424949 4 2 4
253 0 2" 430445942 :323066255#555,#3d=Q333=4\$5423 24 4340393534"
29 4 2 47 54 52 55 20393543 20594039P42 59532>934245R("347 03 2
53 20 3 5455(534" 13935 2542 245# 0934'5744)544342 53 09
94039P42 4 # 955 ,43 94"442"3(4

6e , 50 52 4724 434, 0434#@Af@A9<6f<74185 553YZ]XZXWC[U_CXU]VCZSUV7443
242442544 4 7 41)5 (9P44"4 "35"434539334345 (4559

7< # 294 220393543 254# 95" 348 2342 (54455395 394'5N3=393347
03 2 4A543,47 24409 2@5 20393543424# 95" 34 @4"24A93 5 (40355 2
32 5#55.5,#3d,<<<;<f<*f#0,8A5 1#01f#@Af@AQ33=354418594"493"P42 9 "2
049354'5 234593435254# 95" 348 234Qg

7; 94039P0 5 54 52 55 20393543 944342# 0934 4 34""M934:4#0=44
3>93420435 32>93454(35

h 95324 53

%45 "347<62 (2<*

ijklmnopqprsnlktiuplrp
bFKFCvwIHFCJwGxFJCyFcyw
2z0@202A,3{0
#0052,205 @5d8A5|23#02523023.A4{0



5689!"#\$%&\$"()*+),+#+./0!12#-2+#30+ 30\$4567
8 9;,<9=99;>?9@;9:AB:AC DB E F G HI J
K J =



L1MNOPQ21344RQ3S1PTP2U1QRM3OPQ2PV1UWXYZ[\]X^[0_X^`Xa`[bM1OMPU2RcRM3S1[5RQ42R2NMR1Q3Tde63fN6f1g6h
3M1US1M1O14Q1UO32Rg14TPf3R43VTRMjgPR46[M1QcPUkQMR3S33N2PQ2RMRS3SPS1S1MNOPQ21P42jSR4V1QlgPTM1O1
5no55n5pqrPMS3gPSP3MP441Shrt5ccMQ1PQSPUPu1PTP2UvQRM1s22V4wx43VRPQ463fN6f1g6hU6yQc1UO3uzP43SRMR1Q3
WXYZ[\]X^[0_X^`Xa`[bM1OMPU2RcRM3S1[5RQ42R2NMR1Q3Tde63fN6f1g6hUi6L323P{1U3w5}}5o}~o~n5pw~t60OPU1SP
^URPwq5nqoo|r|tq|5tpo5p5rtn~r6OR441Uw[N21URS3SPPU2RcRM3S1U3S1^aZaX^`]g56

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad





01234045067890 10 53
43 395067890 10 53
43 395091540 3035 59531043 5408
705 88670
8 0 010135 5953 3439818180 048 !!6 90 5061""3 8#\$%& &6
\$\$

()*+,-./012034567843498-/:;<=>?-/78-@<8.@<

:<+A033B9C23335D784349>54
E:F)=)**,(/*A0*)=-)F,=E,0()0-/?<:E-,GH/0*/-E,I0)I)F=J:E-,
,**<:F/*A0=KLMNLMOPQRN20?;=20=SLMN0TNUVWTKX20=V1NYKZRN0LV0NP[NWK20

0]^_`_+,=)-=0=a)=):-E,I012033353843498-/:;<=>?-/78-@<8.@<bcde^feg_h^dbcihie_h
]f^f_gdjd^ikdle_gd^dbcd^ikdle_hgd^dl`fmn_gd_ce_^of]f^ff]^dhefmn_g_hd^im_gd^fgi_gijchn_h_l_`fdk]^dhf^ifp
#q_kd^qifp%

& dpfh^frsdhligiqfgfhl_]^t]^i_f^dqd^dledlg_dhef^dk]^dhledhfhq_lgimsdhbcdfce_^irfkfdpfu_^fmn_gd
kflijdhefmn_vc^wgiqf^djd^dlqifp

x 8lqfkilydkq_lj_^kd]^_]_he_

^fhwpifgd_cecu^_gd& &x

Ohhilfg_dpde^_liqfkdued
"8 58 378590"89 0 18
0123701310 53
4_lhcpe_^c^wgiq_

Oedlmn_fq_lhcpeff_]^_qdhh_dpde^zliq_dhe{gih]_lw`dpdkyee]h"hc]d^hfjidlhfoco_`u^kdgifled_
j_`ldqikdle_g_|kd^_]liq_gd^_e_q_p_# % x~ & &x&dghfyf dgdfqdhh_gu!jjq



1_qckdle_fhhilfg_dpde^_liqfkdued]_^"8 58 378590"89 0 18q_kqd^eijiqfg_Oilheiecqi_lfp#foco_`u^%gd
fq_^g_q_k_hl_^kfei`_hpdofih]piq{`dih0q_ljd^lqifgfcedleiqigfgdg_g_qckdle_dhe{gih]_lw`dpq_k_qtgio_
x!x&xdqyf dgdfqdhh_gu!jjq_dlgd^dm_dpde^zliq_yee]h"hfjidlhfoco_`u^5lj_`kfmsdhfgiqi_lfihioife{`i_#f%
"8 58 378590"89 0 18q_kqd^eijiqfg_Oilheiecqi_lfp#foco_`u^%1fehd_`f6 6& &x\$!\$ |kd^_gd
^idx~~~ ~!\$ ~\$!x&!8kihh_^0ce_^igfgd4d^eijiqfg_^fg_8993`

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

RE: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Seg, 11/03/2024 14:13

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Processo nº: 53115.026522/2023-13

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, rela vo à emissora RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA (CNPJ nº 75.452.284/0001-56), executante do serviço de radiodifusão frequência modulada, no município de Lages /SC, cuja pena culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão. At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 11 de março de 2024 11:02

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

Processo nº: 53115.026522/2023-13

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA (CNPJ nº 75.452.284/0001-56), executante do serviço de radiodifusão frequência modulada, no município de Lages /SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODIhNGY4NC05ZDYxLW00OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW... 1/1

6d1bbba1-cf95-4217-83db-d2bbcfad25fad

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

75.452.284/0001-56

NOME EMPRESARIAL:

RADIO ARAUCARIA LTDA.

CAPITAL SOCIAL:

R\$18.000,00 (Dezoito mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

RITA DE CASSIA RIBEIRO AMARAL

Qualificação:

22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:

CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 11/03/2024 às 12:01 (data e hora de Brasília).

[0 VOLTAR](#)[1 IMPRIMIR](#)[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



1/41/23/4¿À1/2ÁÂÃ1/2ÄÅÆÇÀÂÁÈÃÂÈÉ3/4ÄÊ1/2

0123456791 34 7221 479100010

!"#\$%&'()*+,-.*)/0*),*.12+*3

456748'(9:3;<3<=;>???@A:B

CD\$EFEG%HC(I"CJ(CK(G !"#\$(%(!E!\$CK%(C4LM(C(NOH48(C(%!(G%&%!\$D!(PQRJ(7P4(C(P4Q
K% \$E&!(TC#%(DDCUC&DE%HNCD%#(&%(O EVJ(WX-.0-WY2*Z(DCUE!\$D!(&C(
TC %E&%&C!([EUC \$C!(DC#%\$E[%!(%(748645(G !"#\$(%&\

]^_`abac_`def^gdhi_d`^jki_dladm^no_mapqidron^h`^gdi_dj^s^joli_dbala_`ji_dbih_imolakdohsijkapt^_duj^_`ala_du^mi_d^h`^
uvmobi_gdl^d`ili_di_dxil^j^_d^d^_s^ja_dl^dnir^jhiy

z_d{`o`^ka_d^x[jd^d]-cxdbih_imolakdi_dlali_d_iwj^didahlak^h`idli_dujib^__i_dalkoho_`ja`ori_dl^dj^_uih_awomoapqid
l^d^h^_dujorali_dhidxil^jd^bf`orid^l^jamy

zd}ala_`jidaboiamdl^dkuj^_a_dholh^a_d^dff_u^h_a_d}dauj^_`h`adadj^mapqidl^d^kuj^_a_d^du^__ia_ds_oba_def^d
_isj^jakd_ahpt^_def^dokumobajakdadj^_`jopqidl^duaj`obouajdl^dmobo`apt^_difdl^db^m^wjajdbih`ja`i_dbikdad|lkoho_`japqid
xvwmobay

zd}ala_`jidaboiamdl^dkuj^_a_dxfhola_d}dauj^_`h`adadj^mapqidl^d^kuj^_a_def^d_isj^jakdefamef^jdla_dufhopt^_d
uj^ro_`a_dhad^odhdyd^od|h`obijfupqiy

zd}ala_`jidl^dh`olal^_dxjorala_d_`kdoh_dfbja`ori_dku^lola_d}dauj^_`h`adadj^mapqidl^d^h`olal^_dujorala_d_`kd
soh_dmfbja`ori_def^d^_`qidoku^lola_dl^db^m^wjajdhiri_dbihrhoi_gdbih`ja`i_dl^dj^ua__^difd`^jki_dl^duajb^joadbikdad
|lkoho_`japqidxvwmobad^l^jamgd^kdsfhpqidl^dojj^nfmajolal^_dhqidj^_imrola_d^kdbihrhoi_gdbih`ja`i_dl^dj^ua__^difd`^jki_d
l^duajb^joadsojkali_dah`^joijk^h`^y

CD\$E&V(CKE\$E&%(!('(&(&E%(66(J(GK([%#E&%&C(%\$((&E%(66\

E (T%D%(G !"#\$(%&%(CDEFEG% V(&%(GCD\$E&V([\\$!\\$T!'66GCD\\$E&C!\GU""U\|D6](#)

£&EU(&C(G \$D#C(&%(GCD\$E&V'(¤"44U¥ !\$\$¢U`L"\$FS\$

©ª«¬ª®¯°¯«±ª«ª²ª°®³®´µ«°¶·«¬¶µ«¬,°®±¹®°µ²º³®´¹²»



?8A965<
2Er06^V0FG10=5253<Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

q 00 q00Pba0 0lañ0

123456789:2;<45=<96296>?548@9629321254<@9<6A5:5@43<6<@
B2C<9<:<42C

:DEFG 3<6589<3<H1<35<9C46<I

1:BJG KLIMLNINOMPQQQRLT

00000000UUVWXYZ[\]^_`aV0bc^0[^b_X\]d0\Xe0V_X\0fX\0d0gVbfhb[Y_0V]0_Va0b^]Vd0WV\Xy_]0k_0WV[VYX_
lf]YbY_XW\fl_OgV\l0lb\XVid0WV_\lj\lf^0^0fYWWYX^0fV_X\0\mhb[Y\0fV0[^nW\W0`a\Y_`aVW0fojYfl_0fV0WV_g^b_\nYiYflfV
f^0[^bXWYnaYbXV0\i[Y]\0`aV0jYVWV]0\0_VW0\gaWfl_p00000000q_X\0[VWXYfc^0WVZVWVr_V0Vs[jia_Y]\jVbXV0k0_YXaltc^0f^0[^bXWYnaYbXV0b^0u]nYX^0fV_X\0\mhb[Y\0d0bc^
[^b_XYXaYbf^d0g^W0[^b_VmaYbXVd0gW^j\0fV0YbVsY_Xhb[Y\0fV0fenYX^_0Yb_[WYX^_0V]0vojYfl0IXYj\0f0wbYc^d
lf]YbY_XW\fl^_OgV\l0xW^[aW\l^WY\0yVW\i0f0zi\{Vbfl0\}\Y^b\ip

000000000q]YXYfl0k_0}-0f^0fY\0}~~0^W\0V0flX\0fV0W_oiY\p

000000000iYfl0\Xe0}}~~p

00000000

000000000UUVWXYfc^0VsgVfYfl0mW\XaYX\jVbXVp



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://7infoleg.br/ot/decidua/assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/anatel/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQModulo=3761>
<https://sigec/anatel/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQModulo=3761>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



1234532647589 2

47589 2

!"#\$ %&'1()&'**&('+,1'- /012!3% 45676789:64

1;<\$=% >?@A&23B43BC85D4E474F2GHIFGJ8K76B2L4389232 MNOPMN/% Q464RR8655574S

1\$#T =U%VD49B6G76B232 W # X Y\$ % +MZW0% VD4

0"[\$/12% W # 0"[\$/^_ =UM;[\$ Y% W\$<`Z#\$< %VD4 2\$_\aTb;\$%

(7 GcF29 +V% E N;['M T[\$ %VD4

!"`1% &*""&+)Ed)lI&e1)'L'&'+fgA>-'V1'& h \$,;,%eV,&)

iT"\$[]_ \$% +2cG5 M!N% jk@lA@lk V% E

!"`M; ;a_`% &822F945d4CFG34'H2F29fg h \$,;,%G7 F4

iT"\$[]_ \$% +2cG5 M!N% jk@lA@lk V% E

M;m\$a0"a[;,\$#a"MZW0

VD4enB5 GHFo3B 45B756FB 4574'1(Vp2F2G5 GVqHGF43GIB5 G9

r[\$#	!a#` P rs`P N ;[`	Z"	W # X"[/\$#"	X Y; ^;\$t\$" Y	W # N t "#	X Y; N t	X Y; \\#\$Y\$u	1v`	1\$#T =U	X Y; Wmw\$#PM;m\$# xyz
g>{lA 1*&	@	>@lf @k >}>@lf	&->@@@@ lf I >}>@lf	>@@@@ >@@@@				<div>5557</div> <div></div>	8B 234	@@@
igffa ,l(l	>@lg l@ >}>@lg	&->f@@@@ l >}>@lg >f@@@@ >f@@@@					<div>555R</div> <div></div>	8B 234	@@@
igffa ,l(l	>@lg l@ >}>@lg	&->f@@@@		@@@	@@@		<div>555:</div> <div></div>	276G9234	@@@
l?>A ,ll	l	>@lj ? >}>@lj	&-~jkj@@ > >}>@lj	jkj@@	jkj@@			<div>5556</div> <div></div>	8B 234	@@@
{>@@A l&	l	>@lj ? >}>@lj	&-l?@@@ > >}>@lj	l?@@@	l?@@@			<div>5554</div> <div></div>	8B 234	@@@
l?>A ,ll	l	>@l ? >}>@l	&-~jkj@@ > >}>@l	jkj@@	jkj@@			<div>555S</div> <div></div>	8B 234	@@@
{>@@A l&	l	>@l ? >}>@l	&-l?@@@ > >}>@l	l?@@@	l?@@@			<div>555Q</div> <div></div>	8B 234	@@@
l?>A ,ll	l	>@>@ ? >}>@>@	&-~jkj@@ ? >}>@>@	jkj@@	jkj@@			<div>55575</div> <div></div>	8B 234	@@@
{>@@A ...	l	>@>@ ? >}>@>@	&-l?@@@ ? >}>@>@	l?@@@	l?@@@			<div>5577</div>	8B 234	@@@



\$%

'#
%%() **

'**
, - - -

-# -# -#

\$% ##

-# -# -#


\$%

'#
%%()


'**
, ## -# - -

-#

\$% ##

 12345627898
48




 12345627898 !"2498
48




 12345627898 !"2498
48





 12345627898 !"2498
48





 12345627898 !"2498
48





 12345627898 !"2498
48




 12345627898 !"2498
48




 12345627898 !"2498
48




 12345627898 !"2498
48



 12345627898 !"2498
48




 12345627898 !"2498
48



 12345627898 (7-
48 876 -#
3633489586483



 12345627898 (7-
48 876
3633489586483

9;.<=>?@AB?>:@C>DEFGHFEGEI>J@C>K@<BLMN -###

9;.<=>?@>OKP?B;:L>@C>DEFGHFEGEI>J@C>K@<BLMN

Q@R@S?<>?:>T<CU:>VB;W<XY:

\$Z 48787"638[92234642\8]\$8Z^248_"3332\8`
_Z 48787"638[92234642\8]_Z^248_"3332\8`
\$ 48783462 48386a629\$876
\$Z\8b98Z^248_"3332\8\8b98
c 48787"638c"92726
d 48787"638(b98
(e) 4878(49%"7627 488(2a628e^27269)248
\$(48,3762488\$[(,d
[(48,376248(f\29[42\
Z 48Zg7" 48c"92726
Z"333g2b2726299386^86 98h'\$9'(7648i-#(72348\$(#j6"248`



28
3

48%67698

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

123145678497 1456784
37 76648

!

"#\$%&'&('

&'

)784* 648	*9+595	, -+545, -678
-----------	--------	---------------





789 8

▼

9

99 898			9 !9					
"#\$%&	'0(*& +	.-./ +	01(23)3% +	~*452&(%6 +	.)7)(%7 +	521)623)3% +	%782#9 +	
8 ABC! ▼	D	!EFGHF I JK IK L	MGNNOGP	QCRSQTFQRJUC	GGOVWG	B	FA K	!E

YZI\^_`a[b]c`bld



6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

8277438 3

8631 3 47 3 1

3 8347 3 1													
!"#\$%&'(#\$#!)0* +*0*,*0 *-.* /													
!"0\$&'\$1(\$0* +*0*,*0 *													
2!3!4&!5678999							%: \$(3);</8/6						
=>?) /6/@6A9BC							D !E"#0(1!3)6969@76						
2(F"G1HIE() *J67K3 3							2(F"2\$L\$)41M632						
N\$"\$#"O&'E\$')9AA6							PIEQ(R)B03 78 7S8 T88631U61VSW73						
=\$E\$!E)J67Y678							ZO\$3"!1F!O[4(O)						
\!#)							=\$!E(\$"#\$"%1'\$R^)J677_32						
`\$3a"()9AA6													
bc1!EQ\$Rd!1)*48eC6f196136819Cf_S273 8 8+,1													

1618 T1 1											
Z]E\$#HE) 0,* *0-+T g+UU0 + *X*0*- = F3! !&') / *h*0											
i\$(EE) h.0+ H !E) C											
jH&(O[F() -3M1						G0) T =%>) @@99					

1618 8661_8 W73											
Z]E\$#HE) 0S3 3628 g861 8 *3632 = F3! !&')											
i\$(EE) 1468 H !E) C											
jH&(O[F() -3M1						G0) T =%>) @@99					

1618 8 .63786											
Z]E\$#HE) 0S3 3 .8661 = F3! !&') X8668 8 J3 828											
i\$(EE) 7 3 1 *243 H !E) TAh											
jH&(O[F() -3M1						G0) T =%>) @@9CC					

1618 8 4k 78 J677_32											
Z]E\$#HE) 0S3 3628 g861 8 *3632 = F3! !&')											
i\$(EE) 1468 H !E) C											
jH&(O[F() -3M1						G0) T =%>) @@99					

1618 8 4k 78 *SI72736											
Z]E\$#HE) = F3! !&')											
i\$(EE) H !E)											
jH&(O[F() B						G0) =%>)					

8631 8 J238 m378

-8327n38											
jH&(O[F() -3M1						G0) T					

J36o1468 .p78											
=\$&\$3) 9				OE!qHr&O(\$ 7/9 Xsn				=3\$11!) * %\>"j!L(\$) /776tu			
v=w) 7/				>\$E!\$!&')				N!O\$3\$!)) 0\$1!)			

8631 3 438



[illegible]

6d1bbb1-c99-417-83c

				!	!	"	"		#		
!	!	"	"								
						!	!	"	"		

\$%43&'8 ()*72736				
+63%,7%%86 ()*72736				
-/01234560789;<2		=2/;>2 \$?)7@3,148	'8	1A8463 8
B8CD0E8;<:		F2<G;E083/:3H7:D8IJ2	KL	

+63%,7%%86					()*72736						
-/01234560789;.<2					=2/:>2		\$?)7@3,148		'8	1A8463 8	
B8CD0E8;<:					F2<G;E083/:3H7:D8IJ2				KL		

M7N3 1 +63%,7%%8 ()*72736											
=2/;>2						B8CD0E8;<:					
-297D09;<23/8300:P8,				Q<:;68IJ2 RS##,				F:D/8T3QE:TT.D08T R		U97:/V;E088N,%	

(413) *72736									
=2/:>2					B8CD0E8;<:				
W8;P2 R		X:89YZ0><[HD0:;<8IJ23]		[F2>8D0^8IJ2		_ -U , 4`F3=ab098	
0cd									
-./0123FU									

ef86,3&g1% 8 8A),148 1 h)486i3											
jk,		l68A1%9k8		c8A),148 +7@8		c8A),148 h6i'8		c343 8		c343 8A) chm	
		l8643673		o		S#S		S#S		h)486i3	
										p)6q 7A8	

ef86,3&g1% 8 8A),148 1 (@68r3&'8 1 M8A37%											
jk,		l68A1%9k8		c8A),148 +7@8		c8A),148 h6i'8		c343 8		c343 8A) chm	
#####		c1%@3AN8		o+e		S#S#		S#S#		(@68r3&'8 1 M8A32	
										+sA7A8	

t7%4567A8 1 c8A),148% \$,747 8%											
jk,		l68A1%9k8		c8A),148 +7@8		c8A),148 h6i'8		c343 8		c343 8A) chm	
		(48		h0M\$		SS#		(04867n3 8		m%8 1	
		c1A6148		lO		S#S		#S#S		+63%f16uA73	
		c1A6148		lO		S#S		S#S		018r3&'8	
#		c1%@3AN8		o		S#S		o)243			
		hfqA78		o		#S#S		(r164uA73			
		(48		o		#S#S		o)243			
##		c1%@3AN8		o		#S#S		(r164uA73			
		c1A6148		lO		S#S##		S#S##		018r3&'8	
		c1A6148 M1i7%2347r8 j				S#S##		S#S##		c127v16 8	
#		c1A6148		lO		S#S##		#S#S##		018r3&'8	
		c1A6148 M1i7%2347r8 j				#S#S#		#S#S#		c127v16 8	



		48	0			48673	8	8	1	\$%#00#88 61"	#73
&86'678 1 #783(148											
)	3)	*8(7+8	3	*8(7+8						

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad





Menu Principal ▼

mnop qq 47589 25rCD2B5qq '#()#+!%-%#\$3-I,!s!"-tu#\$\$&\$#v"#)!tu#

EC78 2w832

1234532647589 2	47589 2
-----------------	---------

!"#\$%&\$'()*+,-./01	
'234.56786979:8;<<<=>6?	

7

/@4A4BC7647 D2343234564EC552B7A4DE2F@4
--

G)*HI!#.\$J KKKKL MMLNO\$P\$QR2ST\$UT\$VSWXT\$XSRSYT\$\$\$\$\$\$\$\$\$U,-.\$LNZO[ZNOM\$\$\$\$\$\$\$\$\$]#I-.\$LL.O^.[

\$

\$



6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



tuvwxyz
QWERTYUIOPASDFGHJKLZXCVBNM

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SZOR 47589 25^]2\5 %!&!)#++#!"1+g* +!"\$"%! !| ^78 2832

1234532647589 2	47589 2
-----------------	---------

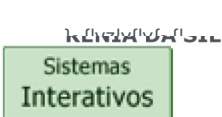
!"#\$%&'()*+,-./												
%012,34564757869::;<4=												
>?@AB"?>?C%?>A?"D@?												
0BEF	%012G%1H	F0A@?@F E%	%012	%?>IB	J*#K %!*+'	1?>K B0	1?>K 10	LF>MANBL	A1B CH	EC0A	%A1AB	
OPQRS /RTTPU1R OVOPOQ -UWWR	XYZ58:657X< 4Y	PO1ZR OPO[OPZO QW1O	34564757869::;<4=	1\^ 4] _O1VZ-ZSWPO1RP` :		<<	<<	TV	<<	S	Q2a^5	
		PO1ZR OPO[OPZO QW1O	34564757869::;<4=	Sb6\4	Y4=6: :c::d :c::d			TV	<<	S	Q2a^5	
		PO1ZR OPO[OPZO QW1O	34564757869::;<4=	Sb6\4	Y=: :c::d :c::d			TV	<<	S	Q2a^5	

C'(fg!, "hiiiijkkjlm"n"oFOA?"@?"LADM?"MAFA>?"@+*+, "jIGmpGImIq"r!g+, "jj,ms,kh



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



vwxyz{|

Menu Principal ▾

PVM..O .47589 25b]2l5 &'(" * \$,\$"#1,i+ !,"#%#&"!'" " 78 2832

1234532647589 2

589 234

!"#\$%#&"()*+,-./0											
&12-34456785933;.4											
<=>?	&<1@A&12	?<BCDC?>&	&<1@	&DEF=	G+\$H &"+, (1DEH =<	1DEH 1<	! ?EJBK=I B1=	L2 >L	<B&B1B=	
.MNOP QO00R1O MSMMN TRUUO	34456785933; .4	M1VO MMW.MVM NU1M	X:58:95968Y777Z: .L	1\] 4] ^M1SVTVPUM1O_	7	::	::	0S	::	P.	N2`5
		URNRaVPM NMbRPNU1M	0457Z957Z4Y777Z: 76	1\] 4]^1VRUO_	7	::	::	bUa1	::	P.	N2`5
		URNRaVPM NMbRPNU1M	0457Z957Z4Y777Z: 76	1\] 4]^1VRUO_	7	::	::	Ua	::	P.	N2`5
		M1VO MMW.MVM NU1M	X:58:95968Y777Z: .L	Pc6\4	4:[87 7d77e 7d77e			0S	::	P.	N2`5
		M1VO WWfV.V NU1M	X[56f:587ZY777Z: XI	Pc6\4	Z3[77 7d77e 7d77e			0S	::	P.	Wj8g\6\
		URNRaVPM NMbRPNU1M	0457Z957Z4Y777Z: 76	Pc6\4	X68777 7d77e 7d77e			bUa1	::	P.	N2`5
		URNRaVPM NMbRPNU1M	0457Z957Z4Y777Z: 76	Pc6\4	X68777 7d77e 7d77e			Ua	::	P.	N2`5

L()hi "-#jkkkkImmlno#p#q?<BD#CD#IBrJD#JB?BED#####C,+,-#InAosAnont#####u"i,-#Il-ok-ot

#

#



6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Menu Principal

QMO..S .47589 25a[2Z5 &'(" \$,\$"#1,h+ !,"%#&'! "(" 78 2832

1234532647589 2

589 234

!"#\$%#&'()*+,-./0											
&12-344567853389;											
<=>?	&<1@A&12	?<BCDC?>&	&<1@	&DEF=	G+\$H &"+, (1DEH =<	1DEH 1<	! ?EJBK=I B1=	L2 >L<	B&B1B=	
MNO1P.OQQMO MRPMSOTOOU	344567853389 ..	O1MS VVRM.M UN1O	:75:7W536XY666X9 :7	1Z[4[\\1MPNSO /PQM1P]NP^	6	99	99	OT	99	Q.	V[8_Z6Z
		NPUP`MQOS UOaPQUN1O	b56X456XbY666X9 6:	1Z[4[\\1MPNSO^	6	99	99	aN`1	99	Q.	U2c5
		NPUP`MQOS UOaPQUN1O	b56X456XbY666X9 6:	1Z[4[\\1MPNSO^	6	99	99	N`	99	Q.	U2c5
		O1MS OOV.OMO UN1O	:W53W454:3Y666X9 W7	Qd6Z4	b76 6e66f 6e66f			OT	99	Q.	U2c5
		O1MS VVRM.M UN1O	:75:7W536XY666X9 :7	Qd6Z4	366 6e66f 6e66f			OT	99	Q.	V[8_Z6Z
		NPUP`MQOS UOaPQUN1O	b56X456XbY666X9 6:	Qd6Z4	X7666 6e66f 6e66f			aN`1	99	Q.	U2c5
		NPUP`MQOS UOaPQUN1O	b56X456XbY666X9 6:	Qd6Z4	X7666 6e66f 6e66f			N`	99	Q.	U2c5

L()gh "-#ijjjklkmn#o#p?<BD#CD#IBqJD#JB?BED#####C,+, -#kmAnrAmnms#####t"h, -#kk-nj-mm

#

#



6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53115.026522/2023-13
Entidade RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA
CNPJ nº 75.452.284/0001-56
FISTEL nº 50414189345
Localidade Lages/SC
Data do protocolo do pedido de renovação de outorga 10/10/2023

Período: 01/05/2024 a 01/05/2034

Tipo de outorga a ser renovada:

- () Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.
() Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.
(X) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.
() Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponível pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	(X) Sim () Não se aplica	11158774 Págs. 3-4*	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021); - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	*Requerimento subscrito pelo então administrador, Carlos Joffre do Amaral Netto (SEI 11158774 - Págs. 6-7)
Declaração: a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não se aplica	11158774 Págs. 3-4	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".	



<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será feita, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p>(X) Sim () Não se aplica</p>	<p>11158774 Págs. 3-4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que assegure imunidade parlamentar a cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p>(X) Sim () Não se aplica</p>	<p>11158774 Págs. 3-4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração federal, direta ou indireta;</p>	<p>(X) Sim () Não se aplica</p>	<p>11158774 Págs. 3-4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p>(X) Sim () Não se aplica</p>	<p>11158774 Págs. 3-4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p>(X) Sim () Não se aplica</p>	<p>11158774 Págs. 3-4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	



Declaração: g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou sim proferida por órgão judicial competente, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não se aplica	11158774 Págs. 3-4	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".	
Declaração: h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao seu serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas no contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não se aplica	11158774 Págs. 3-4	- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".	
Declaração: i) inexistência parcela superior a 30% do capital social total e votante ou seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não se aplica	11158774 Págs. 3-4	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim () Não se aplica	11416984 Págs. 13-16	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967 - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não se aplica	11158774 Págs. 6-7	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".	



4. Certidão negativa de falência, recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não se aplica	11158774 Pág. 16	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X".
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	(X) Sim () Não se aplica	11415017 Págs. 1-2	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não se aplica	F 11158774 Pág. 17 E 11158774 Pág. 18 M 11158774 Pág. 19	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel;	(X) Sim () Não se aplica	11416984 Pág. 1	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;	(X) Sim () Não se aplica	INSS 11158774 Pág. 17 FGTS 11158774 Pág. 22	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do inciso III do Título VII-A do Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não	11158774 Pág. 23	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de residência e de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (iii) carteira profissional, carteira Nacional de Trabalho e Previdência Social, ou (iv) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não	RITA DE CÁSSIA RIBEIRO AMARAL 11158774 Pág. 25 CARLOS JOFFRE AMARAL NETTO 11158774 Pág. 26	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".	
11. Estação licenciada para a prestação do serviço objeto da outorga?	(X) Sim () Não	11416984 Pág. 2	- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".	
12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público da outorga?	(X) Sim () Não	11416984 Págs. 3-7	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".	
13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações - CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	(X) Sim () Não	11415866	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	



14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) (X) Não	11415017 Pág. 3	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.
--	---	--------------------	---

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
15. Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia, de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Não () Sim	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.	
16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	(X) Não () Sim	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por Kenneth Silva Viçache, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 15/03/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar> verificando o código **11412849** o código **2311B08**





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 4397/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.026522/2023-13

INTERESSADA: RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COM. DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora de amplitude média, CNPJ nº 75.452.284/0001-56, cujo prazo de validade encontra-se vencido, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência de ondas longas (SWB), vinculado ao FISTEL nº 50414189345, referente ao período de 1º de maio de 2024 a 1º de maio de 2034.

ANÁLISE

2. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser prorrogado por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, no âmbito do assunto, tudo nos termos do art. 223, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do Decreto nº 52.795/1963.

3. Trata-se de direito cujo exercício está condicionado à demonstração de preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 9.138/2017, com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga, entre outros elementos, veda-se a apreciação dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios de trabalho da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do art. 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - cópia simplificada ou documento equivalente, órgão de registro competente e arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos do trabalho, por meio da apresentação nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes do quadro societário ou diretores de outras pessoas jurídicas exerce atividade no serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas no serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado, judicial ou extrajudicial, por crimes ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei nº 19.111/1990.

4. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação eventual ou concessão de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em decisão especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

5. No caso em apreço, conforme a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria MVOP nº 871, de 15 de maio de 1955 (SEI 11415045 - Pág. 5-6). (SEI 11415045 - Pág. 5-6). Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto-Lei nº 236/1967. A adaptação materializou-se pela celebração do Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra nos autos (SEI - 11415045 - Págs. 5-6).

6. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que a outorga foi deferida pela Administração Pública em 2004, pelo Decreto nº 2.910, de 29 de dezembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2010 e cancelado pelo Decreto Legislativo nº 17, de 4 de maio de 2012, renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de maio de 2004 (SEI 11415045 - Págs. 3-4).

7. Concernente ao pedido de outorga, a pessoa jurídica interessada protocolizou o requerimento de outorga no dia 14 de novembro de 2013, gerando o protocolo nº 53000.067049/2013-31, acompanhado de documentação. O referido processo administrativo encontra-se em fase de instrução, porquanto o prazo de validade da outorga ainda não expirou, aguardando apenas assinatura dos atos pela(s) autoridade(s) competente(s) no âmbito do Poder Judiciário.

8. De todo modo, deve-se salientar que, ainda que aquele período de outorga tenha expirado, a jurisprudência do Conselho Nacional de Justiça, no âmbito do Ministério das Comunicações, pelo Parecer Referencial nº 00010/2023/CO NJUR/MCOM/CGU/AGU, firmou o entendimento de que os períodos anteriores de renovação relativos a períodos que tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, a situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente ao período já esgotado perdeu seu objeto, não sendo analisado o pedido de renovação referente ao período subsequente (SEI 11414786).

9. Pela análise dos autos, observa-se que a pessoa jurídica ora interessada apresentou manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em 10 de outubro de 2023 (SEI 11158774). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, tendo sido protocolizado no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 1º de maio de 2023.

10. A documentação apresentada pela pessoa jurídica interessada pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação anexa (SEI 11412849). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, com validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalidade administrativa prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º e 2º), que prevê solicitações de documentos, muitas vezes onerosas às entidades, e que, no procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade o documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo solicitante, sob pena de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não são obrigados a apresentar certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as hipóteses de:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

11. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, exigida pelo Ministério das Comunicações, ocorreu pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 dias da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.



12. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se também a ela pelo órgão de registro competente em arquivos os seus atos, demonstrando que os quadros societário e diretores que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11412849).

13. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com o art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Empresas em 12 de março de 2024 (SEI 11416984 - Págs. 13-16).

14. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Empresas, a pessoa jurídica ora interessada explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos, e não figura como executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Cássia Ribeiro Amaral compõem o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão na localidade de Lages/SC; e o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lages/SC.

15. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de sanção em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11416984 - Págs. 9-12). O Departamento Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações - CGFM informou que não há processo administrativo em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação de sanção, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão pela detentora da outorga.

16. A pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Tribunal do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em sede de falência, perante o Juízo de Fazenda Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações perante a Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, bem como a inexistência de dívida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Falências em seu desfavor (SEI 11412849).

17. Ademais, acostou-se aos dados da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante possui sede em território nacional (SEI 11415017- Pág. 1).

18. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica de regência, de modo a impossibilitar a convalidação da execução do serviço de radiodifusão. A declaração apresentada pela entidade atende as finalidades educacionais e culturais a serem atendidas pelo serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63. A manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo de descumprimento contratual pela concessionária, por não se verificar a existência legal de que a execução do serviço tenha caráter precário, mantém as condições de funcionamento, demonstrando o interesse público na renovação do serviço, na forma do art. 67, parágrafo único, do Decreto nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

19. Salienta-se, ainda, que a vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos de prestação do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2020.

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos no art. 1º, inciso I, do Decreto nº 10.405/2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), na forma do art. 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informados os dados característicos do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o índice de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)



III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020,

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro gravitacional ou do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica habilitado, que ateste que as características da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto no art. 3º, § 6º (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão não poderá ser renovada após o prazo de validade da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação, no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, não poderá ser concluída antes da conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência de interesse na renovação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

20. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade outorgada deve manter as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado e assinado pelo profissional habilitado, permanecendo em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

21. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão não poderá ser renovada após o prazo de validade da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117, de 1962). Consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, de acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, a renovação da outorga será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

22. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada na renovação da licença para funcionamento da estação (Licença nº 02373/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU - Pág. 2). Sobre o prazo de vigência da licença para funcionamento das estações, a unidade de comunicação intermédio do Despacho nº 00011/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (Protocolo nº 01250.071072/2018-90), exarou o seguinte posicionamento, a saber:

(...) 16. Em relação ao prazo de vigência da licença de funcionamento da estação por ocasião da renovação da outorga, informo que, no âmbito do processo nº 02373/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 01250.010513/2020-00) já me manifestei no seguinte sentido:

(...)

Conforme PARECER REFERENCIAL nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a renovação da outorga de radiodifusão não implica a necessidade de emissão de nova licença, pois a licença de funcionamento da estação não possui prazo de validade, sendo a renovação da outorga a única forma de manter a licença de funcionamento da estação em vigor. Portanto, não tem cabimento a exigência que consta da COTA n. 00179/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a qual determina a emissão de nova licença de funcionamento da estação após o prazo de validade da licença de funcionamento da estação.

(...)

17. Portanto, esclarecido que para que a renovação de outorga possa ser deferida, além do cumprimento das demais exigências legais, é necessário que haja licença de funcionamento da estação em vigor no momento da renovação da outorga.

18. É certo que a outorgada é obrigada a manter as condições de habilitação durante todo o curso da outorga, não podendo, portanto, alegar que a licença de funcionamento da estação não possui prazo de validade, ou que qualquer norma jurídica que exija isso. A outorgada deverá providenciar a renovação da licença antes que expire o prazo de validade da outorga. Se não o fizer, estará sujeita à aplicação das sanções administrativas cabíveis.



das Telecomunicações - Fistel ~~sentença integrada~~, segundo consulta realizada na data de 12 de (SEI 11416984 - Pág. 1). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga e se houvesse, aquela ostentaria a condição de Admissível. A consulta ao extrato de lançamento do Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas idênticas ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de custos da agência (SEI 11416984 - Pág. 3). Pede-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 se aplica ao caso em apreço.

24. Sendassim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão modulada, na localidade de Lages/SC, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 1º e 2º do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça, que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR e Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11414786).

CONCLUSÃO

25. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento do processo ao **Cabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica** com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

26. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa do processo ao **Cabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondências necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição.

27. Pede-se, ainda, o envio dos dados de **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de entrega.

28. Após arquivem-se os autos nesta unidade administrativa que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção do disposto no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Wendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Kenias da Silva Vieira**, **Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ramona Veiga Machado**, **Advogada**, em 15/03/2024, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Manoel Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código de verificação **11415036** ou o código **BDF442D**.

Minutas e Anexos



Minuta de Portaria (11415156)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

- Minuta de Exposição de Motivos (11415166)

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, uso das suas atribuições, observado o disposto no parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 53.115, de 10 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.026522/2023-13,

RESOLVE

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO ABRAJÁ MACIEL**, inscrita no CND no nº 75.452.284/0001-56, número de inscrição nº 50414169345, de maio de 2024, para execução, por prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lages, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por este Ministério de Estado das Comunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 59, 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Juscelino Filho**, Ministro de Estado das Comunicações, em 15/03/2024, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenneth Silva Vieira**, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 15/03/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ramona Leira Machado**, Advogada, em 15/03/2024, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 15/03/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Manoel**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 15/03/2024, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbb1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

5d1bbb1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verif>
verificado o código 9CB2AA5

Referência: Processo nº 53115.026522/2023-13

Documento nº 11415156

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.026522/2023-13, in
Nota Técnica nº 4.397/2024/SEI-MCOM, termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CO NJUR-
MCO M/CGU/AC, acompanhado da Portaria nº _____, de _____ de _____, publicada em _____
prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2024, a concessão outorgada à RADIO ARAUCÁRIA L
nostermoda Portaria MVOP nº 871, de 15 de outubro de 1955, para executar, sem direito
radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão son
município de Lages, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 22, § 3º, da Constituição
respeitivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Wendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 15/03/2024, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 15/03/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, Advogada, em 15/03/2024, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 15/03/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Manoel Nolasco**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 15/03/2024, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

5d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verif>
verificado o código

11415166 o código 0085297

ReferênciaProcesso nº 53115.026522/2023-13

Documento nº 11415166

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 12583, DE 18 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no parágrafo único, inciso III, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 10.413, de 18 de maio de 2024, bem como o que consta do Processo nº 53115.026522/2023-13,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à Pessoa Jurídica Rádica Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 75.452.284/0001-56, número de inscrição nº 5041318934575, de maio de 2024, para execução, por prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média e o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lages, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por este ato, é regida pelas disposições da Constituição Federal, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e das demais leis, decretos e regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por Juscelino dos Santos Rezende, Ministro de Estado das Comunicações, em 28/03/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 10.413, de 18 de maio de 2024.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar>, utilizando o código de verificação 11427355.

Referência: Processo nº 53115.026522/2023-13

Documento nº 11427355

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 18 de março de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.026522/2023-13, em
Nota Técnica nº 4397/2024/SEI-MCOM, com o Parecer Referencial nº 00010/2023/CO NJUR-MCO M/CGU,
acompanhado da Portaria MCOM nº 12583, de 18 de março de 2024, publicada em
anos, a partir de 1º de maio de 2024, a concessão outorgada à RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA. (CNPJ nº 75.
da Portaria MVOP nº 871, de 15 de outubro de 1955, para executar, sem direito de exclusividade,
em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequ
estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223 da Constituição
respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por José Vitor dos Santos Rezende, Ministro de Estado das Comunicações,
em 28/03/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput,
da Lei nº 11.127/2005, e no art. 1º, inciso II, do Decreto nº 22.379/2015, publicado no Diário Oficial da União em 28/03/2024.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar>
verificando o código 11427358 o código 584073AE

Referência: Processo nº 53115.026522/2023-13

Documento nº 11427358

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48269/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 12583/2024(11427355) e a Exposição de Motivos nº 207/2024

Senhora Chefe de Gabinete,
De acordo com disposto na Nota Técnica nº 4397/2024(11415036) encaminha a Portaria nº 12583/2024(11427355) e a Exposição de Motivos nº 207/2024 (11427358), para apreciação e a
Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 22/03/2024, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 11.427/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar> verificando o código **6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad**.

Referência: Processo nº 53115.026522/2023-13

Documento nº 11427366



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 28/03/2024 17:40:07
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 10247362
Data prevista de publicação: 01/04/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21506019	ATO PORTARIA MCOM NA 12557.rtf	bdbcd84bf5c4c7a6ce812ed305bfdc55	5,00	R\$ 194,60
21506020	ATO PORTARIA MCOM NA 12569.rtf	9cd23b2446a1a1b7fe575afbcddc950fb	9,00	R\$ 350,28
21506021	ATO PORTARIA MCOM NA 12526.rtf	c8964ccb6c6853c23f14b32d53eded3f	8,00	R\$ 311,36
21506022	ATO PORTARIA MCOM NA 12579.rtf	f85679178294aadfcd74d0c2ce437ddb	8,00	R\$ 311,36
21506023	ATO PORTARIA MCOM NA 12583.rtf	d5cd52a9f5a7e9fcb717c6c8ba22206b	8,00	R\$ 311,36
21506024	ATO PORTARIA MCOM NA 12363.rtf	b15259a3285547e554b3f9d890870090	8,00	R\$ 311,36
21506025	ATO PORTARIA MCOM NA 12529.rtf	350d46a2e969f982f47620b87b7f117f	8,00	R\$ 311,36
21506026	ATO PORTARIA MCOM NA 12528.rtf	40bdc71c26aaf10f6b85c048ba21094f	8,00	R\$ 311,36
21506028	ATO PORTARIA MCOM NA 12527.rtf	f8646c9b24cbafee692a81a03e363173	8,00	R\$ 311,36
21506029	ATO PORTARIA MCOM NA 12515.rtf	d7e4079ba94979edcf844a7e4ac0d38e	9,00	R\$ 350,28
21506030	ATO PORTARIA MCOM NA 12546.rtf	314cf08d504a6ade62f3b6eb961f61f7	9,00	R\$ 350,28
21506031	ATO PORTARIA MCOM NA 12566.rtf	346ffaa6be7076996c474994bbcea2bc	9,00	R\$ 350,28
TOTAL DO OFICIO			97,00	R\$ 3.775,24

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/04/2024 | Edição: 62 | Seção: 1 | Página: 12

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.583, DE 18 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, e no disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.741, de 13 de setembro de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como no Processo nº 53115.026522/2023-13, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à Rádiorádio Lages, de jurisdição jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 75.452.284/0001-56, número de inscrição nº 12.583.0001-56, a partir de 1º de maio de 2024, para executar, pelo prazo de dez anos, sem prejuízo de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, no município de Lages, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é regida e reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e demais normas em vigor.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação em sessão pública, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

Id solicitação: 57dbac57b32c0

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO ARAUCARIA LTDA.	
Nome Fantasia: RADIO ARAUCARIA	
Telefone: (49) 32213110	E-mail: mhc@scc.com.br
CNPJ: 75.452.284/0001-56	Número do Fistel: 50414189345
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/2004	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 01/05/2034	
Observações: Ato nº 647, de 14 de março de 2016, publicado no DOU de 23/03/2016, Seção 1, Página 67.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA CARLOS JOFFRE DO AMARAL	Complemento: 2. ANDAR	
Bairro: CENTRO	Numero: 67	
Município: Lages	UF: SC	CEP: 88501015

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rua Carlos Jofre do Amaral	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 67	
Município: Lages	UF: SC	CEP: 88501015

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua das Torres	Complemento: Morro do Pandolfo	
Bairro: Cidade Alta	Numero: S/N	
Município: Lages	UF: SC	CEP: 88516620

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Carlos Jofre do Amaral	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 67	
Município: Lages	UF: SC	CEP: 88501015

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Lages	UF: SC

Parâmetros Técnicos			
Canal: 221	Frequência: 92.1 MHz	Classe: A3	ERP Máxima: 7.9294kW
HCI: 59.3 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24.10.2017 10:47 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Informações Gerais	
Número da Estação: 1012543797	Número Indicativo: ZYV294
Data Último Licenciamento: 16/02/2024	Número da Licença: 53500.111733/2023-07

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 27° 48' 47.02" S	Longitude: 50° 22' 18.01" W	Cota da base: 1038.0 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 6000 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 5.0 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA	Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM		
Comprimento da Linha: 71 m	Atenuação: 0.63 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: FA04RU221	Fabricante: IDEAL IND. E COM. DE ANTENAS LTDA				
Ganho: 2.95 dBd	Beam-Tilt: 3 °	Orientação NV: 90 °	Polarização: Circular	HCI: 59.3 m	ERP Máxima: 7.93 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.5	5°: 0.3	10°: 0.2	15°: 0.1	20°: 0	25°: 0	30°: 0.1	35°: 0.2	40°: 0.3	45°: 0.3	50°: 0.4	55°: 0.4
60°: 0.5	65°: 0.6	70°: 0.6	75°: 0.6	80°: 0.6	85°: 0.6	90°: 0.5	95°: 0.5	100°: 0.5	105°: 0.5	110°: 0.5	115°: 0.5
120°: 0.5	125°: 0.5	130°: 0.5	135°: 0.5	140°: 0.5	145°: 0.5	150°: 0.5	155°: 0.5	160°: 0.5	165°: 0.5	170°: 0.5	175°: 0.5
180°: 0.6	185°: 0.6	190°: 0.6	195°: 0.6	200°: 0.6	205°: 0.7	210°: 0.7	215°: 0.8	220°: 0.8	225°: 0.9	230°: 0.9	235°: 1
240°: 1	245°: 1.1	250°: 1.2	255°: 1.2	260°: 1.3	265°: 1.3	270°: 1.4	275°: 1.5	280°: 1.5	285°: 1.5	290°: 1.5	295°: 1.5
300°: 1.5	305°: 1.4	310°: 1.4	315°: 1.4	320°: 1.3	325°: 1.2	330°: 1.1	335°: 1	340°: 0.9	345°: 0.8	350°: 0.7	355°: 0.6

Coordenadas por radial											
0°: Lat 27°34'21.51" S Lon 50°22'18.01" W	5°: Lat 27°34'43.24" S Lon 50°20'53.84" W	10°: Lat 27°33'52.59" S Lon 50°19'20.11" W	15°: Lat 27°34'28.03" S Lon 50°17'58.37" W	20°: Lat 27°34'27.34" S Lon 50°16'14.8" W	25°: Lat 27°34'50.83" S Lon 50°14'58.2" W	30°: Lat 27°36'07.8" S Lon 50°13'58.98" W	35°: Lat 27°36'42.17" S Lon 50°12'45.49" W	40°: Lat 27°37'39.96" S Lon 50°11'46.64" W	45°: Lat 27°38'34.53" S Lon 50°10'47.15" W	50°: Lat 27°39'45.39" S Lon 50°9'50.8" W	55°: Lat 27°40'27.21" S Lon 50°8'53.06" W
60°: Lat 27°41'26.41" S Lon 50°7'57.59" W	65°: Lat 27°42'28.37" S Lon 50°7'2.86" W	70°: Lat 27°43'41.99" S Lon 50°6'34.01" W	75°: Lat 27°44'59.64" S Lon 50°6'22.99" W	80°: Lat 27°46'12.46" S Lon 50°5'53.59" W	85°: Lat 27°47'27.66" S Lon 50°5'25.99" W	90°: Lat 27°48'45.92" S Lon 50°4'49.75" W	95°: Lat 27°50'8.34" S Lon 50°4'32.15" W	100°: Lat 27°51'27.76" S Lon 50°5'0" W	105°: Lat 27°52'56.91" S Lon 50°4'38.18" W	110°: Lat 27°54'3.15" S Lon 50°5'52.17" W	115°: Lat 27°54'50.01" S Lon 50°7'35.18" W
120°: Lat 27°55'49.6" S Lon 50°8'28.23" W	125°: Lat 27°56'11.25" S Lon 50°1'01.906" W	130°: Lat 27°57'23.24" S Lon 50°0'40.87" W	135°: Lat 27°59'28.68" S Lon 50°0'10.75" W	140°: Lat 27°59'49.64" S Lon 50°1'47.94" W	145°: Lat 28°1'22.26" S Lon 50°12'18.67" W	150°: Lat 28°0'27.07" S Lon 50°14'40.08" W	155°: Lat 28°1'25.49" S Lon 50°15'37.27" W	160°: Lat 28°2'20.22" S Lon 50°16'42.63" W	165°: Lat 28°3'15.03" S Lon 50°17'54.44" W	170°: Lat 28°3'22.7" S Lon 50°9'23.04" W	175°: Lat 28°2'31.43" S Lon 50°20'56.29" W
180°: Lat 28°2'34.58" S Lon 50°22'18.01" W	185°: Lat 28°3'13.95" S Lon 50°23'43.96" W	190°: Lat 28°2'59.35" S Lon 50°25'8.31" W	195°: Lat 28°2'38.39" S Lon 50°26'30.43" W	200°: Lat 28°2'24.67" S Lon 50°27'55.24" W	205°: Lat 28°1'21.19" S Lon 50°28'56.48" W	210°: Lat 28°0'47.6" S Lon 50°30'9.4" W	215°: Lat 28°0'51.21" S Lon 50°31'52.66" W	220°: Lat 27°59'20.61" S Lon 50°2'20.42" W	225°: Lat 27°58'45.15" S Lon 50°3'35.83" W	230°: Lat 27°57'59.75" S Lon 50°4'44.58" W	235°: Lat 27°56'38.39" S Lon 50°35'0.99" W
240°: Lat 27°55'59.05" S Lon 50°6'26.41" W	245°: Lat 27°54'56" S Lon 50°7'15.45" W	250°: Lat 27°53'56.7" S Lon 50°38'23.67" W	255°: Lat 27°52'41.09" S Lon 50°8'50.43" W	260°: Lat 27°51'18.82" S Lon 50°8'37.92" W	265°: Lat 27°50'2.71" S Lon 50°38'49.06" W	270°: Lat 27°48'45.93" S Lon 50°9'40.91" W	275°: Lat 27°47'22.15" S Lon 50°0'19.44" W	280°: Lat 27°46'3.28" S Lon 50°39'40.47" W	285°: Lat 27°44'53.45" S Lon 50°38'38.9" W	290°: Lat 27°43'56.68" S Lon 50°7'16.73" W	295°: Lat 27°42'46.49" S Lon 50°36'49.5" W
300°: Lat 27°41'50.2" S Lon 50°35'52.09" W	305°: Lat 27°40'49.03" S Lon 50°35'7.92" W	310°: Lat 27°40'6.77" S Lon 50°33'57.41" W	315°: Lat 27°39'1.4" S Lon 50°3'18.64" W	320°: Lat 27°38'41.8" S Lon 50°31'50.98" W	325°: Lat 27°38'23.25" S Lon 50°30'38.84" W	330°: Lat 27°37'43.53" S Lon 50°29'30.26" W	335°: Lat 27°37'8.43" S Lon 50°28'25.59" W	340°: Lat 27°37'22.86" S Lon 50°6'59.02" W	345°: Lat 27°35'50.5" S Lon 50°26'12.78" W	350°: Lat 27°34'34.63" S Lon 50°25'7.57" W	355°: Lat 27°33'42.27" S Lon 50°23'47.3" W

Distância por radial											



0°: 26.7	5°: 26.4	10°: 28.1	15°: 27.5	20°: 29.1	25°: 28.5	30°: 27.3	35°: 27.3	40°: 26.9	45°: 26.7	50°: 26	55°: 26.9
60°: 27.2	65°: 27.6	70°: 27.5	75°: 27	80°: 27.3	85°: 27.8	90°: 28.6	95°: 29.2	100°: 28.8	105°: 30	110°: 28.6	115°: 26.6
120°: 26.1	125°: 24	130°: 24.8	135°: 28.1	140°: 26.7	145°: 28.5	150°: 25	155°: 25.9	160°: 26.7	165°: 27.8	170°: 27.5	175°: 25.6
180°: 25.6	185°: 26.9	190°: 26.7	195°: 26.6	200°: 26.9	205°: 25.7	210°: 25.7	215°: 27.3	220°: 25.6	225°: 26.1	230°: 26.6	235°: 25.4
240°: 26.7	245°: 27	250°: 28.1	255°: 28.1	260°: 27.2	265°: 27.2	270°: 28.5	275°: 29.7	280°: 28.9	285°: 27.8	290°: 26.1	295°: 26.3
300°: 25.7	305°: 25.7	310°: 25	315°: 25.6	320°: 24.4	325°: 23.5	330°: 23.7	335°: 23.8	340°: 22.5	345°: 24.8	350°: 26.7	355°: 28.1

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 7.93 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	874	Portaria	MC	15/10/1955	19/10/1955	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
01250012620201688	599	Despacho	MCTIC	12/05/2017	19/05/2017	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	89712	Decreto	PR	29/05/1984	30/05/1984	Transferência Direta	Jurídico
9999	91571	Decreto	PR	23/08/1985	26/08/1985	Renovação	Jurídico
9999	230687	Despacho	MC	23/06/1987		Multa	Jurídico
9999	5	Ofício	MC	07/01/1988		Advertência	Jurídico
9999	655	Ato	MC	20/08/1992		Multa	Jurídico
9999	200892	Despacho	MC	20/08/1992		Advertência	Jurídico
9999	1111	Decreto	PR	13/06/2001	15/06/2001	Renovação	Jurídico
9999	449	Decreto Legislativo	CN	13/08/2004	16/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	0	Decreto	PR	29/03/2010	30/03/2010	Renovação	Jurídico
9999	91	Decreto Legislativo	CN	03/05/2012	04/05/2012	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.025272/201	4211	Ato	ORLE	13/10/2016	26/10/2016	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico



6-13							
53500106749202390	16858	Ato	ORLE	04/12/2023	11/12/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000067049201331	12376	Portaria	MC	29/02/2024	19/03/2024	Renovação	Jurídico
53115026522202313	12583	Portaria	MC	18/03/2024	01/04/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48800/2024/MCOM

Brasília, 01 de abril de 2024

Ao Senhor
Enio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11427358)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 4397/2024 (11415036), encaminho a
de Motivos nº 207/2024 (1142580), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, Assistente, em 01/04/2024, às 12:46, conforme horário
de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar>
verificando o código **11450555** e o código **4DB931E**.

Referência: Processo nº 53115.026522/2023-13

Documento nº 11450555

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Brasília, 3 de abril de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.026522/2023-13, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4397/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12583, de 18 de março de 2024, publicada em 1 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2024, a concessão outorgada à RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA. (CNPJ nº 75.452.284/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 871, de 15 de outubro de 1955, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lages, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 11736/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.026522/2023-13.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, assinada pelo autor desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDA, para outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 04/04/2024, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 11.456/2023.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar>, utilizando o código de verificação 11456528 e o código 712608B.

Referência: Processo nº 53115.026522/2023-13

Documento nº 11456528



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



EXCELENTÍSSIMO SENHOR JOSÉ JUSCELINO DOS SANTOS
REZENDE FILHO, D.D. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

Assunto: Renovação de Outorga

RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no C.N.P.J. sob o nº 75.452.284/0001-56, com endereço à Rua Carlos Joffre do Amaral, nº 67, 2º andar, Centro, CEP: 88.501-015, Lages, estado de Santa Catarina, vem, tempestivamente, por intermédio de seus procuradores subscritos *in fine*¹, requerer a juntada do competente requerimento padronizado de RENOVAÇÃO DE OUTORGA anexo², firmado pelo próprio representante legal da entidade, o Sr. Carlos Joffre do Amaral Netto, acompanhado dos documentos pertinentes, em atenção ao artigo 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, com redação dada pela Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, objetivando a renovação por novo período, compreendido entre 01.05.2024 a 01.05.2034, da concessão que lhe foi outorgada anteriormente para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptada em frequência modulada na localidade de Lages, estado de Santa Catarina.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Brasília – DF, 10 de outubro de 2023.


RODOLFO MACHADO MOURA
OAB/DF nº 14.360


LUCAS CARDOSO DE OLIVEIRA
OAB/DF nº 46.149

¹ Instrumento de mandato outorgado pela representante legal da Rádio Araucária Ltda., o Sr. Carlos Joffre do Amaral Netto.

² Requerimento padronizado de renovação de outorga, firmado pelo representante legal da Rádio Araucária Ltda., o Sr. Carlos Joffre do Amaral Netto, acompanhado dos documentos pertinentes.





MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

**REQUERIMENTO PADRONIZADO DE RENOVACÃO
DE OUTORGA FIRMADO PELO PRÓPRIO
REPRESENTANTE LEGAL**



SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul
CEP: 71.615-560 Brasília – DF
Telefone / Whatsapp: (61) 3879.5003
contato@mouraeribeiro.adv.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

requerimento Renovação de Outorga (2024/2034) (11158174)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 2

6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:		Rádio Araucária Ltda.	
CNPJ:	75.452.284/0001-56	CEP da sede:	88.501-015
Endereço da sede:		Rua Carlos Joffre do Amaral, nº 67, 2º andar, Centro, Lages – SC	
E-mail de contato:		contato@mouraeribeiro.adv.br	
Serviço a ser renovado:	(X) Radiodifusão sonora	(X) em frequência modulada (migração AM/FM) () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:		01/05/2024 a 01/05/2034	
Localidade da renovação:		Lages	UF: SC

Eu, **CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO**, inscrito no CPF sob o nº 933.804.299-53, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho apresentar o pedido de **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

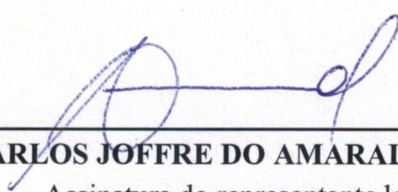
Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 1



- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Lages – SC, 4 de setembro de 2023.



CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO
Assinatura do representante legal

Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 2





MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

**CERTIDÃO SIMPLIFICADA DO ÓRGÃO DE
REGISTRO E ÚLTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CONSOLIDADA**



SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul
CEP: 71.615-560 Brasília – DF
Telefone / Whatsapp: (61) 3879.5003
contato@mouraeribeiro.adv.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

requerimento Renovação de Outorga (2024/2034) (11158174) SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 5

6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração



CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: RADIO ARAUCARIA LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42200503264	75.452.284/0001-56	23/04/1981	23/04/1981
Endereço: RUA CARLOS JOFFRE DO AMARAL, 67 2º ANDAR, , LAGES, SC - CEP: 88501015			

OBJETO SOCIAL		
EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO SONORA EM QUALQUER MODALIDADE, COM FINALIDADES EDUCATIVAS, CULTURAIS, INFORMATIVAS E COMERCIAIS, NA CIDADE DE LAGES, ESTADO DE SANTA CATARINA, OU EM QUALQUER OUTRA LOCALIDADE DO TERRITÓRIO NACIONAL, MEDIANTE PERMISSÕES OU CONCESSÕES QUE VENHAM A SER OBTIDAS DO GOVERNO; PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET; SERVIÇOS DE MÍDIA DIGITAL, REDES SOCIAIS E PORTAL;		
CAPITAL SOCIAL	PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R\$ 18.000,00 DEZOITO MIL REAIS	Não	XXXXXX
R\$ Capital integralizado: 18.000,00 DEZOITO MIL REAIS		

QUADRO SOCIOS E ADMINISTRADORES			
Nome/CPF	Participação R\$	Cond./Administrador	Término do mandato
RITA DE CASSIA RIBEIRO AMARAL 422.069.449-87	180,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO 933.804.299-53	17.820,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO 933.804.299-53	0,00	ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX
ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data 17/04/2023	Número 20230386873	REGISTRO ATIVO	SEM STATUS

Ato: 002 - ALTERAÇÃO
Evento: 051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA	
NIRE: XXXXXX	CNPJ: XXXXXX
Endereço: XXXXXX	

Observação

238026000

página: 1/2

CONTROLE: 13485283865345 CPF SOLICITANTE: 031.223.089-32 NIRE: 42200503264 EMITIDA: 05/09/2023 PROTOCOLO: 238026000
Requerimento Renovação de Outorga (2024/2034) (11158774) SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 6



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração



CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: RADIO ARAUCARIA LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42200503264	75.452.284/0001-56	23/04/1981	23/04/1981
Endereço: RUA CARLOS JOFFRE DO AMARAL, 67 2º ANDAR, ., LAGES, SC - CEP: 88501015			

FLORIANOPOLIS - SC, 5 de Setembro de 2023

LUCIANO LEITE KOWALSKI

238026000

página: 2/2

CONTROLE: 13485283865345 CPF SOLICITANTE: 031.223.089-32 NIRE: 42200503264 EMITIDA: 05/09/2023 PROTOCOLO: 238026000
Requerimento Renovação de Outorga (2024/2034) (11158774) SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA.
CNPJ 75.452.284/0001-56
NIRE 42.2.0050326.4

10ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, nascido na cidade de Lages/SC, administrador de empresa, inscrito no CPF sob n. 933.804.299-53, portador da Carteira de Identidade n. 2.474.824, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado na Rodovia João Paulo, nº 2608, Apt. A-201, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88030-300; e **RITA DE CÁSSIA RIBEIRO AMARAL**, brasileira, natural da cidade de Lages - SC, divorciada, aposentada, residente e domiciliada na cidade de Lages - SC, à Rua Caetano Vieira da Costa, n. 550, ap. 12, Centro, CEP 88502-070, inscrita no CPF/MF sob nº 422.069.449-87 e portadora da Cédula de Identidade RG nº 127.636, expedida pela SSP/SC; únicos sócios quotistas da sociedade limitada que gira sob denominação social de **RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA.**, com sede na Rua Carlos Joffre do Amaral, nº 67, 2º andar, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, CEP 88501-015, inscrita no CNPJ sob o nº 75.453.284/0001-56, com contrato social arquivado na JUCESC sob nº 42200550326, em 23/04/1981, **RESOLVEM**, por este instrumento, alterar seu contrato social, mediante as cláusulas que seguem:

1 - DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL:

1.1. Fica incluído no objeto social "Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; Serviços de mídia digital, redes sociais e portal". Em razão dessa modificação no objeto social, a cláusula 2ª do contrato passará a ter a seguinte redação:

Cláusula 2ª: *A sociedade tem como objeto social:*

- a exploração de serviços de radiodifusão sonora em qualquer modalidade, com finalidades educativas, culturais, informativas e comerciais, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, ou em qualquer outra localidade do território nacional, mediante permissões ou concessões que venham a ser obtidas do Governo;*
- Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet;*
- Serviços de mídia digital, redes sociais e portal.*



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/04/2023 Data dos Efeitos 14/04/2023

Arquivamento 20230386873 Protocolo 230386873 de 14/04/2023 NIRE 42200503264

Nome da empresa RADIO ARAUCARIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 824189442215580

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

equivalente Renovação de Outorga (2024/2034) (11158774)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 8



2. DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL:

2.1. Fica neste ato consolidado o contrato social, passando a sociedade a reger-se em conformidade com a legislação vigente e com as cláusulas e condições seguintes:

RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA.
CNPJ 75.452.284/0001-56
NIRE 42.2.0050326.4

CONTRATO SOCIAL

CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, nascido na cidade de Lages/SC, administrador de empresa, inscrito no CPF sob n. 933.804.299-53, portador da Carteira de Identidade n. 2.474.824, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado na Rodovia João Paulo, nº 2608, Apt. A-201, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88030-300;

RITA DE CÁSSIA RIBEIRO AMARAL, brasileira, natural da cidade de Lages - SC, divorciada, aposentada, residente e domiciliada na cidade de Lages – SC, à Rua Caetano Vieira da Costa, n. 550, ap. 12, Centro, CEP 88502-070, inscrita no CPF/MF sob nº 422.069.449-87 e portadora da Cédula de Identidade RG nº 127.636, expedida pela SSP/SC

I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL, INICIO E PRAZO.

Cláusula 1ª: A sociedade gira sob a denominação social de RADIO ARAUCÁRIA LTDA., e tem sua sede na Rua Carlos Joffre do Amaral, n.º 67, 2º andar, centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, CEP 88501-010.

Cláusula 2ª: A sociedade tem como objeto social:

- a) a exploração de serviços de radiodifusão sonora em qualquer modalidade, com finalidades educativas, culturais, informativas e comerciais, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, ou em qualquer outra localidade do território nacional, mediante permissões ou concessões que venham a ser obtidas do Governo;
- b) Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet;
- c) Serviços de mídia digital, redes sociais e portal.

Cláusula 3ª: A sociedade iniciou suas atividades em 20 de março de 1981 e tem seu prazo de duração indeterminado.

II – DO CAPITAL SOCIAL, QUOTAS, COTISTAS E RESPONSABILIDADE:

Cláusula 4ª: O capital social, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), fica dividido e representado por 36.000 (trinta e seis mil) cotas, todas nominativas, subscritas e



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/04/2023 Data dos Efeitos 14/04/2023

Arquivamento 20230386873 Protocolo 230386873 de 14/04/2023 NIRE 42200503264

Nome da empresa RADIO ARAUCARIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 824189442215580

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

equipe de Renovação de Carteira (2024/2034) (11158774)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 9

17/04/2023

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

Instrumento Particular da 10ª (décima) Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade Rádio Araucária Ltda.

integralizadas, no valor nominal de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real), cada uma, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

Sócio	Nº de cotas	Valor R\$	Percentual %
Carlos Joffre do Amaral Netto	35.640	17.820,00	99,00
Rita de Cássia Ribeiro Amaral	360	180,00	1,00
Total	36.000	R\$18.000,00	100,00%

Cláusula 5ª: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Art. 1.052 do Código Civil.

Cláusula 6ª: A quota de capital é indivisível e não poderá ser transferida, alienada ou caucionada a qualquer título a terceiros, sem o consentimento expreso de sócios que detenham mais de um quarto das quotas representativas do capital social.

Cláusula 7ª: A participação de sócios estrangeiros ou pessoa jurídica, em qualquer caso, fica limitada ao disposto na legislação específica.

III – DO AUMENTO E DIMINUIÇÃO DE CAPITAL, RETIRADA DE SÓCIO:

Cláusula 8ª: Em caso de aumento do valor do capital social, terão preferência os sócios quotistas para subscrição, na proporção das quotas que possuírem.

Cláusula 9ª: Em caso de diminuição do valor do capital social, será proporcional a cada quota.

Cláusula 10ª: O sócio que desejar se retirar da sociedade ou transferir suas quotas, deverá notificar por escrito à sociedade, discriminando preço, prazo e forma de pagamento, para que esta, através dos demais sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência. O que deverá fazer dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento da notificação.

Cláusula 11ª: Em caso de falecimento de um dos sócios, sociedade continuará com os sócios remanescentes, passando as quotas do “de cujus” para os herdeiros, que se farão representar na sociedade pelo inventariante até a divisão do quinhão respectivo.

Cláusula 12ª: Os sócios eventualmente nas condições previstas nas cláusulas 10ª e 11ª, receberão o valor das quotas, fixado em balanço especial de apuração de haveres e pago em 24 (vinte e quatro) parcelas, mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a aprovação do referido balanço.

IV – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO, DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS/PREJUÍZOS:

Cláusula 13ª: O exercício social coincidirá com o ano-calendário e a 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, nos termos dos artigos 1.065, 1.188 e 1.189, do Código Civil/2002, para a apuração de lucros ou prejuízos; e, dos lucros líquidos assim apurados serão distribuídos em partes iguais a cada uma das quotas, ou de forma desproporcional mediante deliberação, podendo a critério dos sócios ficar em reserva na sociedade.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/04/2023 Data dos Efeitos 14/04/2023

Arquivamento 20230386873 Protocolo 230386873 de 14/04/2023 NIRE 42200503264

Nome da empresa RADIO ARAUCARIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 824189442215580

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/pdf/bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

Instrumento Renovação de Contrato (2024/2034) (11158774)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 10

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

Instrumento Particular da 10ª (décima) Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade Rádio Araucária Ltda.

Cláusula 14ª: Os prejuízos que forem verificados serão mantidos em conta especial, para serem amortizados nos 4 (quatro) exercícios seguintes. Não sendo amortizados no prazo estabelecido, os prejuízos serão suportados pelos sócios de forma proporcional às suas quotas.

Cláusula 15ª: A sociedade manterá os registros contábeis necessários.

V – DA ADMINISTRAÇÃO, SUA REMUNERAÇÃO E REUNIÕES DOS SÓCIOS

Cláusula 16ª: A sociedade será administrada por um Diretor, sendo-lhe atribuído os poderes de representação ativa e passiva, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos necessários para a consecução do fim social e desempenho das funções, podendo, ainda, nomear procurador(es) com finalidades específicas..

Cláusula 17ª: A sociedade passa a ser administrada pelo sócio CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO.

Cláusula 18ª: Pelos serviços prestados à sociedade caberá ao Diretor, uma retirada mensal a título de pró-labore, cujo valor será definido em Reunião dos Sócios Quotistas.

Cláusula 19ª: Fica vedado o uso da firma, sob qualquer pretexto ou modalidade em operações ou negócios estranhos ao objeto social, em especial a prestação de avais, endossos, fianças ou cauções de favor.

Cláusula 20ª: A administração da sociedade será exercida, sempre, por brasileiro(s) nato ou naturalizado(s) a mais de 10 (dez) anos.

Cláusula 21ª: Será realizada reunião ordinária dos sócios nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social com o objetivo de, nos termos do artigo 1078, do Código Civil/2002:

- a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
- b) designar administradores, quando for o caso;
- c) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 22ª: A sociedade não poderá deter concessões ou permissões para executar os serviços de radiodifusão, além dos limites fixados na legislação em vigor.

Cláusula 23ª: A sociedade se obriga a cumprir rigorosamente às leis, regulamentos e instruções emanadas do poder concedente, referente a execuções dos serviços de radiodifusão.

Cláusula 24ª: O presente contrato poderá ser alterado, no todo ou em parte, nos termos do disposto no artigo 1.076, I combinado com o artigo 1.071, V, do Código Civil/2002, pela aprovação de titulares de quotas correspondentes, no mínimo, a dois terços do capital social, independentemente da assinatura dos demais, para todos os efeitos de direito, inclusive para: promover alterações ou substituições na Gerência e Administração, cisão,



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/04/2023 Data dos Efeitos 14/04/2023

Arquivamento 20230386873 Protocolo 230386873 de 14/04/2023 NIRE 42200503264

Nome da empresa RADIO ARAUCARIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 824189442215580

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/6d1bbba1cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 11

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

Instrumento Particular da 10ª (décima) Alteração e Consolidação do Contrato Social da Sociedade Rádio Araucária Ltda.

fusão ou incorporação, renunciando todos os sócios ao direito de recesso, bem como, se lhe ou lhes parecer conveniente, para deliberar a dissolução da sociedade.

CLÁUSULA 25ª: *As deliberações que envolvam a nomeação de administradores, mandatários, dissolução da sociedade, destituição de administrador sócio ou não, pedido de concordata, exclusão de sócio com justa causa, aprovação das contas da administração, nomeação e destituição dos liquidantes e julgamento de suas contas, bem como demais modificações do contrato social serão apuradas em reunião de sócios.*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - *As reuniões serão convocadas mediante correspondência via correios, correspondência eletrônica ou qualquer outra forma que oportunize a ciência prévia e inequívoca para o ato, ou, ainda, mediante publicação conforme disposto no Código Civil, sempre que houver necessidade.*

PARÁGRAFO SEGUNDO - *As deliberações tomadas em reunião serão registradas em ata que será levada a registro no ___ Cartório de Títulos e Documentos de Lages/SC, nos termos do artigo 1.150, do Código Civil/2002, ficando, assim, dispensada a manutenção do livro de Atas.*

Cláusula 26ª: *Os casos omissos serão regulados pelo ordenamento jurídico brasileiro.*

Cláusula 27ª: *Fica eleito o foro da comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, como competente para dirimir dúvidas ou questões oriundas deste instrumento."*

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

3.1. Cumprida a presente alteração contratual, reger-se-á a sociedade pelo disposto no contrato social acima consolidado.

Declaração de desimpedimento: Os sócios declaram que não estão impedidos por lei especial, nem condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

E, por estarem todos de pleno e comum acordo é que firmam este instrumento, em 01 (uma) via, ficando tudo como bom, firme e valioso para todos os efeitos legais.

Lages/SC, 29 de março de 2023.

Carlos Joffre do Amaral Netto

Rita de Cássia Ribeiro Amaral



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/04/2023 Data dos Efeitos 14/04/2023

Arquivamento 20230386873 Protocolo 230386873 de 14/04/2023 NIRE 42200503264

Nome da empresa RADIO ARAUCARIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 824189442215580

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Instrumento Renovação de Contrato (2024/2024) (11158774)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 12

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



230386873

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	RADIO ARAUCARIA LTDA
PROTOCOLO	230386873 - 14/04/2023
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42200503264
CNPJ 75.452.284/0001-56
CERTIFICO O REGISTRO EM 17/04/2023
SOB N: 20230386873

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20230386873

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 42206944987 - RITA DE CASSIA RIBEIRO AMARAL - Assinado em 13/04/2023 j s 16:46:05

Cpf: 93380429953 - CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO - Assinado em 14/04/2023 j s 16:30:26



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/04/2023 Data dos Efeitos 14/04/2023

Arquivamento 20230386873 Protocolo 230386873 de 14/04/2023 NIRE 42200503264

Nome da empresa RADIO ARAUCARIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 824189442215580

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/04/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
Este documento Renovação de Outorga (2024/2024) (11158774) SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 13

17/04/2023

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

CERTIDÕES REGULARIDADE FISCAL

SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul
CEP: 71.615-560 Brasília – DF
Telefone / Whatsapp: (61) 3879.5003
contato@mouraeribeiro.adv.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

queimado Renovação de Outorga (2024/2034) (11158774) SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 14

6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 75.452.284/0001-56 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 23/04/1981
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL RADIO ARAUCARIA LTDA.
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO ARAUCARIA	PORTE ME
--	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R CARLOS JOFFRE DO AMARAL	NÚMERO 67	COMPLEMENTO 2. ANDAR
--	---------------------	--------------------------------

CEP 88.501-015	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO LAGES	UF SC
--------------------------	----------------------------------	---------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (49) 3222-4928
---------------------	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **21/08/2023** às **15:29:55** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

que informa Renovação de Outorga (2024/2034) (11158774)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 15

6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 753909
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

NOME: RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA.

Raiz do CNPJ: 75.452.284

País endereço da sede : BRASIL

Estado endereço da sede : SANTA CATARINA

Município endereço da sede : LAGES

Endereço da sede : Rua Carlos Joffre do Amaral, nº 67, Centro, 2º andar

Certidão emitida às 16:19 de 21/08/2023.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RADIO ARAUCARIA LTDA.
CNPJ: 75.452.284/0001-56

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 17:14:35 do dia 09/08/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 05/02/2024.

Código de controle da certidão: **2BD5.3AB2.ACC1.D91A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

que/Instituto Renovação de Otorlga (2024/2034) (11158774)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 17

6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): RADIO ARAUCARIA LTDA
CNPJ/CPF: 75.452.284/0001-56

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão: 230140221797420
Data de emissão: 09/08/2023 17:15:29
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): 05/02/2024

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 21/08/2023 15:32:10

Assinado por SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 82.951.310/0001-56 - Data/Hora: 21/08/2023

6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

RADIO ARAUCARIA LTDA CNPJ: 75452284000156

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Esta certidão NÃO É VALIDA para comprovar:

A quitação de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador de Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelo contribuintes optantes pelo Simples Nacional.

Código de Controle

CWSE2V25A0QICX51

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Lages (SC), 10 de Outubro de 2023



Rua Benjamin Constant, 13 - centro
Lages (SC) - CEP: 88501110 - Fone:4930197400
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO ARAUCARIA LTDA.

CNPJ: 75.452.284/0001-56

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:08:08 do dia 10/10/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 09/11/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

queimado Renovação de Outorga (2024/2034) (11158774) SER 53115.026522/2023-13 / pg. 20

6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Projeto de Lei nº 531/2023 (11158/74) - que institui a Renovação de Outorga (2024/2034)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 21

6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 75.452.284/0001-56
Razão Social: RADIO ARAUCARIA LTDA
Endereço: R CARLOS JOFRE DO AMARAL 67 / CENTRO / LAGES / SC / 88501-015

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/10/2023 a 06/11/2023

Certificação Número: 2023100802074034877555

Informação obtida em 10/10/2023 13:06:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d11bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

queimado Renovação de Outorga (2024/2034) (11158774)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 22

6d11bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO ARAUCARIA LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 75.452.284/0001-56

Certidão nº: 42522206/2023

Expedição: 21/08/2023, às 15:31:06

Validade: 17/02/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO ARAUCARIA LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **75.452.284/0001-56**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

queimado Renovação de Outorga (2024/2034) (11158774) SER 53115.026522/2023-13 / pg. 23

6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

PROVAS DE CONDIÇÃO DE BRASILEIROS NATOS

SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul
CEP: 71.615-560 Brasília – DF
Telefone / Whatsapp: (61) 3879.5003
contato@mouraeribeiro.adv.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Requerimento Renovação de Outorga (2024/2034) (11158774)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 24

6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

REGISTRO GERAL 127.636 DATA DE EXPEDIÇÃO 05/JUL/2011
 NOME RITA DE CÁSSIA RIBEIRO AMARAL
 FILIAÇÃO DIMAS ALCIDES RIBEIRO
 GENNY DA FONSECA RIBEIRO
 NATURALIDADE LAGES SC DATA DE NASCIMENTO 19/JUL/1953
 DOC ORIGEM CERT. CAS. 11479 LV B/39 FL 63
 CART. RAMOS - LAGES SC
 CPF 422.069.449-87
 Assinatura: *Adriane B. Carvalho Farias*
 Papiloscopista
 LAGES - SC ASSINATURA DO DIRETOR
 LEI Nº 7.116 DE 29/08/83
 THOMAS GREG & SONS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEPESA DO CIDADÃO
 INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

1º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE LAGES
 Rua Coronel Córdova, nº 135 - Centro - CEP 88502-000 - FONE/FAX: (49) 3222-0869 / 3222-0236 - Lages - SC
 LÚCIA REGINA ARRUDA NEVES - TABELIA
 e-mail: primeirotab.lages@bol.com.br

AUTENTICAÇÃO
 Autentico a presente cópia por ser uma reprodução fiel da face do documento original que me foi apresentado. Dou fé.
 Em Teste: *da Verdade*. Lages-SC, 07 de Fevereiro de 2014
 DANIELA FERNANDES CEVEI-ESCREVENTE NOTARIAL
 Selo digital de fiscalização do Tipo-NORMAL-DJQ44075-OKE7
 Emol: R\$2,60 - Selo(s): R\$1,45 = R\$4,05

Confira os dados do ato em www.tjsc.jus.br/selo

EM BRANCO



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLÍCIA DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.474.824-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 12/MAR/1997

NOME CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO

FILIAÇÃO ROBERTO ROGERIO DO AMARAL
RITA DE CASSIA RIBEIRO AMARAL

NATURALIDADE LAGES SC DATA DE NASCIMENTO 23/OUT/1976

DOC ORIGEM C NASC 4025 LV A - 5 FL 33
CART LAGES SC

CPF BALTAZAR ANTONIO GARCIA
Delegado de Polícia
Adjunto à 8ª DP - Lages-SC

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO

Ng de Inscrição 933804299-53 Data do Nascimento 23/10/76

933804299-53

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura
CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO

S
E
R
V
I
C
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 17/04/98





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA.**, pessoa jurídica inscrita no C.N.P.J. sob o nº 75.452.284/0001-56, com endereço à Rua Carlos Joffre do Amaral, nº 67, 2º andar, Centro, CEP: 88.501-015, Lages, estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu sócio administrador **CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO**, devidamente inscrito no C.P.F. sob o nº 933.804.299-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores **RODOLFO MACHADO MOURA**, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB/DF sob o nº 14.360, e **LUCAS CARDOSO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB/DF sob o nº 46.149, ambos com endereço indicado no rodapé e integrantes do escritório **MACHADO MOURA E CARDOSO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade de advogados regularmente inscrita no C.N.P.J. sob o nº 07.028.086/0001-00 e na OAB/DF sob o nº 1001/04 – RS, aos quais confere os poderes necessários das cláusulas “*ad judicium e extra*”, para atuarem perante o **Ministério das Comunicações – MCOM**, com **poderes específicos e limitados** para acompanharem e instruírem procedimentos administrativos, utilizando qualquer plataforma eletrônica disponível, tais como PROTOCOLO DIGITAL (GOV.BR), CADSEI/SEI/SUPER/MOSAICO/SISRD, em especial os que versam sobre alteração contratual, renovação de outorga, licitações e procedimentos de seleção de canais de radiodifusão, apuração de infração, interrupção de serviço, formalização de outorga, outorga de RTR, declaração de composição societária, nome fantasia, aumento de potência, adaptação de outorga, transferência direta, consignação de canal digital, alteração de geradora, inclusão de canal RTVD primário e secundário, alteração técnica/licenciamento, transferência de autorização RTV, adaptação de autorização RTV (primarização), devolução de canal analógico, devolução de canal em OM, extinção de autorização RTV, autorização para funcionamento em caráter científico e experimental, parcelamento administrativo de débitos, podendo participar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive firmar e subscrever requerimentos, formulários, declarações e contratos/aditivos/termos, solicitar informações, apresentar e juntar documentos, respostas de exigências, manifestações diversas, pedidos de prorrogação de prazo, defesas, alegações finais e recursos administrativos, requerer e participar de audiências com as autoridades competentes, pedir cópias e vistas de processos e documentos e realizar cadastros eletrônicos, sendo vedado o substabelecimento, o presente mandato possuirá validade de 03 (três) anos.

Lages – SC, 27 de abril de 2023.


CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO
REPRESENTANTE LEGAL

SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul
CEP: 71.615-560 Brasília – DF
Telefone / Whatsapp: (61) 3879.5003
contato@mouraeribeiro.adv.br



Usuário Externo (signatário): Rodolfo machado moura (E)
Data e Horário: 10/10/2023 13:36:22
Tipo de Peticionamento: Processo Novo
Número do Processo: 53115.026522/2023-13
Interessados:

Rodolfo Machado Moura

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Documento Principal:

- Requerimento Renovação de Outorga (2024/2034) 11158774

- Documentos Essenciais:

- Documento de Representação Legal Procuração 11158775

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Data de Envio:

11/03/2024 11:02:16

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

Mensagem:

Processo nº: 53115.026522/2023-13

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA (CNPJ nº 75.452.284/0001-56), executante do serviço de radiodifusão frequência modulada, no município de Lages /SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

D.O. 21. 26.08.85



LEI Nº 11.177, DE 1958, E SUAS ALTERAÇÕES

Decreto n.º 91.571 de 23 de agosto de 1985

Renova as concessões outorgadas às entidades que menciona para explorarem serviços de radiodifusão sonora em onda média, nas cidades e unidades da Federação indicadas.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos MC nºs 29104.000050/84, 80.882/83, 29106.000119/84, 29100.000236/84, 160.799/83, 29100.000323/84, 29102.000252/84, 29109.000018/84 e 29107.000135/84, decreta:

Art. 1º - Ficam, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovadas, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1984, as concessões outorgadas às entidades relacionadas neste artigo, junto com os seus demais elementos identificadores, para explorarem, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 974, de 22 de novembro de 1946.
Entidade: MULTISON - RÁDIO JORNAL LTDA.
Cidade: Leopoldina
Unidade da Federação: Minas Gerais.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 452-C, de 23 de junho de 1961.
Entidade: JK SANTA CATARINA EMPRESA DE COMUNICAÇÕES LTDA.
Cidade: Tubarão
Unidade da Federação: Santa Catarina.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 871, de 15 de outubro de 1955.
Entidade: RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA.
Cidade: Lages.
Unidade da Federação: Santa Catarina.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 287, de 24 de abril de 1958.
Entidade: RÁDIO EMISSORA PORTOFELICENSE LTDA.
Cidade: Porto Feliz
Unidade da Federação: São Paulo.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anexos-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Anexo - Ato de outorga e renovação (11415045)

SEI 55119.026522/2023-13 / pg. 30

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 319, de 21 de julho de 1959, revigorada pela Portaria CONTEL nº 308, de 29 de agosto de 1968.
Entidade: RÁDIO SANTA CRUZ LTDA.
Cidade: Ilhéus
Unidade da Federação: Bahia.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 926, de 19 de outubro de 1951.
Entidade: RÁDIO DAS NAÇÕES DE ITATIBA LTDA.
Cidade: Itatiba
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de outorga: Portaria MVOP nº 863, de 11 de outubro de 1948, revigorada pela Portaria MC nº 39, de 17 de janeiro de 1969.
Entidade: SOCIEDADE RÁDIO CULTURA JAGUARÃO LTDA.
Cidade: Jaguarão
Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 368, de 12 de agosto de 1960.
Entidade: RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE GOIÂNIA LTDA.
Cidade: Goiânia
Unidade da Federação: Goiás.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 278, de 06 de abril de 1954.
Entidade: RÁDIO EMISSORA DE ALAGOINHAS LTDA.
Cidade: Alagoinhas
Unidade da Federação: Bahia.

Parágrafo Único - A execução do serviço de radiodifusão sonora, cujas outorgas são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais as entidades aderiram previamente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, de _____ de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

Antônio Carlos
Antônio Carlos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://antileg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Anexo - Ato de outorga e renovação (1415045)

SEI 93119.026522/2023-13 / pg. 31

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



§ 4º Para fins de cálculo do índice global de superação das metas, o ato a que se refere o caput poderá estabelecer pesos relativos diferenciados para as metas, em função de sua relevância no âmbito dos programas, planos e projetos estratégicos do Governo Federal para a área de infraestrutura de transportes.

§ 5º O resultado da apuração a que se refere o § 2º deverá ser amplamente divulgado pelo DNIT, inclusive em sítio eletrônico.

§ 6º As metas específicas constantes do ato a que se refere o caput somente poderão ser revistas na hipótese da superveniência de fatores que tenham influência significativa e direta na sua consecução, desde que o DNIT não tenha dado causa a tais fatores.

Art. 4º O índice global de superação do conjunto de metas correspondente à média ponderada dos percentuais que excederem aos cem por cento de cumprimento de cada meta específica, observado o peso relativo de cada meta estabelecido no ato conjunto a que se refere o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Paulo Bernardo Silva

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Jornal de Rio Claro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Rio Claro, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.005275/2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Jornal de Rio Claro Ltda. pela Portaria MVOP nº 34, de 19 de janeiro de 1949, renovada pelo Decreto de 20 de agosto de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 188, de 21 de maio de 2009, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Rio Claro, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Hélio Costa

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Araucária Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.041297/2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Araucária Ltda. pela Portaria MVOP nº 871, de 15 de outubro de 1955, renovada pelo Decreto de 13 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 449, de 13 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Hélio Costa

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Hélio Costa

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rádio Voz de Itabaiana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53840.000374/1994 e nº 53000.018544/2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 15 de março de 2005, a concessão outorgada à Rádio Voz de Itabaiana Ltda. pelo Decreto nº 91.125, de 13 de março de 1985, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Hélio Costa

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada à Rede Central de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.001331/98 e nº 53000.018000/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de outubro de 2008, a concessão outorgada à Rede Central de Comunicação Ltda. pelo Decreto nº 82.216, de 4 de setembro de 1978, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Hélio Costa

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010

Outorga concessão à CV - Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53000.018515/2009, Concorrência nº 003/2007-CEL/MC,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à CV - Rádio e Televisão Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A concessão ora outorgada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Hélio Costa

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 2010

Renova a concessão outorgada ao Sistema de Comunicação Itália Viva S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53790.000369/1993 e 53528.000333/2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada originariamente à Ágil Radiodifusão Ltda. pela Portaria MVOP nº 756, de 6 de setembro de 1955, renovada pelo Decreto nº 90.425, de 8 de novembro de 1984, posteriormente transferida à Tridito Radiodifusão Ltda. pelo Decreto nº 95.703, de 5 de fevereiro de 1988, transferida ao Sistema de Comunicação Itália Viva S.A. pelo Decreto de 17 de setembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 18 subsequente.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de março de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Hélio Costa

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010033000021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://antilegal-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Anexo - Atos de outorga e renovação (11415045)

SEI 5519.026522/2023-13 / pg. 32

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

80-4



amici curiae Movimento contra o Desvirtuamento do Espírito da Política de Ações Afirmativas nas Universidades Federais e Instituto de Direito Público e Defesa Comunitária Popular-IDEP, a Dra. Wanda Marisa Gomes Siqueira; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Ophir Cavalcante Júnior; Defensoria Pública da União, o Dr. Hama Tabosa de Moraes e Córdova, Defensor Público Geral Federal; Associação Direitos Humanos em Rede - Conectas Direitos Humanos, o Dr. Hédio Silva Júnior; Instituto de Advocacia Racial e Ambiental - IARA e outros, o Dr. Humberto Adami Santos Júnior; Movimento Negro Unificado-MNU, a Dra. Sílvia Cerqueira; EDUCAFRO - Educação e Cidadania de Afro-Descendentes e Carentes, o Dr. Thiago Bottino, e, pelo Ministério Público Federal, a Vice-Procuradora-Geral da República, a Dra. Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira, Presidiu o julgamento do Senhor Ministro Ayres Brito. Plenário, 25.04.2012.

Decisão: Prosseguindo no julgamento, o Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou totalmente improcedente a arguição. Votou o Presidente, Ministro Ayres Brito, Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Plenário, 26.04.2012.

Secretaria Judiciária
PATRICIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Ato do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 89, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE NAZARÉ DA MATA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 885, de 29 de outubro de 2009, que outorga autorização à Associação das Mulheres de Nazaré da Mata para executar, por 10 (dez) anos, sem

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos,
editais, avisos e editais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br e circuladigital@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 810 - CEP 70071-600, Brasília - DF
(CNPJ: 01.196.045/0001-90)
Fone: 0800-725 6782

direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPlicy
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 90, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPlicy
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 91, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RADIO ARAUCÁRIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 29 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Araucária Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPlicy
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 92, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIO DIVINAL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 535, de 10 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 14 de abril de 2008, a permissão outorgada à Rádio Divinal FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPlicy
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 93, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO PEDREIRA DO INSTITUTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 129, de 11 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Pedreira do Instituto para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPlicy
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 94, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 527, de 10 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 23 de março de 2009, a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPlicy
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 95, DE 2012

Aprova o ato que outorga permissão à RADIO CIDADE FM DE PALHOÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 42, de 5 de fevereiro de 2010, que outorga permissão à Rádio Cidade FM de Palhoça Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPlicy
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012012050400002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**Publicado no D.O.U.
de 01/ 09/ 2016,
Seção: III, Página: 08**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE LAGES, ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos TRINTA dias do mês de AGOSTO do ano dois mil e dezesseis, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a **RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA.**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 75.452.284/0001-56, representada por seu administrador, **ADILSON PEREIRA DE OLIVEIRA**, inscrito no RG. n.º 298.298, SSP/SC, CPF n.º 084.432.629-15, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a **UNIÃO** e a **PERMISSIONÁRIA** objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de LAGES, Estado de SC, decorrente da concessão outorgada à **RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA.**, por meio da Portaria MVOP n.º 871, de 15 de outubro de 1955, publicado no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 1955, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de LAGES, estado de Santa Catarina. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado à **RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA.** o canal 221 (1080955), correspondente à frequência 92,1 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de que trata o Decreto n.º 91, de 03 de maio de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 04 de maio de 2012, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a ser concretizar.

Cláusula 2ª. A **PERMISSIONÁRIA** é obrigada a:

- publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;

Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à **PERMISSIONÁRIA**, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a **PERMISSIONÁRIA** atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&origem=arvore_visualizar&id_documento=15105248&infra_sistema=1000...

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

§ 2º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "b" e "d" da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

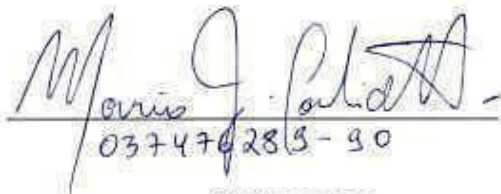
Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de LAGES, Estado de Santa Catarina.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

Ministro de Estado da Ciência Tecnologia
Inovações e Comunicações

Permissionária


037476283-90

Testemunha


002/079.829-01

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 04/08/2016, às 12:59, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 102090



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1256890** e o código CRC **ADA1153D**.





0

123451561789 121 64

54 4 61789 121 64

54 4 61 2651 41466 642154 6519

544 2914789 1 265129 126426 4758

911212466 64454 9292911059 !!!!!7!! 1617249#\$0%&!& 7

\$00'\$0

()*+,+*~*+,+*+/,0)1-23-44454674786,9/;:*<=,9=6,>;6)>;

/;(?-!! @A!!!0'&!&@70&

0/B+*+CC)D9?-EFGEHIGJIKE5LMNOJFIPQLLFJIR9REHGSOJFI#9549%

)CC;/B9?- EOLTIPQLKELNHLGUIVIGIVGEWHIPQLKLWEGTJPLKEGKJLKJXNWQLWLOLGIEMVGEWIGJIR#FLMEGFJIR%

+YZ2[? 4594 1266 1634]!! @A!!!0'&!&@70&^ 842961_ 64

95 91 612954 6514456199 `6512466 642154 65197

#9549%26 9641266 1634 94314294 4 811 1 914249 364

29 126426 4 44 1 9 91 61 #549 561% 1_69 29 92624

1266 163416914 2651 99 9561

6IOJXEWHPQLNGaKJFI EXEGEOFJIR# %KJWFJVRJOIKIVERI4GJEOHIPQLLGMHJTI#4'18 %OJKE&!0"E

VERILGHIGJILGMIHJTI#58 '18 %OJKE&!&b

661OcRJWEKEVEKJLWKEGEOLTIPQLKELNHLGUIVIGIFLOHJONJKIKEKIVGEWHIPQLKLWEGTJPLKEGKJLKJXNW

EMVGEWIGJIR#FLMEGFJIR%b

6662JWVEOWIKIGEIRJdIPQLKEIOcRJWEeNGaKJFIJOKJTJKNIRJdIKIKEVGLFEWWLWIKMJOJWHGHIJTLWfNEEOTL

GEOLTIPQLKELNHLGUIVIGIVGEWHIPQLKLWEGTJPLKEGKJLKJXNWQLWLOLGIWEOKLOEFEEWWcGJIILgWEGThO

GEFLMEOKIPIEWIVGEWEOHIKIWOI b

639MFIWLKEKJTKIKEFIGcHEGeNGaKJFLIFLOWNRHIKETEWEGEOFIMJOKIKIVIGIIOcRJWEKI5LOWNRHLGJINGaKJ

3 FLMTIRJKIKEKEKLJWIOLWLNHIfNEWLgGETEOKIIRHEGIPQLREUJWRIHJTIWJUOXJFIHJTI

0-m-~*+1)Bn*09

0

LGMEJLKL9opqrs-02[Zt2s-2u-v78vw674786=-,9=xIEFGEHIGJIKE5LMNOJFIPQLLFJIR9REHGSOJFIKEWHE
JOJWHIGJLEOFIMJOKIIEWHI5LOWNRHLGJINGaKJFIWNgWaKJLWVIGIITIRJIPQLWLgGEIEMJWWQLKEIOJXEWHPQLNGaKJFI
%fNEIgGIOeIIIOcRJWEKEVEKJLWIKMJOJWHGHIJTLWKEGEOLTIPQLKELNHLGUIVIGIVGEWHIPQLKLWEGTJPLKEGKJLKJX
EMVGEWIGJIR#FLMEGFJIR%FLMXNOKIMEOHLOLIGH&&@y]KI5LOWHJHNJPQLEKEGIR#5%bOLIGH@ @y@]F'FLIGH\$ IGcUGIX
jOJFLKIEJO]"00 KE& KEIULWHLKE0\$&fNEJOWHJHNJNL5zKJULGIWJREJGLKEEREFLMNOJFIPIEW#5%bEOLIGH00!EWW
KL2EFGEHLOj& KE@0KELNHNGLKE0\$@fNEIVGLTLNL EUNRIMEOHLKLEGTJPLKE IKJLKJXNWQL# %

&

6OJFJIRMEOHE I LVLGHNOL GEUJWHGIG fNE EWHI 5LOWNRHLGJI NGaKJFI VLG MEJL KLD+C(),{9
23-45|45674786,9/;:*<=,9=6,>;6)>;WLRJFJHLNJOXLGMIPIEW}EFGEHIGJIKE5LMNOJFIPQLLFJIR9REHGSOJFI#9549%
GEWVEJHLKLfNIOHJHIHJTLKEVGLFEWWLWIKMJOJWHGHIJTLWfNETEGWIMWLgGEIGEOLTIPQLKELNHLGUIVIGIE-EFNPQL
GIKJLKJXNWQLWLOLGIEMVGEWIGJIR#FLMEGFJIR%#GLF1KMJOJWHGHIJTLJO]!! @A!!!0'&!&@70&7 9 %

01EFGEHIGJIKE5LMNOJFIPQLLFJIR9REHGSOJFI#9549%EOFIMJOKIfNIOHJKIKEE-VGEWWJTIKEGLFEWWLW
1KMJOJWHGHIJTLWIEWHI5LOWNRHLGJIFNeLHELGTGEGWILWgGEIIOcRJWEeNGaKJFL7XLGMIRGERIFJLOIKJGE
LNHLGUIVIGIE-EFNPQLKLWEGTJPLKEGKJLKJXNWQLWLOLGI

&2JIOHEKIWMJRJHNKEKLWFIWLWGERIFJLOIKLWJGEOLTIPQLKELNHLGUIVIGIE-EFNPQLKLWEGTJPLKEGKJLKJX
WLOLGIIOEFEEWWcGJLFLOWNRHIGWLgGELTLRNMEKEVGLFEWWLWIKMJOJWHGHIJTLWWLgGELIWWNOHLNEV
IEWHI5LOWNRHLGJINGaKJFI

@1LgHEOPQLKEJOXLGMIPQLIHNRJdIKIWLgGELfNIOHJHIHJTLLE-VGEWWJTLKEVGLFEWWLWIGEWVEJHLKEOL
LNHLGUIVIGIE-EFNPQLKLWEGTJPLKEGKJLKJXNWQLWLOLGIWEGMJJHGcNEEWHI5LOWNRHLGJINGaKJFIHJIRJ
OEFEEWJJKIKEKIEKJPQLKE1 959 99 9561WLgGELIWWNOHL

"5LOTIMJOXLGMIGfNEI1KTFLFJ78EGIRKI OJQL718 VLGMEJLK14GJEOHIPQLLGMHJTI18 OJKE
&@KEMIJLKE&!0"KJWFJVRJOIERIgLGIPQLKEMIOJXEWHIPiEWENGaKJFIWGEEXEGEOFJIJWOLhMgJHLKLWzGUQL
FLOWNRHJTLWOLWWEUNJOHEWHEGMLW

4 69144 1631j29&@2916429&!0"

412348124789 121 64OLNWLKIWIHGJgNJPIEWfNERKEFLOXEGEMLWJOFJWLW66E666KLIGH"]

KIEJ5LMVREMEOHIGO] @KE0!KEXETEGEJGLKE0@FLOWJKEGOKLLfNEFLOWHIKLGLFEWWLO]

\$@ !!!!!00'&!!70&GEWLRTEE-VEKJGIVGEWEOHELGEOHIPQLOLGMHJTIHKLWLWzGUQLWeNGaKJFLWEONME
OLWIGHW&JE0 KIEJ5LMVREMEOHIGO] @KE0@

674WVGLFEWWLWfNEWEEIMLgeEHLKEMIOJXEWHPQLLeNGaKJFIGEXEGEOFJIRJWHLIIfNERIfNEIOIRJWHLKIWI
eNGaKJFIWfNEEOTLRTIMMIHIGJIWJKOHJFIWEGEFLGGEOHEWJHQLKJWVEOWIKLWKEIOcRJWEJOKJTJKNIRJ
FLOWNRHJTLWKEWKEfNEICGEIHIFOFJIIHEWHEKEXLGMIE-VGEWWfINELFIWLFOFGEHLWEIMLRKIILWHEGMLW
MIOJXEWHPQL

667IGIERIgLGIPQLKEMIOJXEWHPQLLeNGaKJFIGEXEGEOFJIRKETEMWEGLgWEGTIKLWLWWEUNJOHEWHEGMLW
I%LTLRNMEKEVGLFEWWLWEMMIHIGJIWJKOHJFIWEGEFLGGEOHEWJMVIFHIGeNWHJXJFIKIMEOHEIHNIPQLKLz
FLOWNRHJTLNIFEREGJKIKEKLWEGTJPLWIKMJOJWHGHIJTLWbE

g%IIHJTKIKEENGaKJFIE-EGFJKIWEGEWHGJOUJGJTEGJXJFIPQLKLIHEOKJMEOHLKIWE-JUOFJIWREUIJWVIGH
FLOXEGOFJIKELFNMEOHLW



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/bd/bd4-cf95-4117-88bdc8b4fd25fad>

! "3#85#"\$ 8 1%8&"38(" 1 *85721+##8,1+ -.3/768+ 31213156787+ +1 1)+#758 8 68++ 1* 0.1 18-8 2385)1 3"%.*1 1) 43"61++" + 0.1 153"%38* 0.1+#+,1+ -.3/768+ 7)45#768+ 1* 0.1 8 8#737)8)1 -.3/768 +1 31+##375-8 5 31372768(" 1) 8#15)7*15#" 1) 167245678+ %1287+ 8 483#73 1)+7*4%1+ 6"521345678 1) 1)6.*15#"+! ++1 #74" 1) *85721+##8(" -.3/768 #1* 4"3 "&-1#73")83 *87"3 827%7)8)1 8"+ +1337"" + 8)*757+##38#73"+\$ 8%7* 1) 413*7#73 0.1 "+ *1*3"+)8)3"686788138%)8 57(" +1 1)70.1* 1* *87"3 *1)7)8 8 0.1+#+,1+ 1 58#.3198 *87+ 6"*4%168!

! "+" #13"" +) 83#! ;)8 "3#8378 "3*8#738 5 \$)1 ;)1 *83"" 1) ;\$ 8 1*7++(" 1) *85721+##8,1+ -.3/768+ 31213156787+)1*85)8 8 1)*5+##38(")8 167+##45678 1) 1%138) " 3"%.*1 1) 43"61++" + "&31 8 *8#7378 1 0.1 8 85<%7+1 75)737).8%798)8 7*486#8378 1) 2"3*8 5128#738 8 61%137)8)1 8)+ 8#737)8)1+)1+153"%37 41%" =32(" 6"5+.%#73" ". 41%" =32(" 8++1++"38)!"

>! 85<%7+1 1) 43"61++" + 8)*757+##38#73"+ 0.1 #38#1*)8 315"38(" 1) " .#328 4838 1616.(") " +1337"" 1) 38)7"72.+(" +5"38 +1 150.8)38 5.*)" + 310.7+7#"+ 5161++<37"+ 4838 8 1%8&"38(" 1) *85721+##8(" -.3/768 3121315678%\$ 4"7+ 153"%31 8 31372768(") 8#15)7*15#" 1) 167245678+ %1287+ *1)785#1 8 +7*4%1+ 6"521345678))6.*15#"+\$ 5"8#)8*15#1 0.85) 167+##1 84158+ .*8 15#7)8)1 75#131++8)8 58 1616.(") " +1337""

?! 1+##1 *)\$ 7 7*4"3#85#1 0.1 8 431+##1 "+ 1+6%83167*15#"+ 5161++<37"+ + "&31 " 0.85#7#8#73" 1) 43"61++" + 8)*757+##38#73"+ 31%867"58)" + 5 315"38(" 1) " .#328 4838 1616.(") " +1337"" 1) 38)7"72.+(" +5"38\$ 8++7* 6"" +1 8 1*7++(" 1) 4831613 3121315678% + "&31 " 8++5# 4" 1) 43"4"367"583 *87"3 61%137)8)1 58 85<%7+1 6"56%+.738) *8#7378! @! 568*7511*8+1 "+ 8.#"+) 3"61++") *757+##38#73" 5 1631#8378 1) *.5768(" "678% %1#3A5768 BC 4838 6745678 1) 1*87+ 43"37)45678+ 68&/317+! 4+= " 8#15)7*15#")8 312137)8 + "%767#8(" "\$ + 8.#"+)131* 31#3583 8 1+##8 "5+.%#378 D.3/768 4838 8431678(") 8++5#!"

;! * 31+4"+#8 5 + "%767#8(" 1568*7518)8 4"3 1+##8 "5+.%#"378 D.3/768\$ 8 \$ 4"3 *17")8 EFGHIGJKELKHIEM NOOPQRSQTRUUVLWXKFX\$ 8431+15#". "+ +12.75#1+ 1+6%83167*15#"+ + "&31 "+ 43"61++" + 8)*757+##38#73"+)1 315"38(" 1) ". 4838 431+##8(") " +1337"" 1) 38)7"72.+(" +5"38 1*431+8378% B6*13678% C B3"6!) *757+##38#73" 5 > ; ?! @ ; 8 0C9

B!!!!

! 57678%*15#1\$)1318+1 1)+#8683 0.1 " *1567"58) 1+4861" 5 : ;D08 219 8%+.(" + "15#1 8"+ 43"61++" +)1 315"38(" 1) " .#328 1) 38)7"72.+(" +5"38 B0<)7"C\$ 1) *) 0.1 1+##8 *85721+##8(" +1 31+##37521 50.1%8 #74%"278 1) 43"61++" 8)*757+##38#73!"

! "" 7 +8&7)"\$ "+ 4389+)8+ 6"561+++,1+ 1 413*7+++,1+)" +1337"" +1 38)7"72.+(" +5"38 4")1* +13 315"38)" + 41%")13 Y&%76"\$ 4"3 413(")" + .61++73" +1 B)19C 85+*\$ 1)785#1 4.&%768(" 1) 4"3#8378) 757+##3" 1) +##8))8+ *.5768",1+\$ 8 413 15378)8 4"+#137"3*15#1 8 " 5231++" 867"58%\$ 4"3 *17" 1) *15+821* 8 31+7)45678)8 014Y&%768\$ 4838 275+)1 1)%7&138(" + "&31 " 8++5#"\$ #.) 5"+ #13"" +) 83#! ;\$ Z \$)8 "5+##7.7(" 1)138%\$) 83#! ;\$ Z ;\$)8 17 5 !>@: 1) " 83#! ;\$ Z \$) 1631#" 5 !>@ @:;! :

! 1 86"3" 6"" " 83#! :>\$ 483<2382" Y576"\$)8 17 5 !>@:\$ 8 315"38(" 1) " .#328 6"5+##7#7)7317#" 6.-" 16136/6" 1+##< 6"5)767"58) 5 1)*5+##38(") 43115617*15#" 1) 8%2.5+ 310.7+7#"+! \8%1 7913\$ 8 85<%7+1)" + 43"61++" +)1 315"38(")8+ 6"561+++,1+ 1 413*7+++,1+)" +1337"" +1 38)7"72.+(" %138 1* 6"5+7)138("\$ 15#31 ".#3" + 1%1*15#"+\$ 8 #1*41+##737)8)1)" + 4%17#"+) "&+133^5678 8"+ %7*7#1+ 1) " .#328+ #85#" 41%8+ 6"561++7"5<37) 413*7++7"5<378+ 0.85#" 41%" + 1.1+ 31+416#73" + +=67" + 1)737215#1) &1* 6"" 8 312.5%837)8)1 27+68%\$ #38&8%17 765768)8 1+##8(" 1) 38)7"72.+(" 1) 0.8)3" + "671#<37" 1) 731#73")8+ 41++"8+ -.3/768+!

>! * +.*8\$ "+ 483^*1#3"+)1 85<%7+1 1 " 31+416#73" 2%.6" 43"61+++.8% 156"5#38#8+1 1)%7*7#8)" + 41%8 "5+##7.7(" 1)138%\$ 41%8 67#8)8 17 5 !>@:\$ 41%8 17 5 !>? @>\$ 41%" 1631#"817 5 ;:@>\$ 41%" 1631#" 5 !>@ @:; 1 41%8 "3#8378 1) "5+%"7)8(" 5 \$ 1) 1) -.51" 1) ! ;_38#88+1\$ 4"7+\$ 1) 43"61)7*15#" 8)*757+##38#73" 0.1 4"++7 6"5+7)13<31% 312.%8*15#8(") " 1)13 Y&%76"\$ 4"3 5"3*8#73"+)1 721315#1 238. 1713<30.76"\$ 0.1 1)1*85)8 8#15(" 58 75#13431#8(")" + 6""85)" + %1287+).385#1 8 85<%7+1)" + 43"61++" +!

?! (" +1 4" 1)1+0.1613\$ 8)1*87+\$ 0.1\$).385#1 " 168"1" + 41)7)" +)1 315"38(")8+ 6"561+++,1+ 1 413*7+++,1+)" +1337"" +1 38)7"72.+("\$ %1388+1 1* 6"5+7)138(")8*8*7* 8+ *85721+##8,1+ 43"315715#1+)8 "5+.%#"378 D.3/768 -.5#" 8" 757+##737")8+ *.5768",1+!

@!12.5) " 83#! \$ `abcd\$)8 17 5 !>? @>\$ 6"31)8(")8)8 41%8 17 5 ;! >\$ 8+ 41++"8+ -.3/768+ 75#131++8)8+ 58 315"38(")8+ 31+416#738+ 6"561+++,1+ 1 413*7+++,1+)" +1337"" +1 38)7"72.+(" 1)1313(" 8431+15#83 310.137*15#" 41385#1 " 757+##737")8+ *.5768",1+).385#1 "+")91+ *1+1+ 85#137"31+ 8" #73*75") 4389" 8 ".#328\$ +15) 413*7#7)8 8 1616.(") " +1337" 1* 683<#13 4316<37"\$ 68+" 164731 " 4389")8 ".#328 +1" 167+" + "&31 " 41)7)" 1) 315"38("\$ 8 +8&139

3#1 + 15#7)8)1+ 0.1 1)1+1-831* 8 315"38(") 4389" 1) 6"561++(" " 413*7++(" 1) +1337"" +1 38)7"72.+(" 1)1313(" 737273 310.137*15#" 8" =32(" 6""41#15#1) " 1)13 616.#73").385#1 "+")91 *1+1+ 85#137"31+ 8" #73*75") 31+416#73" 4389")8 ".#328!

! "3#85#"\$).385#1 8 85<%7+1)" + 310.137*15#" + 8)*757+##38#73"+)1 315"38(" 1) " .#328\$ &+.688+1 7)15#727683+1 "+ 4389+ %1287+ 43137+##" + 5 74"68)8 43"#6"%798(") 41)7" 2"38* 137)8*15#1 "&+1338)" + 41%8+ 41++"8+ -.3/768+ 75#131++8)8+ 58 315"38(" B83#! \$ `abcd\$)8 17 5 !>? @>C!

! 6"331 0.1 1< +7#.8,1+ 1661467"587+ 0.1 2"21* 5 31238 2138%\$ 6"" "+ 721315#1+ 68+" + 1* 0.1 " 31+416#73" 41)7)" 1) 315"38(" 2"38 8431+15#8) 84+= " 1561338*15#") 4389" %128% 1 80.1%1+ 1* 0.1 1< + "&314"+7(" 1) 4137)" + 1) ".#328\$ 6"" *85721+##8(" 1) 75#131++1 58 315"38(")8 " .#328 + "15#1 5" 4137)" 1) " .#328 *87+ 8#.8% ! %7" 7++" \$ 1< 875)8 "+ 68+" + 1* 0.1 5(" 2"7 156"5#38)" " 6"331+4"5)15#1 16#38#") 6"5#38#" 1) 6"561++(" ". 413*7++(" 61%1&38)" 15#31 8+ 483#1+\$ " 0.1 1)7276.%#8 8 6"5#821*) 4389")8 ".#328 B 85+ 4838 0<)7" 1 85+ 4838 _C 1 8 82137(") 4389" 4838 310.1313 8 315"38(" B *1+1+C!

! * ".#38+ 48%8338+\$ 8+ +7#.8,1+ 5(" 8%685)8)8+ 41%" 83#! \$ `abcd\$)8 17 5 !>? @>\$ 0.1 7 8 31238 2138%\$ 16721 .*8 85<%7+1 *87+ 6.7)8)" + 8)8+ 6736.5+##5678+ 153"%37)8+ \$ 6"" 2"3*8 1) 7)15#727683 8 431+15#8 1) 1%1+15#" 0.1 8.#"3798* 8 84%768(") 83#! 1 83#! ; 8 *1567"58)8 17 5 ;! >\$ 6"31)8(")8)8 41%8 17 5 !> \$ 0.1 #38#8* 1) 31238+ 1661467"587+ 0.1 8.#"3798* \$ 1* +1\$ " 6"51167"15#") 41)7)" 1) 315"38(" 43"#"6"%8)" + 1) 2"3*8 16#1*4"3^518! \1-88+1 8)76(")" + #16#" + %1287+ 67#8)+9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-88db-d84fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-88db-d84fdd25fad

012356789 82 9 82 8 1 88 9 188 8 1 8 1 8
91 2 8 822 9 1 822 18
3 !!! 1 5 5"8 1 89 1# 9 2 2 1\$% 2 "& 1'
91 88 # 2 891 88 8 88211' 8 2 8 88'1 8" 1 1 # 2 3
1'#1 (3) 1' 91 88 # 2 2 891 88 8 1 2 1# 88 '18
9 188 '18& 2 188 2 1#8 189 1 928" 8 & 2 2 8 91 9
* #1 88 + 22 9 1 1 92 82 12# 3
0123,608 88 '18 9 188 '18 8 1 8 1 8 & 8 21 88 2 1#8
8" & 2 8 2 1 1 89 2 2 1#22 9 1 822
18 1 8163 !!! 1 5 5"2 1 91 -. 2/891
& 8 82 & 2 2 1 88 2 % 8 1 3
,3782 8 2 1# 8 8 2 8 11 82 912 '8 891 88 8
1 2 1#"8 1 8 2 9 8&8)82 0 9 2 * 21) 2'1 0
)10**7" & 82 81 #821 8 2 1#9 19 88 21 9 19 88 21337 %212)10**7
8 4 & 8 21 1235 5 1 2 67 65,89-8!" 123,;"3 ;#;"7 6
<3!9-85" 123<="6" > # 2 8) 1 8 > 8 "91 9 5 1 2 6
?53!-?9-8," 123,6"=56" 5 1 2 6:3,-95 ,"@ABCDEF@GH
IJKLJMNOPJQRSTRUVWXYZW[
01253* 2 89 1'2 1 88 9 188 91 % 218 1 1 8 " 2 938"
21 88 #2 82 8H
1/\$82\ 81 8 18 8 H
67 8H
7886<
]1 &^ 68
6> # 8H
7886,
7821 986,
8 '% 59 1\$82 8
6+ 8H
78865
7812865
5/\$82\ 81 8 18 8 # 6 2 2 1121 "8 '% ? _] 59 1
\$82 3
=66* 82 81289 1" 182\ 8 82 8 12# "21 '18
1 &^8"& 2 8 8#8 & 3
=566+ 8 1 92891 8 2 8 91 8 2 12# "8 82\ 81 9 2 18 1 21888 18
2 8 "9 12 2 848 82\ 8# 1 183
=,66+ 9 1 2 1 88 9 188 8 2 88&8912 82 282& 2 #1
&1 8 218 91^88" % 22 8 8 1 1 8 " 82 8% 8^82 12# 3
=<67828 88 '1 8 9 188 '1 8 8 1 8 1 8 " 8 2828 828
888 91^88"& 2 482\ 8 8298 82 12# " 1 ^ 168 92 "1
2 9 1 2 .5?a/ % 88 " 21 29 82 3
9 7 6?3,-!" -8:/
=?66+ 9 88 9 1'912911 8 91^8 1 8 " 8
188" % 88 82 8 82 8 82 12# 3
PJQRSTRbcYY[XYZWU
0123,;+8 88\ 8"9 188\ 8 2 1\ 891 %9 118 1 8 1 8 "8 1 8 1 8"
21 81 &82 8" 88 #2 891 2 8 '88H
d333e
#/ 89 88 9 1'91291821 # 1^8 88 '1"
9 188 '1 2 1 8 29 8 1 1 8 " 8 3
fJghijkJSMNRINmRnJLoQpNmRIJRfjlQNIQqhmRN
0123<3791 2 221 2 1'3 9 8 5'1 7s "& 1'
2 1 8 \ 8 & 82 1 88 89 1 2 1 2 %2 2" 88
"2 19191 8 2 891 9 828918 2 2# 2 3
d333e
=,60 8 2 89 88 8& 2 #1 8 &1 8 2'1 1 2 9 1 8 1 2 98
8 2 1# 8 29 8 1 1 8 8 3
tIJKLJMNSTRucYVZXUvYV
0123,67 1 2 1 & 1 2 & 8 1 1 =6 123561' 4 91 H
d333e
=565 1 9 & 212 =6 12356" 2 89 88 8& 2 #1 8 &1 8 2'1
1 2 1 8 28 2 8 2 1#8 8 1 1 8 8 1 1 &^
2 2 92 "8 91 23 9 2 91 82
> # 2 8) 1 8 > 8 "91 9 5 1 2 6?53!-?" , 21 -8,38 1
88 2 1#8 8 1 8 1 8 218 83
<35 # 1" 2 88'1918211 91 88 1 2 1#8 21
91 82 123, > # 2 8) 1 8 > 8 "91 9 5 1 2 6?53!-?9-8,"
1 9 5 1 2 6 3!!?95 5"8 1H
0123,37 1'1 1 & 1 2 1 & 212 12358 1'89 9 821
*^"w # "1 \ 8 * \ 8 '1 8 18213 8 #2 2 "8
91 23 21 8 2 889 1 2 8& 9881 8 1 % # 89 #8 9 12 2 "918

1 816

>

123<="6"



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/gd1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

012343516789
53783433 1188 58314535314878358 85553
13188158 85355381813 1
5378153114 318 16783 314!314835323811813 1
813 36788"#\$%
814131151&1'11451143 314835351411813 1
181143
8141318 8403588 88&354
81413141531(318 31418&8)115318*8+368&)*+
,8113!35 31-2358313438151%53618*1214088381151678
53781531858838588 *548 .8/ 5803123425611386748
"884316781038*121408
, 4116789
191813 1838 831 3811! 51836813837888888
2908 388335153 31188 35:3883538851813 1
! 51588538368138378148 14311 8 7881378:
811851813 1! 515368138378;3 3838
<838185124 38 884335414341678
9083355:! 3811584538401331141518
1886=813 8188 314
91813 1785:331511 381 8113351678<243 11435183351
91813 11518385883 38,,, 8 158153>11"85353678
91813 178! 513681383788581
908 3883351813 150138 818 3785135114188
8318783 314 8431841:53 1834 3585151114172@1?@83 38 8
15815361103"84511A4677B3
623.1388 881678858178358 888 588518
1535818 8518153555C611"85353678&14815321C611036534D2E5B668153
665C818F41588+368F138378181848/ 581253>72E67A82
8881536A1\$85131"88431678);E;"G;1661085B583
6A3"835818 5167818 88151 38143114318 88
8 35:3835381 8 38:318338:318368138378(411678311
485154141183!351 413818BH8 135148 3145851485151
538351335158838182 8584 885181368
54 83 16=35 8453885810316534D2E5B66(5378353141. 31
#1 3814*4 83 16=4153118&8&3 143!16781*4 83 16=I&35418!5158
4161588 3848+351 518)578"-3581. 31#1 3814*4 83 16=
+)J"E.#*J02 88(43 6111 381581516781383783
6>3J!43 35118515811 84311511:4388 88167885811
188538158 8251 318835D838/1 081B6AB6E5B58E"G#%KF
;"G;E")KE.)K3
6D3J4167818588 140:18!31154368B8 88 8816788581
8368138378881 1:5 8 3145135167851+ 5131"83 1678+8 314
J45L3 13.36781 314851138 4318 1483111:43
333143!118 88167885818368138378881 1:5 8 314
41"845831%3 15818;335-381"83 16=18858!3135M 31
4321678143583
673\$8858418815140158 84!31!33841434167813837888 13788
!188 8816788581 8151436781 314!43 351
318848 18! 381385111:1:43333143!111"845831
%3 15818;335-381"83 16=3.53548!433 1538416783516= 431
81 85 1511:438 8 8881 85323 88!114181358
4131 845319
191035143 1678815351153811 3811031683454E5B6> 816781141031
643826E5B551884358151818 15881!8414
2913516=84311858 843!1678358816781581!835814341678
98 18! 3813136784335188!51588+ .""G41161
8581NOPQRPSTUNVNW78NOPQRPSTUNVNW15311 3183538
98 18 851511618114 31888188 35:38181
3 135111816788358081824838 8511 53783433 11
913516=8431182836786X981388858181678181148
"88#1 3814 88 83!188153558C811"85353678&14
98 18 851511511:43181678185811!35 318 813351538
116783167850145188814511143 167811431 116781
8581
98 180883358838816788581
5B3+81351+ 5131"83 1678+8 314J45L3 1135167841846788158(
"845831%3 15818;335-381"83 16=11 8533111:433

43 Y33883515113516783 18253151515=41 3811(1:438 8
1335153881678858111516788368138378Z\N^_1314X 8 31493\$851581
ja\Z13 881816=858111516788368138378Z\Z_a
ja\Z13 881816=858111516788368138378881 835:318 83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

Anexo - Parecer Referencial (1141786)

SEI-35115-020522/2023-13 / pg. 39

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

01234567890 00 428675

058405086 8400588362850850 6 5 00 78 04888058 5076 0
8 6 645 !"#09058683\$2902683%85486550&898362'7065884830 8 8() *2 90 655
8+ 020 +(-,-- 0.) 085 0.,.(

/ 09107052 050055030549 28509405

44#5#6789.;<8=:>?@

44AB#C#7=4D4E:>?@#9<#;:846<F=:>?@#G7HI94J:#H<6<H<8J4:D

- K012055670 76 0 098 8500667855108554 6 L 62096 6524670390 00060301 0
4943488848 854 6 8 05 0855055890 &42 62 8M 96 658NO13628P0 083 662438 05090 Q 85
548586146R056 56426 865

S 68 0 05502 018M 728268T083 8U 6\$MTU%0 648K60 8V98678 + 0.) 0986 0
.,(W24&0705851085561636 8 0 003818 0O 62898 6058&42 628000 2683\$%88405R05&42 6285
0 7370 9836856 L 62850020 05X

@H4<8=:>?@#8@H;:=4Y:#8Z#[[#9<#]^#9<#;:4@#9<#]_B`
aK5205554050&891&0 098 6058&42 628000 268365384038408 83658 8585405R05
&42 6285400 737899836856 L 62850020 0505 650 58 5 08 '36506 676 4836b8 8035c5
2 543675 05 0408'0832 6288050 098010558402852 2050893 885095 8268 8
98 6058
aaN88803818 098 6058&42 628000 2683 07095015078 555046 05046565X
8%73490 020555099836856 L 62850020 0569828&456628 890 08848 c
2 543674820306 8 0 5507658 96 658675d0
1%88676 8 0&42 62801026 850056 6e706628 80 690 85016L 268530865886 8569305
2 0L 268 0 2490 5
00L 268XN8020 +.,WfM*TFgTUfMTUf.,(W

h M096 836 8 088 '3650 0 8585405R05&42 6285400 737899836856 L 62850020 05
55616368 8ijkl "#i#"k!lmj"no#j ijpjiq"rjs"i"035c52 543675 5205554050&891&0 0g9
655Q"t" u#il#lvjmjw mj"&40520555 06189 02 8 0205586890 02988 '36506 676 4836b8 8 028 8
098 8628 828 8'0832 6286 00558 88050 04084030205550893 885095 898 6058
000 2683

(, M 098656 5642 6146888q jv!xjs"no# 8848 c&42 62099836850066785450&8
6 L 62850020 05040 090 0541906 5e8 '3650&42 628M55690 0 0504080050 849898 0 8
986506260 08183Q 0 c 0855055890 &42 620 8'0832 6288339 0058848 56 2265
8mlrl!ji"il#0 8lm xjmji"il#"ixj jy!"yjp"

((0509 05086984082 5650098020&42 62 056 8 81836b8 5528552 205
24&52 550893 09898 2858158890 08 83658 g90068020000 268328 4 850
006890 0296 2262 56426 83 80626L 268\$8)-z{[]~ 8g 5646P0 083% 890 6 809400768
0 2896 Q890 05 02055'6 0 67055205558 96 6586755696380540 55409405 0 840b8&42 628850
0 0 8 8

(, K614 83 0g 85 8U 6\$gU%0 55884636b8 8020000 2683 5095618 5038
K60 8V98678 f.,(W 8MTUX

h.a 98eM 728268T083 8U 6400 0 690 gU48 e09655 0802005&42 625
5108596 485 00 686536268c650 045 2490 5 5095 8)S8'8O 62 806 +
S/// 0(hh)000 268 5M2c 5-WSf.,((0(hWWf.,(W8915388 503N30 '6 690 08
4636b8035c500 6 8 05 88 96 658O136280 083 04990598020&42 6209
20 690 536268c65 67055 05 0400 7378983682978 890 06 L 62804050&82930
8930818 &8 8585405R05&42 628506 0 052496 85016L 26856 628 85 8K60 8
V98678MTU + 0.,(W05238020 886 8 0408050 06 983058 8 68 0 80568
8 '3650 2852 2080268 0505845 502 5646 80067880268 804386 8 0 8
834 6 860 8 98678095690598\$M2c +./-Wf.,(WN30 '6%

() 082 298KVfMTU + 0.,(W01650918562890 0 65046565884050&803818 88X\$6%
prqxl#il#k!ml#mx#x"ylj"#!kljylj"d0\$66%8 "yq!ls"#!"yjpji"il#q!jm"il#xl!"#pl!jvjm"no#il#"yl ijxl y#
ljtw mj"#!rlt"j#"#k"!ylj"#!"m vl!w mj"#!il#mqxl y

(W K5006 5046565890 4b6 5 "lYa#^Z#i"#!y"l"j"#!8!x"yjp"#J7:7# Z#_[#il#^B#il#x"!n
il#_]40 652636 884636b8 8X

!y"l"j"#!8!x"yjp"#J7:7# Z#_[#il#^B#il#x"!n#il#_]]
M)+M8 605842 628000 2683092909655889 820306 8 00920555
8 96 658675405561636098 '3650&42 6288 6b8 8092855006675



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadadeassinatura.camara-leg.br/gd1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

023456789 95569555 99 55 96 5 6595595 6
5 555959695 5569 5 ! 9 5 95#
995 !56965 \$9695 859 5595 98 6695 6 %
0&349 ! 5')66*96 96 9 9 +
, -5 !858 .5595/ _____
, -6 5 ! 556789 9699 58955 95556595658955
5995 6895 8"!6 89 8"!5 5%

20% 185 !599 9 959 5- 6596*56 \$ 9 569599
5969 59 85965 #65 ! 555 5 ! 9 599 ! 65 95 598
58 9 5969 59 9 !5 65 . 5 62993
4)141))151)14,4676!955 969959565 5 !5 56 95895
5 6955489 99 8595556789 89 5 .9 #595 !546 895(95
5 9 6*5 59 59. 9 : 96 9 9659 %

2;% 565 6 9 96- 9 5969 59 65 ! 555
5 ! 9 599 ! 659555 8*56 56565595 ! 658
9 9 5 65 65 65 695 559. 9 !56789 5895585<14=1%

2>% ?@ABCD@EFGHIGD@JCKC@DECLDDB@MNBODPOCHEC@D@DJCQRDSTN@JN@GDLN@GNHGBECEN@DNL
GNHLEDB@HD@HNED@EFGHIGD@D@LCB@CPDWNBDJD@XCPD@YZ[Z@D@BCMCB]HGID@^@`_ab@LCHJN@D@OCLO
XCPN@dBNGLLN@?JOIHILEBDEIKN@CO@CXefBDMCU@?PFO@JILLNb@F@BCGNOCHJAKCP@QRC@LCgD@gRHEDJD@
DJOIHILEBDEIKN@QRC@MNB@DHDPILDJN@XCPD@YZ[Z@LNWBC@N@DLLRHENU

2i%) 585- 5965 556789 58955 655! 665 9-585 6 56
9 :969 j,5922569486563>32k92!l3555895 !\$5 5
65 5695965695 56795669695 695 !96 .695 6 5.9895"!
96 5% 699- 16 69563>56 58m5 795 46 895 5489n489+

ZHRHGIDJN@Ho@p
4569 5 !6 895 565 ! 956958 9699598\$5 69
6 9959556 955-8956- 99656 68 9 .5 6!
9 59 69 5969 59 669695 6956- .
99969! 8565 : 65956579 99679 5556%

2l% q@IOXCBINLN@DMIBODB@QRC@CLED@`_a@DXPIGDrLC@CsGPRLIKDOCHEC@DNL@XCJIJNL@DJOIHILEB
NRENbfD@XDBD@XBCLEDSTN@JN@LCBKISN@JC@BDJINJIMRLTN@LNHNBD@COXBCLBIDBP@tGNOCBGIDPuU

&k% 5 96 222&5vW?@wq[vx[?@vo@yzz{}}~}}YZxr__b@6 85
5 6556 855 546 85(95 * 95 95 .5 6%

&2% 95.965 5') 785.555 9 9 865 85595595
489n48963k0325 &k&&KDPIJDJC@JC@JNIL@DHNlb@ 5 .6*5585 !89 8595 9699595
.5 6 99%

xxU|@r@|@aZv|?|@VZ@|wla?@d?a?@daZYw?|@V|@YZax|@VZ@a?Vx|VxY|@Y|wla?
Z_daZY?ax?@t|_Za|x?u

xxU|Uy@r@|vYxVZa?ZY@Za?xY@

&&% = 9 599 !6 9 6 5 9 9 8 695 : 9556 9 ! 6
2797 556 9 ! 6 956 289 !7 96555 95896.958.89%6955
969!\$85956 9565 95 !6 ! 9 ! 9 599 ! 65 6
956 %4 6 : 9 : 6!57\$8 995 965 559 6955695
6*79858965 295%&2969 „586555%&&969 ,j5%&&3545/5%;358655%3&
4m/5%039&&5%&k)<7%

&3% 495 5599 !9595.5 989 65 65 5895 *759 56
5 95 6 9 5 .5 89 .5 9895 6*5 65 %489 86 656
5958585958565 5 599 !695 969565.5 989 65
65 5895 *759 56 \$!.959565 !5 5995 5.8!65
55 !295%&&023545/5%3i586554m7%

&% 1\$9 899 # 5695 5 599 ! 59. 5 5 5 56955
"9 9 %4 5695 5 5 965 5 979996! 6855
59 5 5 9 9 599 !65 585895 58555*9" 555 !
9 599 ! 6565 95 55 9 695 8555 8995 55
5 5 695 855295%2033)<)/5%330&363i%23l&k23/5%2&-
8963&3;2l;>7%

p.n% 446 9 9 !558 5.8 51\$ 9 5656 !9 !



! 55 9 599 ! 65 6 956 . 5969586595 9 5
!9 558%5 5599 ! 65556 ! 9 !56 6 65
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

01245674489 4977401285 84072 114987 2 7 21

82781 27!19 "#1761227165\$028\$7!107% 61!674481!&28 15072\$84481!&28 747561!2 1761!6744#1
15072\$844#1 478!(68 4%7 847 4)8! %8 74756 89 465%52 847\$12 84 *57471+281574 !161!8681! 1
\$!57!"#1 01448+8%8 7,6!86 718!7274470-+%861987 2./ 2&2)1-!86117 20011232

4456567879.;<4=>7?@7A>?4?@7?>7B>:@C9DE@7?>7@FG@BH97A9B97AB>=G9DE@7?@7=>BC4D@7?>
B9?4@?4IF=E@J

K7!8 7*570274 147298"172 818)54#141!12 7\$0274 28 %61\$7268 %7*570277!77"72672182781
27!19 "#1 1512 797 02747! 227*5728\$7!1 1L8!84,281 41\$5!86 "M7452 !714174\$7474 !7281274 1,2\$8!1
127407689102 1 1512 47!1!76744&28 02747! "#1 165\$7! "#1!76744&28 987 2N O78!P70Q.
7 2001232

P R10125!174 6 2*57 272 !72812\$7!7987!7 78"#1 L78 /21984S28 !.N.717477\$+217
1061!9728 ! O78!ONN710.74 +7%768 *57127*5728\$7!171512 79728 472 02747! 111072 11
61\$0277!817!271447847142(4\$7474 !7281274 1,2\$8!1127407689102 198727 "#11288! %1 2N O78!
.P70Q.

Q 61227*57 L78 /21984S28 !.N.717477\$+2171061!9728 ! O78!ONN7P7\$ 2"17
10.01472812\$7!7 %72 07% L78 /21984S28 !01..7.777\$+2171061!9728 ! O78!ONN7
\$ 817174 +7%7672 \$272 47!670681! 8477\$012&28 4*57072\$882 \$10216744 \$7!1727*5728\$7!14727!19 "#17
1512 *57475!1 4272 4128!&28 479728 \$47261!4872 148!7\$0748914

1 2 L/T!.N.71001472812\$7!761!9728!1 2 O78!ONN710.74 +7%7675*57
14078148!7\$0748914021161%8 1415014 14 , 705+%86 "#1 L78 /21984S28 *5716122757\$7155+21
71079728 \$47261!U7681407%1L8!84,281 41\$5!86 "M74!1)12\$710 2&2)1-!8617447\$74\$1 281744 272
4728 0%86&97%8!6%54897 146 4147\$*57V&U 98 76% 2 "#170727\$0"#1747*571 1 8! !#1897447481 0219 107%1
1!27441W 681! %! 705+%86 "#1 L78 /21984S28

0 X44 272)18\$ 842767!7\$7!7 %72 07% L78 /21984S28 !01..71061!9728 ! O78!ONN7
1*5775 4758!727 "#1 1 2 O78!ONN710.Y

K24078148!7\$0748914727!19 "#1 61!6744#115072\$844#1747298"1472 818)54#1
021161%8 14157!6 \$8!U 14 , 705+%86 "#1 %782745% !7 61!9724#1 L78 /21984S28 !
01..7.777\$+21710472#161!U7681407%1S2#161\$077!71/172X*765891*57 2&
02144758\$7!1 140216744147148!42582&61\$14165\$7!14!76744&2814!)12\$ 1275% \$7!1
/ 2&2)1-!861372& 102144758\$7!1 \$+,\$ 14021674414727!19 "#171512 761!674481!&28 415
072\$84481!&28 4*578972 \$45 41512 476% 2 40727\$0 4747*571 1!#17!U 481 0219 107%1
1!27441W 681! % , 705+%86 "#1 %7827)728 !16 05747 281

1!4872 !1*57 O78!ONN)1805+%86 7\$7\$ 81717\$Z47*571L8!84,281 41\$5!86 "M74
7970216744 214078148!7\$0748914727!19 "#171512 *577!U \$481021161%8 1415014 14 ,744 8!
*57V&7!U 161228176% 2 "#170727\$0"#1!7476 41747*571 1!#17!U 481 0219 107%1!127441W 681! % ,
7\$ 8171

K%,\$8441!1472\$141 2 O78!ONN710.65V 27 "#1 5 %)18 07% O78!ONN7
1 461!674481!&28 415072\$84481!&28 472 818)54#165V 41512 4V&74897447\$97!68 47\$7\$ 81717*57
!#17!U \$41%868 1 27!19 "#1 ,744 01728 \$72 02747! 127*5728\$7!1727!19 "#17\$,Q18 4 61! 21
8! 681 98!(68 O78!ONN711\$1 27)728 O78)1805+%86 7\$7\$ 8171745 98!(68 7978! 681
0 282 745 05+%86 "#1127)728102 147747!75 ,N7 14171/12 !1 \$+,\$797\$4720216744 14
07814727!19 "#1 02747! 14 0S41741 \$7!1102 171512 747*57102 171512 7!U 47741 1 ,
7\$ 8171710781727!19 "#17!U 481021161%8 115014 1 ,N77 14171

N X\$2745\$1797\$472 1 4 44758!74272 477\$074898 70 2 10216744 \$7!17078147
27!19 "#171512 Y

272 77\$074898 7	47%7 %
[K,7155+21710797\$472 61!4872 147\$07489141427*5728\$7!147 27!19 "#1 02747! 14 !1 072 11 61\$0277!817!271447847142(4\$7474 !7281274 1,2\$8!1 1512	K2N O78!.P7\$45 27 "#1 !72812 L/T!..710
[[K0 28277155+217108! 681 98!(68 5 %27 "#11 2N O78! .P797\$47261!4872 147\$074891414 27*5728\$7!14727!19 "#1 02747! 14!14 0\$7474 !7281274 1,2\$8!1102 17 1512	K2N O78!.P61\$27 "#1 L/T !..71061!9728 ! O78!ONN 710.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

01112 4567589 5 5 85 95 59 8 75 9 9989 7955 9 555 58 59 5 5 59 5 !85"859 9795 5 59 #89 7 58 99 #89675958 7 7 8" 58585 \$55675 59 8 5 "85 %9 5 9 5	&8 '()*+*\$5,\$58 ' -59',. ++\$5,*\$ 85 -59' ,+ ./,\$5
01)2 4567589 5 5 85 855 8 59 #89 70 7 8"5955 595 5 9 555 58 958 5 59 556755 9 855 + " 0192 939 59"49 -59',+ ./,\$52	&8 .' -59',. ++\$5,*\$ 85 5-59',+ ./,\$5

./ &859 8567589 5 585 5 55588559#95 8585555
0783967575855 59

. 69 85 59 8675 59 585 555898 8675 5 588858558
5 078399585 &8559 85855 5 9555 85#89\$9 75 8955 9
8!9(&.: ,1/<.:;%=>47;<?><&?>0%>(@/.,/ ,...<.7./25 8!9(&.:
,**1<.:;%=>47;<?><&?>0%>(@/.,,*<.7*,2 & 85555859 585 5 7 8"\$
9989 795555899855#9 85 67555 585 998 5 07839
9585 7 88 78 870 987 5 5 59 7 8" 87 998 855 07839
85855\$ 855589 9 995 99507 589 555 7 7 5 567955

.* ;59 585 55 5588 8 7#89 58567589 5 9 9599A 5 9989
7955589873 5"795 7 5 @92589 9 99 7 7 5 567955\$5 995 28"
585"98 5555 67559585 8679 979 5 07839B992589 5"9549 7
85758 0799\$5C595 989579 8555 07839B99928 5989 % (=B928 5
85"7895585DA5558\$57\$ 799 7989555 07839\$ 8 59B28 5
85"7895 85 9 5 8578 D95B928 585"7895859E5"7895 95 D?F9B9928
95C949559 99 9 585=79 F85 \$ 8 59 855 5589 5"9\$ 58
9 F37)117& 9 -59 F85 B5999258 5675@5 07839 79 8578
9598 85C578 589 589 97 8 583 B57 29 7989"558995678
95#89 79859 5 785 078395C575 5 9 5589 589 97 955 675
5 758 9 58#85 \$5 5 785 078395C5755589 589 97 5 7939
958 \$5 G 58 7589 8 55559 9 9555"9 B57 989"555#5 5C5839 5
559 67555"7859 7958 58 758" 775 6795 88 8 559B5 07839 5#
9 59589 8 998 G59558\$985 79985B5 0783955 9 99
HHH111 7 8 * 979 B5 07839 5C57589 589 97 5 7 8"B557
29 7989"555 0783959 5 \$5 59 895 07" 78 589 828" 0799
5"9 \$58#9 939 \$56758 3515J16J 99 1 7 8 ,'-59 5 58'+\$5
,110958 ,.. 4942

.K 6 87 586755C94958 5 585758 07995 07839 9 558
59 585 0958 ,..\$L.'\$ 4942

.1 %55 \$9 85586755 5 8 99 1) 8 ,.. 494\$5C90855 5589
5"9585758 0799\$ L.' 5 89" 55555675MNOPQRSTUVWXYZ[W PSS[OXPOZPWY PZN]^ [O _XRWRN`OXN
YPSS[NO _ZaXRWN OV^ [ORbYPXPON ONYZ[cN]^ [OX[OY PXR X[OXPOZPV[cN]^ [d (8 \$585758 0799 9 5585 \$
5955675 5 55C9"98 9585 6758555589 5"98559 55 :#9 7 9 9585
7 8 675555885 95 8 L.' 8 ,..\$675 8 98555\$7 5A675 9855 5
8585 ' ,**/\$5, ! 8 9599A8 5 8 \$55755C9"98855 5589 6759 8 55
5 855#5 85758 0799 7 \$67558#99559 8 9 ! 78 58 \$7495589
5"9585758 0799 99599A 8 5"79 5 8 5 5 5589 5 85 5 7 8"

+ &85 8A 5 5 758 9 7 8"85C578 589 589 97 9 5
99 E 8 " 5 895"8 85 G59 7 8"\$97955 585 5 095
8 ,.7&\$L*\$58 ,..\$L.'\$ 4942

+, &95579 5 5 7 9585558 8 5 5 7
58 9 85C 8 5589 589 97 (8 \$ 8 5 585 7 8" 58 555
5 5558985#95579 5 55 #90958 ,.7&\$1\$ 4942

+ 85558 558 6799 5 7 8"\$ 95 0783967585 589 589 97 5
5 67595"8 57678 95#89 59859 55 5588 5"7959 95@925589 97 85 @2
9@678 5 95595856749 7B5245"9 9@845 95845 8 99\$5
#C: 9 7 85 B29 9@75 9575 78 !C59 55\$5 07839 558

8" 5 9 5589 589 97 5 95\$67 892555 589 5
17 85 98 589 5 856749 70958 ,+\$L.'\$ 494B58 .' \$L'\$

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

0123145789 1134 501231451781

57121355 13!31"#74131"3\$%15'214174535#453"1!11325744#'
1"#751 31314131175(')134 2%#4*+%15175,52%4454152%4!54741
52111%31314174535#453"1!1%134172133145#73141741 31357455#74#3-5.
11-75)!134 /8*+34 9'71005*121"14354!152111%3131417453
5#453"143 #435%314 1121352574155%35"34351!113131%57 11 31357455#
74#3-5.11-75

(5347454116#1715%1513175!43515#453"%3%314435513!451357#351!1
5 13!331"3224

8 9!174#316#131745741353113175!435314!5%13'556#1&417.11"545735%11
%312435175!5%1513175!435314!55%13'55# 16#1741 525743357114%514#4351!11257133
6#15%1513175!435317131741%13'55&1"545%131#1#5 &145475715%1513175!435317131741
5%13'55# 16#1741

51<4=7214344351%352151%#34351773435735%11%53>3175!435
5#453"%3%314435513!451357#35 ?51747451.5#!13%5 11%243517435124351
5#453"@ABCDECFEGEHIJLHMCEDNHCOPQ15%352157434!51!1131727.514*57#453R#3'2

SSTUTVCWCXYZ[O]^Y_C]Z[_`QSY_CabQbCYCX\c\QSO]^YCYCa\XSXYCX\ICQ\]YdbefYCX\
Y[^YQgbCabQbCaQ_^befYCYX_C\QdSeYCX\cQbXSYXSc[_fYC_Y]YQbC\OaQ_bQShCiZYQ\QZShhj

k171317455%1513175!43515#453"%3%314435513!451357#3557531%313
)25132316#1352#%3174551"#741316#45\$

l16#45	117534!
%15'214174535#453"1!113 25744#1"#751 31314131175 (34 2%#4*+
(1517514174%532174552%445415 2%4!547411!1%134172133145#73141741 31357455#74#3-5.11- 75	34 /8*+1 34 9mn5*12
"14354!152111%313 14174535#453"143 #435%314 112135 2574155%35"34351!1131 31%57 11 31357455#74#3-5 .11-75	34 /8*!+1 134 9mn5*12
!k 13!o725416#7444!515#453" 1357#35	34 /85!pl 34 8/85012314578 9 1134 50123145q1781
!*#%31745525743451%13351 7711#22572#4#31536#1 5#453"15 3"5#	34 (3"3755725 5*12134 5 !pl
!r7#417435%5 1427215741311 %5 25	34 (3"3755725 5*12134 5 !pl
!%311744351316#13174513175!435 41%14!575%1531%311747411" 5#453"5#%53%352#3532577531753#35 %57 -5%15r7435*5#724s1	34 8q1788981 134 15 !pl
!%311744351213435%725# 52#174516#1174114%15>3"35131"435 25%14174116#114!13136#!5545 25744#4!5%15'2	34 725tt5 !pl
<%31174435121343571"4!17=72 1<%1%1543 #5311%15'2	34 725tu5 !pl
<%3117443512134351312#%13435 1<%1%1543 #5311%15'2	34 725tu5 !pl
<(35!172343575*?(R	34 725u5v !pl
<(35!131"#31%13741+-177113 14##72%5#43411%15 '277531	34 725ut5v !pl
~^5!131"#3153125.17455 #355+41	34 725utt5v !pl



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

0123567289 6 861989 6 8128 61989 718 87979 8681897 79 6217	6117 !!!97" ##
02356728981 01\$189 9%&171891 197 68 8'189768&8 (7	6!)97##
02136 8*79 9 868*781898 7 6 6 8 8 98 1989 1 6 898+ 7 (881,768- 011987117)!9786 97##	6!)97##
02113588 79728 761 68 976 7.& 179 77681 12 879 86 8 7	6/012 6 30297##
02111341 89 ,178 798 8*725 198	6/!97##

67 87+ 6 , 6 876 +1179876728*798791*79 &681 167877868 19897(5819 9 987
:219 1 ;98 18 8183 / + 79 62 61,189776 179886 8*797 1 97 7<13 619*79
81 7788 7=113 619*79 6 6218=1113%9 89 19 1989 =123 61,18979 868 198*7 0 9197(5819
9 987=2386 16867,1178 =21386 1689 68&8 (7 6 219\$18718 :>53=721138876 :219 86?0297
##3

6; @1768 6 1686+ 885 1 97 8 +897768 78A6B9181 6867+896771 561798
1989 + 6 87 62179 6891791,*79 2 7& 62867 1 6 +117<13 7B17 876 797818
718 78 278 98 78A6B9181 6 898 6 8&681 167877868 19897(5819 9 987=113 (
97C1779161 98 78A6B918C188611897+896771 56177916 1279 768 78A6B918 0 8
97 7179 62179 6891791,*78 78 1989 + 87 *778 61*7%6 9198 9 768 78
A6B918 0 8 9 62179 6891791,*7 D1B17912 67 0 787 11 8& 197786397
E 6 7/4 123F9 ;F1= 1113 (97C1779161 98 78A6B918C18,76879 897 9 1*7
681898 A 897767, 619876C6*7A9118 7 1897 86518971 B176 , 61977862811718 B 8
G&HGHG9HG HG,HGHG(HG1HGAHGIHG HGHGHG7HGH G+H984 1>7 862F69 ;;J:219 86?0?2
97##3

?J 6 / 76 5617+ 8 619- 9 6 861989 818 01198 6*7719 689825 198
6777 19898768979 8% 891878979898898 0 91*76 8 28988+ 8768979 28 1989 8& 197
1:219 867F97##3

? KLMNOPQOQRSTUTVWQXYZOPQOQ[WZPTLQSQXYZOPQOTVWV]PQPTOPTO^[TOVYZOTUW_O]NRTPI]PQOPTO
QPN[V]UWSQXYZOR`aL]QObTPTSQLcOMOSTVZNTVP_dTLO^[TOQOefghfOSTQL]iTOZVU[LVQOVZOGQPQUWSZQjQ\jZVQLOF
TO e[URTVUQUO mgfkencO P]URZVodTLO VZO UoW]ZO TLTWSIV]ZO PQO gZVWSZLQPZS]QpQTSQLO PQO rV]YZO mgqrnO p
msWWRUtuuRZSWQLPQWSQVURQSTV]QvwZdvaSuRQw]VQp]VWTSVQuxyz[[]p]T]UnO\ZNOZOZa~TW]dZOPTOdTS]b]QSOQO
RTUUZQO~[SoP]QOZ[ORTUUZQObuJ]QOm]VWTWSQVWTUOPZO^[QPSZOUZ]TW_S]ZOTOQPN[V]UWSQPZSTUnORQSQO\TI
KPN[V]UWSQXYZO`aL]Qv

?3 E 797 7& 6289776 +117818 / + 7 91979 6 728*79 77688686 8*797
62179 6891791,*77768 6 8618 :7 618 39 2 688 1897 ,767879 , 6197 7D11%61798
>718-

kkv{v|OpOkjrKOfOhKkKOOKjkefkKOKKOKOfjhKhOKOhrhqKOKK
feKhOhOefkhOfOKkhkrehOehjhKOffeKkkOmghfgkKn

? 879 6 728*79 7768C6799 , 178C89 1& 68*797>76 788178 879
9 , 61 797 177D116798>718- 9 2 0 91687686189 6 728*79 77688 6 81(898
56 19\$1898# .& 188687 2179 8 868+ >76 788178 9 1& 6 7&6 86 728*7C886728*797
>76 788178 7D11%61798>718- 9 2 67219 1868 &68*79 678911278776879 7 *77
61*7:219 86330028298>=8602 86?97##3"

?6 869 *7 0116768 06 87&6 76 +1178 6 7& 628978 91*7987686189 6 728*79
77688686 8*797 62179 6891791,*7%6 7 952 + 76 , 6197877 (88 1 1,768- <138
9 718*798 78A6B918+ 7& 6586 728*7987768=113. 6797>898679 5 78*6B918:>85'3=1113. 67
9 161*77!4=123819 1,18*797897 97D1B17 + 7 62179 6891791,*7% 0 897=23768979
968*7986 728*7987768=213 7 671118 9878 976897987768@ 56188& 18*7987686189
876198*77E15617,118 981*7868+ 787 (8 ,1518

?? 6 / 7 1 79 79 189 76861811 618 + 688986 728*79 77688686 8*797
62179 6891791,*77768 6 8618 :7 618 3<

D!8E5##!

D!8!#EEE>D8!>77988861&1- 7& 6289779177786
71586568,7.17117! 98>711*7 9 68 84 12619 319 8779 ;F3 7E 6 72
?31;?9 9 7&679 ;F& 777+ 7897567 72 00000000000000/006 7 2 <

62186 72898877688 6176 7, 6198 1989 9 718*7977768975 78*6B918
16187>85'7&7200000000000/00. 679 161*77!42000000000/00886169
000000868 0 86 768979 9 9877 62179 6891791,*77768 ,6 +\$1879 898798



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadassinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

012345679 093 3 2329334 2 093 3 67542 2329334 2 542 6

2 53 2423 235 740355 19 424 54 4347 5 !" # \$23
%453"3 2&" 0934'57"355(5)9555'409 5

*54 5 09 2+3!3 5"4354\$52"3(4 2 # 955 ,43 94"79 50 52 4*7-
*724# 9533 .24"

/54 4349403 94244254("34

,012013,34&506

13935 2542 245# 0934'5

67 .44 5 9532492 45 394'522+324595418570 5)44#02! (5445
394'5430445942457(0 0 99 9 043 4"3!"9513:#.7#%&7545 4342# 95 "324 9
;72<*=94434 2 5 55 5420393543 5"43 942 599 4 2 44454 2 53 2
423 235 70)449!"35193 420393543474"3+424"44#079 954 435>9342\$(344
2309 249 4 24 4

6? 3071303 5 95394)54# 95" 348 234 2!5 993472 3 4 7
35492 9334 7 0"094 743 409 40"34 2 533 9409 "4942 94591857 253942 4
424! "4439 4 9 0434704 352934" 992309 2\$ 223 53 24@A

BBBCDCEFGHEHIJFKF

6L 492 45530 9532492 5409 5430443"42 57 0924 579 45 23 04"7)540
(54245455395 394'5"444342# 0934 4 34""M934:4#0=N3=2542 42454
149354 8 2345934":185= 0 400 94434 2 5 55 5420393543 5)440249 4 2
44454 2 53 2423 235 5 9 405434": 034"=74449!"35193 420393543474"3+424
"44#079 9P43293342 435>9342\$(344 2309 Q33=252)49232 5 5)353 535 5954
185725232 232 29 4 2 4Q333=44#02!45472 045547) 45 9 5
40 "244 50 5245918574+92 >93494049354 193491857592 4050432933424" 5
9R0 " 55 420393543 0 4"102355 71 092!"494242\$342541854 54 52424
55 420393543 494"3542 74952 94039P409 4 @4(392 13935 7592 2359542 13 93 454
95" 348 2347 9 0 50 5240394 , 04349667242 434 @4"24A93 :@A=754" 94P3\$5
23532R324 234Q3=45 P44)53 9409 23 5 (442)4 24534 !34 45 540 9544245
"34324259 4"(4245941857 54 52 55 420393543 20594039P42 5454# 95" 348 2347
4449!"350355 2049354 234Q=5P 44034 2 55 244 2394) 5545"4
944"34 2549 24554 2 47STUCVWCXWYWCZ[]^_`~Cabc 55 420393543 2594039P42 4
54# 95" 348 234Q3=143(3 2 13935 2542 2544547 0 59492 2# 9294 3242
0!3042 1393513 2542 245# 0934'572344 434)9 4 44454 2 53 2
423 235 5 9 405434": 034"=Q33= 9R2 2403942 4340393534"4523424949 4 2 4
253 0 2" 430445942 :323066255#555,#3d=Q333=4\$5423 24 4340393534"
29 4 2 47 54 52 55 20393543 20594039P42 59532>934245R("347 03 2
53 20 3 5455(534" 13935 2542 245# 0934'5744)544342 53 09
94039P42 4 # 955 ,43 94"442"3(4

6e , 50 52 4724 434, 0434#@Af@A9<6f<74185 553YZ]XZXWC[U_CXU]VCZSUV7443
242442544 4 7 41)5 (9P44"4 "35"434539334345 (4559

7< # 294 220393543 254# 95" 348 2342 (54455395 394'5N3=393347
03 2 4A543,47 24409 2@5 20393543424# 95" 34 @4"24A93 5 (40355 2
32 5#55.5,#3d,<<<:<f<*f#0,8A5 1#01f#@Af@AQ33=354418594"493"P42 9 "2
049354'5 234593435254# 95" 348 234Qg

7; 94039P0 5 54 52 55 20393543 944342# 0934 4 34""M934:4#0=44
3>93420435 32>93454(35

h 95324 53

%45 "347<62 (2<*

ijklmnopqprsnlktiuplrp
bFKFCvwIHFCJwGxFJCyFcyw
2z0@202A,3{0
#0052,205 @5d8A5|23#02523023.A4{0



9 74 95"44 55 "M93 5!235 9 "0P5Nff5543954 (02349
}9 2 ,R0 }93 2 " : ,A=<<?*L<<<;6e<*,24P42455 2(/?;

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

5689 !"#\$%&\$"()*+),+#+./0!12#-2+#30+ 30\$4567
8 9;<9=99;>?9@;9:AB:AC DB E F G HI J
K J =



L1MNOPQ21344RQ3S1PTP2U1QRM3OPQ2PV1UWXYZ[\]X^[0_X^Xa`[bM1OMPU2RcRM3S1[5RQ42R2NMR1Q3Tde63fN6f1g6h
3M1US1M1O14Q1UO32Rg14TPf3R43VTRMjgPR46[M1QcPUkQMR3S33N2PQ2RMRS3SPS1S1MNOPQ21P42jSR4V1QlgPTM1O1
5no55n5pqrPMs3gPSP3MP441Shrt5ccMQ1PQSPUPu1PTP2UvQRM1s22V4wx43VRPQ463fN6f1g6hU6yQc1UO3uzP43SRMR1Q3
WXYZ[\]X^[0_X^Xa`[bM1OMPU2RcRM3S1[5RQ42R2NMR1Q3Tde63fN6f1g6hUi6L323P{1U3w5}}5o}~o~n5pw~t60OPU1SP
^URPwq5nqoo[r|tq|5tpo5p5rtn~r6OR441Uw[N21URS3SPPU2RcRM3S1U3S1^aZaX^]g56

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad





01234045067890 10 53
43 395067890 10 53
43 395091540 3035 59531043 5408
705 88670
8 0 010135 5953 3439818180 048 !!6 90 5061""3 8#\$\$%& &6
\$\$

()*+,-./012034567843498-/:;<=>?-/78-@<8.@<

:<+A033B9C23335D784349>54
E:F)=)**,(/*A0*)-=)F,=E,0()0-/?:E-,GH/0*/-E,I0)I)F=J:E-,
,**<:F/*A0=KLMNLMOPQRN20?;=20=SLMN0TNUVWTKX20=V1NYKZRN0LV0NP[NWK20

0]^_`_+,=)-=0=a)=):-E,I012033353843498-/:;<=>?-/78-@<8.@<bcde^feg_h^dbcihie_h
]f^f_gdjd^ikdle_gd^dbcd^ikdle_hgd^dl`fmn_gd_ce_^of]f^ff^dhefmn_g_hd^im_gd^fgi_gijchn_h_l^fdk]^dhf^ifp
#q_kd^qifp%

& dpfh^frsdhligiqfgfhl_]^t]^i_f^dqd^dledlg_dhef^dk]^dhledhfhq_lgimsdhbcdfce_^irfkfdpfu_^fmn_gd
kflijdhefmn_vc^wgiqf^djd^dlqifp

x 8lqfkilydkq_lj_^kd]^_]_he_

^fhwpifgd_cecu^_gd& &x

Ohhilfg_dpde^_liqfkdued
"8 58 378590"89 0 18
0123701310 53
4_lhcpe_^c^wgiq_

Oedlmn_fq_lhcpeff_]^_qdhh_dpde^zliq_dhe{gih]_lw`dpdkyee]h"hc]d^hf]jdlhfoco_`u^kdgifled_
j_^ldqikdle_g_|kd^_]liq_gd^_e_q_p_# % x~ & &x&dggfyf dgdfqdhh_gu!jjq



1_qckdle_fhhilfg_dpde^_liqfkdued]_^"8 58 378590"89 0 18q_kqd^eijiqfg_Oilheiecqi_lfp#foco_`u^%gd
fq_^g_q_k_hl_^kfei`_hpdofih]piq{`dih0q_ljd^lqifgfcedleiqigfgdg_g_qckdle_dhe{gih]_lw`dpq_k_qtgio_
x!x&xdqyf dgdfqdhh_gu!jjq_dlgd^dm_dpde^zliq_yee]h"hf]jdlhfoco_`u^5lj_^kfmsdhfgiqi_lfihioife{`i_#f%
"8 58 378590"89 0 18q_kqd^eijiqfg_Oilheiecqi_lfp#foco_`u^%1fejd_`f6 6& &x\$!\$ |kd^_gd
^idx~~~ ~!\$ ~\$!x&!8kihh_^0ce_^igfgd4d^eijiqfg_^fg_8993`



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadassinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

RE: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Seg, 11/03/2024 14:13

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Processo nº: 53115.026522/2023-13

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, rela vo à emissora RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA (CNPJ nº 75.452.284/0001-56), executante do serviço de radiodifusão frequência modulada, no município de Lages /SC, cuja pena culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão. At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 11 de março de 2024 11:02

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

Processo nº: 53115.026522/2023-13

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA (CNPJ nº 75.452.284/0001-56), executante do serviço de radiodifusão frequência modulada, no município de Lages /SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODIhNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NOBGAAAAAAD31SCGCRSW... 1/1


6d1bbba1-cf95-4e17-83db-d8bbcfad25fad

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

	012345678	11086 8	40865
7880	87685	8	218 0678
!""#\$%&'()*+,-./:;<=>?@AB		7,20 81 1	6706./ 1 1 01002130 / %4'(\$)5&)
6007 086 80878068 58#			
18137102719-0100; 086 80878068		61 ,1	
<= 001>0706607 +(#)(*)*((8@ABACDCEF CE GHCAI	
<= 001>0703J0 +4#)5*\$*((2IG@DAFK LGIBECIGEF CE MIN@EOCI E IP@GIF FEGBAQIF CE ANRIGSDQTI ND AN@EGNE@ EFLMARAMDCDF DN@EGAIGSEN@E	
<= 0013W0X380 %(+*%&		IMAECDC E 1SLGEFHGAD 5ASA@DCD	
7=03 0 7805 01 8,8085		+! 671 %# 880	
8 &&#'"()*+,-		20V11 710 386 58Z1 3 7	
71?		17: [\$5\ 4%%%*\$5%&	
1.01>6J>79; ,,,,,,			
130 00107 86 8		0100130 00107 (4'))%((("	
1>130 00107			
130 607 ,,,,,,		0100130 607 ,,,,,,	

0^_`abc^`debefgh_ijk``_lbhmab:2fnopqqrscdtucdcdvdlw_`cdotoop

lmhmc`f`cmb))'(4*%(xg)%y()y(! 9cbhbdz`_bcd2_bg{emb;p

6j)mfb-~)')

CONSULTAR QSA

VOLTAR

IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intelig-autenticidade.assinatura.camara-leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Anexo_Certidão obtida na internet (11415017)

SEI 35119-026522/2023-13 / pg. 50

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

75.452.284/0001-56

NOME EMPRESARIAL:

RADIO ARAUCARIA LTDA.

CAPITAL SOCIAL:

R\$18.000,00 (Dezoito mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

RITA DE CASSIA RIBEIRO AMARAL

Qualificação:

22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:

CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 11/03/2024 às 12:01 (data e hora de Brasília).

[0 VOLTAR](#)[1 IMPRIMIR](#)[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intelig-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Anexo_Certidão obtida na internet (11415017)

SEI 35119:026522/2023-13 / pg. 51

6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



1/41/23/4¿À1/2ÁÂÃ1/2ÄÅÆÇÀÂÁÈÃÂÈÉ3/4ÄÊ1/2

0123456791 34 7221 479100010

!"#\$%&'()*+,-.*)/0*),*.12+*3

456748'(9:3;<3<=;>???@A:B

CD\$EFEG%HC(I"CJ(CK(G !"#\$(%(!E!\$CK%(C4LM(C(NOH48(C(%!(G%&%!\$D!(PQRJ(7P4(C(P4Q
K% \$E&!(TC#%(DDCUC&DE%HNCD%#(&%(O EVJ(WX-.0-WY2*Z(DCUE!\$D!(&C(
TC %E&%&C!([EUC \$C!(DC#%\$E[%!(%(748645(G !"#\$(%&\

]^_`abac_`def^gdhi_d`^jki_dladm^no_mapqidron^h`^gdi_dj^s^joli_dbala_`ji_dbih_imolakdohsijkapt^_duj^_`ala_du^mi_d^h`^
uvmobi_gdl^d`ili_di_dxil^j^_d^d^_s^ja_dl^dnir^jhiy

z_d{fo_`^ka_d^x[jd^d]-cxdbih_imolakdi_dlali_d_iwj^didahlak^h`idli_dujib^__i_dalkoho_`ja`ori_dl^dj^_uih_awomoapqid
l^d^h^_dujorali_dhidxil^jd^bf`orid^l^jamy

zd}ala_`jidaboiamdl^dkuj^_a_dholh^a_d^dff_u^h_a_d}xduj^_`h`adadj^mapqidl^d^kuj^_a_d^du^__ia_ds_oba_def^d
_isj^jakd_ahpt^_def^dokumobajakdadj^_`jopqidl^duaj`obouajdl^dmobo`apt^_difdl^db^m^wjajdbih`ja`i_dbikdad|lkoho_`japqid
xvwmobay

zd}ala_`jidaboiamdl^dkuj^_a_dxhola_d}xduj^_`h`adadj^mapqidl^d^kuj^_a_def^d_isj^jakdefamef^jdla_dufhopt^_d
uj^ro_`a_dhad^odhdyd^od|h`obijfupqiy

zd}ala_`jidl^dh`olal^_dxjorala_d_`kdoh_dfbja`ori_dku^lola_d}xduj^_`h`adadj^mapqidl^d^h`olal^_dujorala_d_`kd
soh_dmfbja`ori_def^d^_`qidoku^lola_dl^db^m^wjajdhiri_dbihrhoi_gdbih`ja`i_dl^dj^ua__^difd`^jki_dl^duajb^joadbikdad
|lkoho_`japqidxvwmobad^l^jamgd^kdsfhppqidl^dojj^nfmajolal^_dhqidj^_imrola_d^kdbihrhoi_gdbih`ja`i_dl^dj^ua__^difd`^jki_d
l^duajb^joadsojkali_dah`^joijk^h`^y

CD\$E&V(CKE\$E&%(!('(&(&E%(66(J(GK([%#E&%&C(%\$((&E%(66\

E (T%D%(G !"#\$(%&%(CDEFEG% V(&%(GCD\$E&V([\\$!\\$T!'66GCD\\$E&C!\GU""U\|D6](#)

£&EU(&C(G \$D#C(&%(GCD\$E&V'(¤"44U¥ !\$\$¢U`L"\$SFS\$

©ª«¬ª®¯°¯«±ª«¯²ª°®³®´µ«°¶·«¬¶µ«¯,°®±¹®°µ²º³®´¹²»



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade.assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdcd25fad>

Anexo - Certidão obtida na internet (11415017)

SEI 35119:026522/2023-13 / pg. 52



Agência Nacional de Telecomunicações

123456789:2;<45=<96296>?548@9629321254<@9<6A5:5@43<6<@B2C<9<:<42C

:DEFG3<6589<3<H1<35<9C46<I

1:BJGKLIMLNINOMPQQQRLT

00000000UVWXYZY[]^_0`aV0bc^0[^b_X]d0\Xe0V_Xl0fXld0gVbfhb[Y_0V]0_Va0b^Jvd0WVilXYj\Ok_OWV[VYXl_\lfjYbY_XWlf_OgVil0lb\XVid0WV_\lij\l^0^0fYWWYX^0fV_Xl0lmhb[Yl0fV0[^nWlW0`a\Y_`aVW0fojYfl_0fV0WV_g^b_lnYiYflfVf^0[^bXWYnaYbXV0l[Y]l0`aV0jYVWV]0l0_VW0lgaWlf_p

00000000q_Xl0[VWXYfc^0WVZVWVr_V0Vs[jia_Y]jVbXV0k0_YXaltc^0f^0[^bXWYnaYbXV0b^0u]nYX^0fV_Xl0lmhb[Yld0bc^[^b_XYXaYbf^d0g^W0[^b_VmaYbXVd0gW^j]l0fV0YbVsY_Xhb[Yl0fV0fenYX^_0Yb_[WYX^_0V]0vojYfl0lXYj]l0f0wbYc^d\lfjYbY_XWlf^_0gVil0xW^[aWlf^WYl0yVWl0f0zl{Vbfl0l\lY^b\ip

00000000qjYXYfl0k_0j~-0f^0fYl0j~~0^Wl0V0flXl0fV0Wl_oiYlp

000000000iYfl0\Xe0j}}~~p

00000000

00000000UVWXYfc^0VsgVfYfl0mWlXaYXl]VbXVp

11101" 8 18"% # 5785 1 2108"% *=898>;AAB>O@P Q+	606	
48600 :989BHR8	\$#!67S26 8TB>	#

UVWXYYVYZ[YV[IVYX]^Z`abcXVd	efghegiejk		
WjcvWXYYVYZ[IWVb][mVnXc]d			
o`bXcXIx]d	pqrst	`^d	uv
WjcvWXYYVZd			
^IZ`ZbcXVd	wixfyz{	cVbVWd	iif
cWVnnZd	}j	c]-V[mVnZ[YV[-]I\Zd	fejxe
XbYXcV~XU][YV[Zn~V]d	iwk		
b]oZ[^Vb~VnXVd	}y}}v}}	b`o\]cZnn]d	
cXYVYZ[YV[]`~]IVd	pqrst		
Zn~`YX][I\XbcXIVW			
ZbYZZ]d	qyvqbtysyy}qq	mVXI\]d	vs
o`bXcXIx]d	pqrst	`^d	uv
b`oZ]d		c]oIWZoZb~]d	
Zn~`YX][V`XWXV\			
ZbYZZ]d		mVXI\]d	
o`bXcXIx]d		`^d	
b`oZ]d		c]oIWZoZb~]d	
cV~Z]XV[YV[Zn~V]d	q		
~X]d	sq		
~\VbnoXnn][I\XbcXIVW			
^VmIXcVb~Zd	}qyvsqyqst	o]YZW]d	uyeeeyirs
	s typq		
	eeikejeehi	I]-abcXVd	hxeY£a
c£YX]d			
~\VbnoXnn][V`XWXV\		o]YZW]d	
^VmIXcVb~Zd		I]-abcXVd	£a
c£YX]d		o]YZW]d	
~\VbnoXnn][V`XWXV\£		I]-abcXVd	£a
^VmIXcVb~Zd			
c£YX]d		I]-abcXVd	£a
Vb~ZbV[I\XbcXIVW			
^VmIXcVb~Zd	}py{xyyvzxyy}!\$!}u	o]YZW]d	`}ekiif
	p\$}		
I]WVIX©V]d	vq	Vbª]d	ixwhy«
YZncIX]d	`zy}s~yq~ys]XZb~-[©Z][YXV\]ZW[bUd	weyrtq
VW~`V[cZb~I][X\IVYXV]d	hwxyjy	mZVo[-XW~d	jyrtq
Vb~ZbV[V`XWXV\			
^VmIXcVb~Zd		o]YZW]d	
I]WVIX©V]d		Vbª]d	«
YZncIX]d]XZb~-[©Z][YXV\]ZW[bUd	rtq
VW~`V[cZb~I][X\IVYXV]d		mZVo[-XW~d	rtq
WXbªV[-\VbnoXnn][I\XbcXIVW			
^VmIXcVb~Zd	`uyy}y`©!vyuu\$z	o]YZW]d	pv`fhhe}
WXbªV[-\VbnoXnn][V`XWXV\			
^VmIXcVb~Zd		o]YZW]d	
u			
c`~±²³IXd			

}p}y}ypv!'}μyy!'}p}y}y"}®·!v"}!y

.....

zuuyzµyfigejgieikyffµefµhf



Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/anatel/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>

Anexo - Anatel (114-83984)

SEI-53119-026522/2023-13 / pg. 55

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://infoleg-autenticacao-assinatura.camara.leg.br/leg1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

Anexo - Anatel (114-83984)

SEI 53119-020522/2023-13 / pg. 56

1234532647589 2

47589 2

!""\$ %&'1()&'&'&'(+,1'-

./012!3%

45676789:64

1;<\$=% >?@A&23B43BC85D4E474F2GHIFGJ8K76B2L4389232

MNOPMN/% Q464RR8655574S

1\$#T =U%VD49B6G76B232

W # X Y\$ %

⊕MZW0% VD4

0"[\$/12%

W # 0"[/\$^_ =UM;[\$ Y%

W\$<`Z#< %VD4

2\$_\aTb;\$%

(7 GcF29

⊕V% E

N;['M T[\$ %VD4

!"`1% &*"&+)Ed)lI&e1)'L'&'+fgA>-'V1'&

h \$,;,%eV,&)

iT"\$[]_ \$% +2cG5

M!N% jk@lA@lk

V% E

!"`M;,:a_`% &822F945d4CFG34'H2F29fg

h \$,;,%G7 F4

iT"\$[]_ \$% +2cG5

M!N% jk@lA@lk

V% E

M;m\$a0"a[;,\$#a"MZW0

VD4enB5 GHFo3B 45B756FB 4574'1(Vp2F2G5 GVqHGF43GIB5 G9

r[\$#	!a#` P rs`P N;[Z"	W # X"[/\$#	X Y; ^,\$t\$" Y	W # N t "#	X Y; N t	X Y; \#\$Y\$u	1v`	1\$#T =U	X Y; Wmw\$#PM;m\$# xyz
-------	--------------------------	----	----------------	--------------------	---------------	-------------	------------------	-----	----------	------------------------------

g>{lA 1*&	@	>@lf @k >>@lf	&->@@@@ lf l >@lf	>@@@@ >@@@@		5557	8B 234	@@@
igffa ,l(l	>@lg l@>@lg	&->-f@@@@ l >@lg >-f@@@@ >-f@@@@			555R	8B 234	@@@
igffa ,l(l	>@lg l@>@lg	&->-f@@@@	@@@ @@@		555:	276G9234	@@@
l?>A ,ll	l	>@lj ?l @?>@lj	&-~jkj@@ > @?>@lj	jkj@@ jkj@@		5556	8B 234	@@@
{>@@A l&	l	>@lj ?l @?>@lj	&-l?@@@@ > @?>@lj	l?@@@@ l?@@@@		5554	8B 234	@@@
l?>A ,ll	l	>@l ?l @?>@l	&-~jkj@@ > @?>@l	jkj@@ jkj@@		555S	8B 234	@@@
{>@@A l&	l	>@l ?l @?>@l	&-l?@@@@ > @?>@l	l?@@@@ l?@@@@		555Q	8B 234	@@@
l?>A ,ll	l	>@>@ ?l @>@>@	&-~jkj@@ ?l @>@>@	jkj@@ jkj@@		5575	8B 234	@@@
{>@@A l&	l	>@>@ ?l @>@>@	&-l?@@@@ ?l @>@>@	l?@@@@ l?@@@@		5577	8B 234	@@@



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

Anexo - Anatel (114-F5964)

SEI 53119-026522/2023-13 / pg. 57

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

\$%

'#
%%() **

'**
, - - -

-# -# -#

\$% ##

-# -# -#

\$%


'#
%%()


'**
, ## -# - -

-#

\$% ##

 12345627898
48

 12345627898 !"2498
48

&
 12345627898 !"2498
48

+
 12345627898 !"2498
48

.
 12345627898 !"2498
48

/
 12345627898 !"2498
48


0
 12345627898 !"2498
48


1
 12345627898 !"2498
48

2
 12345627898 !"2498
48

 12345627898 !"2498
48

 12345627898 !"2498
48

 12345627898 (7-
48 876 -#
3633489586483

&
 12345627898 (7-
48 876
3633489586483

9;.<=>?@AB?>:@C>DEFGHFEGEI>J@C>K@<BLMN -###

9;.<=>?@>OKP?B;:L>@C>DEFGHFEGEI>J@C>K@<BLMN

Q@R@S?<>?:>T<CU:>VB;W<XY:

\$Z 48787"638[92234642\8]\$8Z^248_"3332\8`
_Z 48787"638[92234642\8]_Z^248_"3332\8`
\$ 48783462 48386a629\$876
\$Z\8b98Z^248_"3332\8\8b98
c 48787"638c"92726
d 48787"638(b98
(e) 4878(49%"7627 488(2a628e^27269)248
\$(48,3762488\$[(,d
[(48,376248(f\29[42\
Z 48Zg7" 48c"92726
Z"333g2b2726299386^86 98h'\$9'(7648i-#(72348\$(#j6"248`



28
3
48%67698
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

123145678497 1456784
37 76648

!

"#\$%&'&('

&'

)784* 648

*9+595

, -+545,-678



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

789 8

9

99 898

9 19

"#\$%&	'0(*& +	.-./ +	01(23)3% +	-*452&(%6 +	.)7)(%7 +	521)623)3% +	%782#9 +
8 ABC!	D !EFGHF I JK IK L	MGNNOGP	QCRSQTFQRJUC	GGOVWG	B	FA K	IE



8277438 3

8631 3 47 3 1

3 834731														
!"#\$%&'(#\$#!)		0* +	*0*,*0 *		-.* /									
!"0\$&'\$1(\$)		0* +	*0*,*0 *											
2!3!4&!)		5678	999							%: \$(3) ;</8/6				
=>?)		/6/@6A9BC			D !E"#0(1!3)					6969@76				
2(F"G1HIE())		*		J67K3 3			2(F"2\$L\$) 41M632							
N\$"\$#"O&'E\$')		9AA6			PIEQ(R) B03 78 7S8 T8863 1U61VSW73									
=\$E\$!E)		J67Y678			ZO\$3"!1F!O[4(O)									
\!#)					=\$!E(\$"#"\$%1\$R^) J677_32									
`\$3a"() 9AA6														
bc1!EQ\$Rd!1)		*48	e	C6f	1	96	1	368	1	9Cf	_S273 8 8		+,	1

1618 T1 1											
Z]E\$#HE) 0,* *0-+T g+UU0 + *X*0*- = F3! !&') / *h*0											
i\$(EE) h.0+ H !E) C											
jH&(O[F() -3M1						G0) T =%>) @@99					

1618 8661_8 W73											
Z]E\$#HE) 0S3 3628 g861 8 *3632 = F3! !&')											
i\$(EE) 1468 H !E) C											
jH&(O[F() -3M1						G0) T =%>) @@99					

1618 8 .63786											
Z]E\$#HE) 0S3 3 .8661 = F3! !&') X8668 8 J3 828											
i\$(EE) 7 3 1 *243 H !E) TAh											
jH&(O[F() -3M1						G0) T =%>) @@9CC					

1618 8 4k 78 J677_32											
Z]E\$#HE) 0S3 3628 g861 8 *3632 = F3! !&')											
i\$(EE) 1468 H !E) C											
jH&(O[F() -3M1						G0) T =%>) @@99					

1618 8 4k 78 *SI72736											
Z]E\$#HE) = F3! !&')											
i\$(EE) H !E)											
jH&(O[F() B						G0) =%>)					

8631 8 J238 m378

-8327n38											
jH&(O[F() -3M1						G0) T					

J36o1468 .p78											
=\$&\$3) 9				OE!qHr&O(\$ 7/9 Xsn				=3\$11!) * %\>"j!L(\$) /776tu			
v=w) 7/				>\$E!\$!&')				N!O\$3\$!)) 0\$1!)			

8631 3 438



997 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fd25fad

Anexo - Anatel (114-85964)

SEI 53119-026522/2023-13 / pg. 61

9A6

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fd25fad

8631				1637			
!"#\$%&'()*				+,-./:012%*'			
345-6-.,-,"'#\$%&'()*				6-.,-,"'#\$%&'()*			

;43<8				=67>7?32			
@8>327A3<8							
6-B"	%C	'DE)9\$%F	G	6,H-B"	&\$C	%E

L63786				=67>7?32			
JM-HNB-O,"				P5" G= 7\$\$\$ QR721			
SK-., " TU3 86613 ;VU7?3148;2146W7>8@4 3				XY,.-ZO !" &9\$ [I			

@7I3				L637<8			
=67>7?32							
P5"	@J#&D:\$^T	SK-., " OJG		:	OT_`]0;ab;c1 G1GL;d	

T413				=67>7?32			
P5"	JT\$0b%#	SK-., " _;T@		c_9	:	d9	_;

=3 6<8				T413			
1				g			
tu"	\$9&u"	\$9(vtu"	\$9%vu"	\$9#tu"	\$ xvu"	\$ ytu"	\$9#vu"

886 13 3				786			
63 732							
tu"	@34"	%C34u"	%C34u"	%C34u"	@34u"	%C34u"	@34u"

_74>73				786			
63 732							



				!	!	"	"		#		
!	!	"	"								
						!	!	"	"		

\$%43&'8 ()*72736											
+63%,7%%86 ()*72736											
-/01234560789;<2						=2/;>2 \$?)7@3,148			'8 1A8463 8		
B8CD0E8;<:						F2<G;E083/:3H7:D8IJ2			KL		

+63%,7%%86 ()*72736											
-/01234560789;<2						=2/;>2 \$?)7@3,148			'8 1A8463 8		
B8CD0E8;<:						F2<G;E083/:3H7:D8IJ2			KL		

M7N3 1 +63%,7%%8 ()*72736											
=2/;>2						B8CD0E8;<:					
-297D09;<23/8300:P8,				Q<;68IJ2 RS##,				F:D/8T3QE:TT.D08T R		U97:/V;E088N,%	

(413) *72736									
=2/:>2					B8CD0E8;<:				
W8;P2 R		X:89YZ0><[HD0::<8IJ23]		[F2>8D0^8IJ2		_ -U , 4`F3=ab098	
0cd									
-/0123FU									

ef86,3&g1% 8 8A),148 1 h)486i3											
jk,		l68A1%9k8		c8A),148 +7@8		c8A),148 h6i'8		c343 8		c343 8A) chm	
		l8643673		o		S#S		S#S		h)486i3	
										p)6q 7A8	

ef86,3&g1% 8 8A),148 1 (@68r3&'8 1 M8A37%											
jk,		l68A1%9k8		c8A),148 +7@8		c8A),148 h6i'8		c343 8		c343 8A) chm	
#####		c1%@3AN8		o+e		S#S#		S#S#		(@68r3&'8 1 M8A32	
										+sA7A8	

t7%4567A8 1 c8A),148% \$,747 8%											
jk,		l68A1%9k8		c8A),148 +7@8		c8A),148 h6i'8		c343 8		c343 8A) chm	
		(48		h0M\$		SS#		(04867n3 8		m%8 1	
		c1A6148		lO		S#S		#S#S		+63%f16uA73	
		c1A6148		lO		S#S		S#S		018r3&'8	
#		c1%@3AN8		o		S#S		o)243			
		hfrqA78		o		#S#S		(r164uA73			
		(48		o		#S#S		o)243			
##		c1%@3AN8		o		#S#S		(r164uA73			
		c1A6148		lO		S#S##		S#S##		018r3&'8	
		c1A6148 M1i7%2347r8 j				S#S##		S#S##		c127v16 8	
#		c1A6148		lO		S#S##		#S#S##		018r3&'8	
		c1A6148 M1i7%2347r8 j				#S#S#		#S#S#		c127v16 8	



		48	0			48673	8	8	1	\$%#03#88 61"	#73
&86'678 1 #783(148											
)	3)	*8(7+8	3	*8(7+8						

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



A)ntenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>



Menu Principal

mnop qq 47589 25rCD2B5qq '#()#+!%-%#\$3-I,!s!"-tu#\$\$#\$"v"#)!tu# EC78 2w832

1234532647589 2	47589 2
-----------------	---------

!"#\$%&\$'()*+,-./01	
'234.56786979:8;<<<=>6?	

7

/@4A4BC7647 D2343234564EC552B7A4DE2F@4
--

G)*HI!#.\$J KKKKL MMLNO\$P\$QR2ST\$UT\$VSWXT\$XSRSYT\$U-,-.\$LNZO[ZNOM\$]#I-.\$LL.O^.[



6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



tuvwxyz
ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SZOR 47589 25^]2\5 %!&!)# + #! "1 + g* + ! " \$ "% ! ! ! ^78 2832

1234532647589 2	47589 2
-----------------	---------

!"#\$%&'()*+,-./												
%012,34564757869::;<4=												
>?@AB"?>?C%?>A?"D@?												
0BEF	%012G%1H	F0A@?@F E%	%012	%?>IB	J*#K %!*+'	1?>K B0	1?>K 10	LF>MANBL	A1B CH	EC0A	%A1AB	
OPQRS /RTTPU1R OVOPOQ -UWWR	XY58:657X<	PO1ZR OPO[OPZO QW1O	34564757869::;<4=	1\^ 4] _O1VZ-ZSWPO1RP` :	<<	<<		TV	<<	S	Q2a^5	
	4Y	PO1ZR OPO[OPZO QW1O	34564757869::;<4=	Sb6\4	Y4=6: :c::d :c::d			TV	<<	S	Q2a^5	
PZW01U OSSZO PZeUZPR OVOPOQ	6775:=X566X<83	PO1ZR OPO[OPZO QW1O	34564757869::;<4=	Sb6\4	Y=: :c::d :c::d			TV	<<	S	Q2a^5	

C'(fg!, "hiiiijkkjlm"n"oFOA?"@?"LADM?"MAFA>?"@+*+, "jIGmpGImIq"r!g+, "jj,ms,kh



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

1234532647589 2

589 234

!"#\$%#&"()*+,-./0											
&12-34456785933;.4											
<=>?	&<1@A&12	?<BCDC?>&	&<1@	&DEF=	G+\$H &"+, (1DEH =<	1DEH 1<	! ?EJBK=I B1=	L2 >L<	B&B1B=	
.MNOP QO00R1O MSMMN TRUUO	34456785933; .4	M1VO MMW.MVM NU1M	X:58:95968Y777Z: .L	1\] 4] ^M1SVTVPUM1O_	7	::	::	0S	::	P.	N2`5
		URNRaVPM NMbRPNU1M	0457Z957Z4Y777Z: 76	1\] 4]^1VRUO_	7	::	::	bUa1	::	P.	N2`5
		URNRaVPM NMbRPNU1M	0457Z957Z4Y777Z: 76	1\] 4]^1VRUO_	7	::	::	Ua	::	P.	N2`5
		M1VO MMW.MVM NU1M	X:58:95968Y777Z: .L	Pc6\4	4:[87 7d77e 7d77e			0S	::	P.	N2`5
		M1VO WWfV.V NU1M	X[56f:587ZY777Z: XI	Pc6\4	Z3[77 7d77e 7d77e			0S	::	P.	WJ8g\6\
		URNRaVPM NMbRPNU1M	0457Z957Z4Y777Z: 76	Pc6\4	X68777 7d77e 7d77e			bUa1	::	P.	N2`5
		URNRaVPM NMbRPNU1M	0457Z957Z4Y777Z: 76	Pc6\4	X68777 7d77e 7d77e			Ua	::	P.	N2`5

L()hi "-#jkkkkImmlno#p#q?<BD#CD#IBrJD#JB?BED#####C,+, -#InAosAnont#####u"i, -#Il-ok-ot

#

#



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

1234532647589 2	589 234
-----------------	---------

!"#\$%#&'()*+,-./0											
&12-344567853389;											
<=>?	&<1@A&12	?<BCDC? >&	&<1@	&DEF=	G+\$H &"+, (1DEH =<	1DEH 1<	! ?EJBK=I B1=	L2 >L<	B&B1B=	
MNO1P.OQQMO MRPMSOTOOU	344567853389 ..	O1MS VVRM.M UN1O	:75:7W536XY666X9 :7	1Z[4[\\1MPNSO /PQM1P]NP^	6	99	99	OT	99	Q.	V[8_Z6Z
		NPUP`MQOS UOaPQUN1O	b56X456XbY666X9 6:	1Z[4[\\1MPNSO^	6	99	99	aN`1	99	Q.	U2c5
		NPUP`MQOS UOaPQUN1O	b56X456XbY666X9 6:	1Z[4[\\1MPNSO^	6	99	99	N`	99	Q.	U2c5
		O1MS OOV.OMO UN1O	:W53W454:3Y666X9 W7	Qd6Z4	b76 6e66f 6e66f			OT	99	Q.	U2c5
		O1MS VVRM.M UN1O	:75:7W536XY666X9 :7	Qd6Z4	366 6e66f 6e66f			OT	99	Q.	V[8_Z6Z
		NPUP`MQOS UOaPQUN1O	b56X456XbY666X9 6:	Qd6Z4	X7666 6e66f 6e66f			aN`1	99	Q.	U2c5
		NPUP`MQOS UOaPQUN1O	b56X456XbY666X9 6:	Qd6Z4	X7666 6e66f 6e66f			N`	99	Q.	U2c5

L()gh "-#ijjjklkmn#o#p?<BD#CD#IBqJD#JB?BED#####C,+, -#kmAnrAmnms#####t"h, -#kk-nj-mm #



LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº: 15.026522/2023-13
Entidade: RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA
CNPJ nº: 15.452.284/0001-56
FISTEL nº: 30414189345
Localidade: Itapiranga/SC
Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 11/05/2023
Período: 01/05/2024 a 01/05/2034

Tipo de outorga a ser renovada:

- ☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.
- ☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	11158774 Págs. 3-4*	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021); - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	*Requerimento subscrito pelo então administrador, Carlos Joffre do Amaral Netto (SEI 11158774 - Págs. 6-7)



<p>Declaração:</p> <p>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11158774 Págs. 3-4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11158774 Págs. 3-4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11158774 Págs. 3-4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11158774 Págs. 3-4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	



<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11158774 Págs. 3-4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11158774 Págs. 3-4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11158774 Págs. 3-4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>11158774 Págs. 3-4</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11158774 Págs. 3-4</p>	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11416984 Págs. 13-16</p>	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
<p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11158774 Págs. 6-7</p>	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>	
<p>4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11158774 Pág. 16</p>	<p>- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IX" e "X".</p>	



5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	11415017 Págs. 1-2	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	F 11158774 Pág. 17 E 11158774 Pág. 18 M 11158774 Pág. 19	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	11416984 Pág. 1	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	INSS 11158774 Pág. 17 FGTS 11158774 Pág. 22	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	11158774 Pág. 23	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Checklist 11412649

CEP3115.026922/2023-13 / pg. 73

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

<p>10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:</p> <p>(i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.</p> <p>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>RITA DE CÁSSIA RIBEIRO AMARAL 11158774 Pág. 25</p> <p>CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO 11158774 Pág. 26</p>	<p>- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".</p>	
<p>11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>11416984 Pág. 2</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".</p>	
<p>12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p>	<p>11416984 Págs. 3-7</p>	<p>- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".</p>	



13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	(X) Sim () Não	11415866	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	
14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	() Sim (X) Não	11415017 Pág. 3	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

<p>15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990; 	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.</p>	
<p>16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	

Observações Adicionais

- n/a

Conclusão

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Checklist 11/12/2019

SEI 53115.026922/2023-13 / pg. 76

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vianna**, **Chefe de Divisão de Renovação d**
Outorga de Radiodifusão Privada, em 10/10/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com
fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>,
informando o código verificador **11412849** código CRC **293A1B08**

Referência: processo nº 53115.026522/2023-13

SEI nº 11412849



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 4397/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.026522/2023-13

INTERESSADA: RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Araucária Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 75.452.284/0001-56**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Lages/SC, vinculado ao **FISTEL nº 50414189345** referente ao período de 1º de maio de 2024 a 1º de maio de 2034.

ANÁLISE

2. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

3. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfbbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Nota Técnica 4397 (14416636)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 78

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

4. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

5. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Araucária** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Portaria MVOP nº 871, de 15 de outubro de 1955 (SEI 11415045 - Pág. 1). Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SEI - 11415045 - Págs. 5-6).

6. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2004-2014**, de acordo com o Decreto s/nº, de 29 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2010 e cancelado pelo Decreto Legislativo nº 91, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 4 de maio de 2012, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 19** **2004** (SEI 11415045 - Págs. 3-4).

7. Concernente ao período de **2014-2024** pessoa jurídica interessada protocolizou o requerimento de renovação da outorga no dia 14 de novembro de 2013, gerando o protocolo nº 53000.067049/2013-31, acompanhado da documentação instrutória. O referido processo administrativo se encontra em fase de instrução, porquanto o mencionado período ainda não expirou, aguardando apenas assinatura dos atos pela(s) autoridade(s) competente(s) no âmbito do Poder Executivo.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfbbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fdd>

Nota Técnica 4397 (14/10/2023)

SEI 53113.026522/2023-13 / pg. 79

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fdd

8. De todo modo, deve-se salientar que, ainda que aquele período de outorga expire sem a respectiva renovação, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado per limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente"*

9. Pela análise dos autos, observa-se que, em **10 de outubro de 2023**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2024-2034** (SEI 11158774). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 1º de maio de 2023 a 1º de maio de 2024.

10. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11412849). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

11. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

12. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11412849).

13. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os atos fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Anuário de Controle Societário – SIACCO, em 12 de março de 2024 (SEI 11416984 - Págs. 13-14).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfbbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Nóda Técnica 4397 (11416984)

SEI 53113-026522/2023-13 / pg. 80

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

16).

14. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Carlos Joffre do Amaral Netto e a sócia Rita de Cássia Ribeiro Amaral compõem o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão de sons em imagens, na localidade de Lages/SC; e o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Urubici/SC.

15. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11416984 - Págs. 9-12). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão pela detentora da outorga (SEI 11415866).

16. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11412849).

17. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11415017- Pág. 1).

18. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que **"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no Decreto nº 52.795/63"**, a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém **as mesmas condições dele decorrentes**, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

19. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fddc25fad>

Nóda Técnica 4397 (11416984)

SEI 53113.026522/2023-13 / pg. 81

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fddc25fad

Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

21. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. *Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será condição para emissão da nova licença para funcionamento da estação*

22. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 16 de fevereiro de 2024, **com validade até 1º de maio de 2024** (SEI 11416984 - Pág. 2). Sobre o prazo de vigência da licença de funcionamento das estações, a unidade consultiva, por intermédio do Despacho nº 00011/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (Processo Administrativo nº 01250.071072/2018-90), exarou o seguinte posicionamento, a saber:

(...) 16. Em relação ao prazo de vigência da licença de funcionamento da estação por ocasião da renovação de outorga, no DESPACHO n. 02373/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 01250.010513/2020-00) já me manifestei no seguinte sentido:

(...)

Conforme o PARECER REFERENCIAL n.00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP:00738.000159/2023-12), uma das condições para a renovação de outorgas de radiodifusão é que a estação esteja devidamente licenciada. Certamente isso não justifica concluir que o prazo da licença de funcionamento da estação no momento da renovação da outorga deve obrigatoriamente abranger todo o período de prorrogação. Antes de expirar a licença, o radiodifusor deve providenciar a sua renovação e se não o fizer deverão ser aplicadas as sanções cabíveis. **O poder público não pode exigir que o interessado providencie uma nova licença de funcionamento antes de expirar a atual, já possui uma licença válida.** não tem cabimento a exigência que consta da COTA n. 00179/2023/CONJURMCOM/CGU/AGU (seq. 50).

(...)

17. Portanto, **fica esclarecido que para que a renovação de outorga possa ser dada em cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, é necessário que o interessado providencie a renovação da licença antes de expirar a atual, já possui uma licença válida.** **Mais não que o prazo de validade da licença abranja todo o período de prorrogação.**

18. É certo que a outorgada é obrigada a manter as condições de habilitação durante todo o curso da outorga, Mas obviamente isso não quer dizer que a licença deva obrigatoriamente ter prazo de vigência igual ou superior ao período da concessão ou permissão. Não há qualquer norma jurídica que exija isso. A outorgada deverá providenciar a renovação da licença antes que expire, de modo a manter as condições de habilitação. Se não o fizer, estará sujeita à aplicação das sanções administrativas cabíveis. **(grifamos)**

23. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com **status** "negativa", segundo consulta realizada na data de 12 de março de 2024 (SEI 11416984 - Pág. 1). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11416984 - Págs. 3-7). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.161/2004 não se aplica ao caso em apreço.**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfbbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Nóda Técnica 4397 (11416984)

SEI 53113.026522/2023-13 / pg. 83

601bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

24. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Lages/SC, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11414786).

CONCLUSÃO

25. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica** à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

26. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

27. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentos de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

28. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa** devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 16/03/2024, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vianna**, **Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 16/03/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada**, em 15/03/2024, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nóbrega**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fa1>

Nota Técnica 4397 (11416036)

SEI 53113.026522/2023-13 / pg. 84

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fa1



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11415036** código CRC **BDFA442D**

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11415156)
- Minuta de Exposição de Motivos (11415166)

Referência processo nº 53115.026522/2023-13

Documento nº 11415036



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.026522/2023-13,

R E S O L V E

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 75.452.284/0001-56, número de inscrição no FISTEL nº 50414189345, a partir de 1º de maio de 2024, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lages, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 15/05/2024, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Minuta de Portaria (11419136)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 86

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Viçache**, **Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada**, em 15/03/2024, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nogueira**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11415156** código CRC **9C732AA5**

Referência: Processo nº 53115.026522/2023-13

Documento nº 11415156



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Minuta de Portaria (11415156)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 87

6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

*** MINUTA DE DOCUMENTO**

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.026522/2023-13, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4.397/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2024, a concessão outorgada à RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA (CNPJ nº 75.452.284/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 871, de 15 de outubro de 1955, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lages, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 12/05/2024, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Minuta de Exposição de Motivos (11413166)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 88

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada**, em 15/03/2024, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nogueira**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11415166** código CRC **D0185297**

Referência: Processo nº 53115.026522/2023-13

Documento nº 11415166



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Minuta de Exposição de Motivos (11415166)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 89

6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 12583, DE 18 DE MARÇO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.026522/2023-13,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 75.452.284/0001-56, número de inscrição no FISTEL nº 50414189345, a partir de 1º de maio de 2024, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lages, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezen**, Ministro de Estado das Comunicações, em 18/03/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11427355** código CRC **2D11623D**

Referência: Processo nº 53115.026522/2023-13

Documento nº 11427355



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/gd1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Portaria 12583 Renovação FM (11427355)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 90

6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 18 de março de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.026522/2023-13, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4397/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12583, de 18 de março de 2024, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2024, a concessão outorgada à RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA. (CNPJ nº 75.452.284/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 871, de 15 de outubro de 1955, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lages, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, Ministro de Estado das Comunicações, em 18/03/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11427358** código CRC **584C73AE**

Referência: Processo nº 53115.026522/2023-13

Documento nº 11427358



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Exposição de Motivos 207 - Renovação FM (11427358)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 91

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48269/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 12583/2024(11427355) e a Exposição de Motivos nº 207/2024 (11427358)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 4397/2024 (11415036), encaminho a Portaria nº 12583/2024(11427355) e a Exposição de Motivos nº 207/2024 (11427358), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 22/03/2024, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11427366** código CRC **FA6D4076**

Referência: Processo nº 53115.026522/2023-13

Documento nº 11427366



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fa0>

Ofício Interno 48269 (11427355)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 92

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fa0

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 28/03/2024 17:40:07
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 10247362
Data prevista de publicação: 01/04/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21506019	ATO PORTARIA MCOM NA 12557.rtf	bdbcd84bf5c4c7a6ce812ed305bfdc55	5,00	R\$ 194,60
21506020	ATO PORTARIA MCOM NA 12569.rtf	9cd23b2446a1a1b7fe575afbcddc950fb	9,00	R\$ 350,28
21506021	ATO PORTARIA MCOM NA 12526.rtf	c8964ccb6c6853c23f14b32d53eded3f	8,00	R\$ 311,36
21506022	ATO PORTARIA MCOM NA 12579.rtf	f85679178294aadfcd74d0c2ce437ddb	8,00	R\$ 311,36
21506023	ATO PORTARIA MCOM NA 12583.rtf	d5cd52a9f5a7e9fcb717c6c8ba22206b	8,00	R\$ 311,36
21506024	ATO PORTARIA MCOM NA 12363.rtf	b15259a3285547e554b3f9d890870090	8,00	R\$ 311,36
21506025	ATO PORTARIA MCOM NA 12529.rtf	350d46a2e969f982f47620b87b7f117f	8,00	R\$ 311,36
21506026	ATO PORTARIA MCOM NA 12528.rtf	40bdc71c26aaf10f6b85c048ba21094f	8,00	R\$ 311,36
21506028	ATO PORTARIA MCOM NA 12527.rtf	f8646c9b24cbafee692a81a03e363173	8,00	R\$ 311,36
21506029	ATO PORTARIA MCOM NA 12515.rtf	d7e4079ba94979edcf844a7e4ac0d38e	9,00	R\$ 350,28
21506030	ATO PORTARIA MCOM NA 12546.rtf	314cf08d504a6ade62f3b6eb961f61f7	9,00	R\$ 350,28
21506031	ATO PORTARIA MCOM NA 12566.rtf	346ffaa6be7076996c474994bbcea2bc	9,00	R\$ 350,28
TOTAL DO OFICIO			97,00	R\$ 3.775,24

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/04/2024 | Edição: 62 | Seção: 1 | Página: 12

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.583, DE 18 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, e no disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.741, de 13 de setembro de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como no Processo nº 53115.026522/2023-13, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à Rádiorádio Lages, de jurisdição jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 75.452.284/0001-56, número de inscrição nº 12.583.0001-56, a partir de 1º de maio de 2024, para executar, pelo prazo de dez anos, sem prejuízo de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, no município de Lages, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é regida e reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e demais normas em vigor.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Conselho de Administração, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

Id solicitação: 57dbac57b32c0

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO ARAUCARIA LTDA.	
Nome Fantasia: RADIO ARAUCARIA	
Telefone: (49) 32213110	E-mail: mhc@scc.com.br
CNPJ: 75.452.284/0001-56	Número do Fistel: 50414189345
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/2004	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 01/05/2034	
Observações: Ato nº 647, de 14 de março de 2016, publicado no DOU de 23/03/2016, Seção 1, Página 67.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA CARLOS JOFFRE DO AMARAL	Complemento: 2. ANDAR	
Bairro: CENTRO	Numero: 67	
Município: Lages	UF: SC	CEP: 88501015

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rua Carlos Jofre do Amaral	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 67	
Município: Lages	UF: SC	CEP: 88501015

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua das Torres	Complemento: Morro do Pandolfo	
Bairro: Cidade Alta	Numero: S/N	
Município: Lages	UF: SC	CEP: 88516620

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Carlos Jofre do Amaral	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 67	
Município: Lages	UF: SC	CEP: 88501015

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Lages	UF: SC

Parâmetros Técnicos			
Canal: 221	Frequência: 92.1 MHz	Classe: A3	ERP Máxima: 7.9294kW
HCI: 59.3 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24/10/2023 10:04:47 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura-camarades-br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fd25fad>

Relatório Canal Renovação (1/450349)

SEI 53115-326522/2023-13 / pg. 95

Informações Gerais	
Número da Estação: 1012543797	Número Indicativo: ZYV294
Data Último Licenciamento: 16/02/2024	Número da Licença: 53500.111733/2023-07

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 27° 48' 47.02" S	Longitude: 50° 22' 18.01" W	Cota da base: 1038.0 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 6000 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 5.0 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA	Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM		
Comprimento da Linha: 71 m	Atenuação: 0.63 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: FA04RU221	Fabricante: IDEAL IND. E COM. DE ANTENAS LTDA				
Ganho: 2.95 dBd	Beam-Tilt: 3 °	Orientação NV: 90 °	Polarização: Circular	HCI: 59.3 m	ERP Máxima: 7.93 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.5	5°: 0.3	10°: 0.2	15°: 0.1	20°: 0	25°: 0	30°: 0.1	35°: 0.2	40°: 0.3	45°: 0.3	50°: 0.4	55°: 0.4
60°: 0.5	65°: 0.6	70°: 0.6	75°: 0.6	80°: 0.6	85°: 0.6	90°: 0.5	95°: 0.5	100°: 0.5	105°: 0.5	110°: 0.5	115°: 0.5
120°: 0.5	125°: 0.5	130°: 0.5	135°: 0.5	140°: 0.5	145°: 0.5	150°: 0.5	155°: 0.5	160°: 0.5	165°: 0.5	170°: 0.5	175°: 0.5
180°: 0.6	185°: 0.6	190°: 0.6	195°: 0.6	200°: 0.6	205°: 0.7	210°: 0.7	215°: 0.8	220°: 0.8	225°: 0.9	230°: 0.9	235°: 1
240°: 1	245°: 1.1	250°: 1.2	255°: 1.2	260°: 1.3	265°: 1.3	270°: 1.4	275°: 1.5	280°: 1.5	285°: 1.5	290°: 1.5	295°: 1.5
300°: 1.5	305°: 1.4	310°: 1.4	315°: 1.4	320°: 1.3	325°: 1.2	330°: 1.1	335°: 1	340°: 0.9	345°: 0.8	350°: 0.7	355°: 0.6

Coordenadas por radial											
0°: Lat 27°34'21.51" S Lon 50°22'18.01" W	5°: Lat 27°34'34.24" S Lon 50°20'53.84" W	10°: Lat 27°33'52.59" S Lon 50°19'20.11" W	15°: Lat 27°34'28.03" S Lon 50°17'58.37" W	20°: Lat 27°34'27.34" S Lon 50°16'50.16" W	25°: Lat 27°34'50.83" S Lon 50°14'58.2" W	30°: Lat 27°36'0.78" S Lon 50°13'58.98" W	35°: Lat 27°36'42.17" S Lon 50°12'45.49" W	40°: Lat 27°37'39.96" S Lon 50°11'46.64" W	45°: Lat 27°38'34.53" S Lon 50°10'47.15" W	50°: Lat 27°39'45.39" S Lon 50°9'50.10" W	55°: Lat 27°40'27.21" S Lon 50°8'53.06" W
60°: Lat 27°41'26.41" S Lon 50°7'57.59" W	65°: Lat 27°42'28.37" S Lon 50°7'2.86" W	70°: Lat 27°43'41.99" S Lon 50°6'34.01" W	75°: Lat 27°44'59.64" S Lon 50°6'22.99" W	80°: Lat 27°46'12.46" S Lon 50°5'53.59" W	85°: Lat 27°47'27.66" S Lon 50°5'25.99" W	90°: Lat 27°48'45.92" S Lon 50°4'49.75" W	95°: Lat 27°50'8.34" S Lon 50°4'32.15" W	100°: Lat 27°51'27.76" S Lon 50°5'0" W	105°: Lat 27°52'56.91" S Lon 50°4'38.18" W	110°: Lat 27°54'3.15" S Lon 50°5'52.17" W	115°: Lat 27°54'50.01" S Lon 50°7'35.18" W
120°: Lat 27°55'49.6" S Lon 50°8'28.23" W	125°: Lat 27°56'11.25" S Lon 50°1'0" W	130°: Lat 27°57'23.24" S Lon 50°0'40.87" W	135°: Lat 27°59'28.68" S Lon 50°1'0" W	140°: Lat 27°59'49.64" S Lon 50°1'14.79" W	145°: Lat 28°1'22.26" S Lon 50°12'18.67" W	150°: Lat 28°0'27.07" S Lon 50°14'40.08" W	155°: Lat 28°1'25.49" S Lon 50°15'37.27" W	160°: Lat 28°2'20.22" S Lon 50°16'42.63" W	165°: Lat 28°3'15.03" S Lon 50°17'54.44" W	170°: Lat 28°3'22.7" S Lon 50°19'23.04" W	175°: Lat 28°2'31.43" S Lon 50°20'56.29" W
180°: Lat 28°2'34.58" S Lon 50°22'18.01" W	185°: Lat 28°3'13.95" S Lon 50°23'43.96" W	190°: Lat 28°2'59.35" S Lon 50°25'8.31" W	195°: Lat 28°2'38.39" S Lon 50°26'30.43" W	200°: Lat 28°2'24.67" S Lon 50°27'55.24" W	205°: Lat 28°1'21.19" S Lon 50°28'56.48" W	210°: Lat 28°0'47.6" S Lon 50°30'9.4" W	215°: Lat 28°0'51.21" S Lon 50°31'52.66" W	220°: Lat 27°59'20.61" S Lon 50°32'20.42" W	225°: Lat 27°58'45.15" S Lon 50°33'35.83" W	230°: Lat 27°57'59.75" S Lon 50°34'44.58" W	235°: Lat 27°56'38.39" S Lon 50°35'0.99" W
240°: Lat 27°55'59.05" S Lon 50°6'26.41" W	245°: Lat 27°54'56" S Lon 50°7'15.45" W	250°: Lat 27°53'56.7" S Lon 50°8'38.23.67" W	255°: Lat 27°52'41.09" S Lon 50°8'50.43" W	260°: Lat 27°51'18.82" S Lon 50°8'37.92" W	265°: Lat 27°50'2.71" S Lon 50°38'49.06" W	270°: Lat 27°48'45.93" S Lon 50°9'40.91" W	275°: Lat 27°47'22.15" S Lon 50°0'19.44" W	280°: Lat 27°46'3.28" S Lon 50°39'40.47" W	285°: Lat 27°44'53.45" S Lon 50°38'38.9" W	290°: Lat 27°43'56.68" S Lon 50°37'16.73" W	295°: Lat 27°42'46.49" S Lon 50°36'49.5" W
300°: Lat 27°41'50.2" S Lon 50°35'52.09" W	305°: Lat 27°40'49.03" S Lon 50°35'7.92" W	310°: Lat 27°40'6.77" S Lon 50°33'57.41" W	315°: Lat 27°39'1.4" S Lon 50°31'18.64" W	320°: Lat 27°38'41.8" S Lon 50°31'50.98" W	325°: Lat 27°38'23.25" S Lon 50°30'38.84" W	330°: Lat 27°37'43.53" S Lon 50°29'30.26" W	335°: Lat 27°37'8.43" S Lon 50°28'25.59" W	340°: Lat 27°37'22.86" S Lon 50°26'59.02" W	345°: Lat 27°35'50.5" S Lon 50°26'12.78" W	350°: Lat 27°34'34.63" S Lon 50°25'7.57" W	355°: Lat 27°33'42.27" S Lon 50°23'47.3" W

Distância por radial											



0°: 26.7	5°: 26.4	10°: 28.1	15°: 27.5	20°: 29.1	25°: 28.5	30°: 27.3	35°: 27.3	40°: 26.9	45°: 26.7	50°: 26	55°: 26.9
60°: 27.2	65°: 27.6	70°: 27.5	75°: 27	80°: 27.3	85°: 27.8	90°: 28.6	95°: 29.2	100°: 28.8	105°: 30	110°: 28.6	115°: 26.6
120°: 26.1	125°: 24	130°: 24.8	135°: 28.1	140°: 26.7	145°: 28.5	150°: 25	155°: 25.9	160°: 26.7	165°: 27.8	170°: 27.5	175°: 25.6
180°: 25.6	185°: 26.9	190°: 26.7	195°: 26.6	200°: 26.9	205°: 25.7	210°: 25.7	215°: 27.3	220°: 25.6	225°: 26.1	230°: 26.6	235°: 25.4
240°: 26.7	245°: 27	250°: 28.1	255°: 28.1	260°: 27.2	265°: 27.2	270°: 28.5	275°: 29.7	280°: 28.9	285°: 27.8	290°: 26.1	295°: 26.3
300°: 25.7	305°: 25.7	310°: 25	315°: 25.6	320°: 24.4	325°: 23.5	330°: 23.7	335°: 23.8	340°: 22.5	345°: 24.8	350°: 26.7	355°: 28.1

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 7.93 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	874	Portaria	MC	15/10/1955	19/10/1955	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
01250012620201688	599	Despacho	MCTIC	12/05/2017	19/05/2017	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	89712	Decreto	PR	29/05/1984	30/05/1984	Transferência Direta	Jurídico
9999	91571	Decreto	PR	23/08/1985	26/08/1985	Renovação	Jurídico
9999	230687	Despacho	MC	23/06/1987		Multa	Jurídico
9999	5	Ofício	MC	07/01/1988		Advertência	Jurídico
9999	655	Ato	MC	20/08/1992		Multa	Jurídico
9999	200892	Despacho	MC	20/08/1992		Advertência	Jurídico
9999	1111	Decreto	PR	13/06/2001	15/06/2001	Renovação	Jurídico
9999	449	Decreto Legislativo	CN	13/08/2004	16/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	0	Decreto	PR	29/03/2010	30/03/2010	Renovação	Jurídico
9999	91	Decreto Legislativo	CN	03/05/2012	04/05/2012	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.025272/201	4211	Ato	ORLE	13/10/2016	26/10/2016	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico



6-13							
53500106749202390	16858	Ato	ORLE	04/12/2023	11/12/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000067049201331	12376	Portaria	MC	29/02/2024	19/03/2024	Renovação	Jurídico
53115026522202313	12583	Portaria	MC	18/03/2024	01/04/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento
00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48800/2024/MCOM

Brasília, 01 de abril de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11427358)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 4397/2024 (11415036), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 207/2024 (1142580), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, Assistente, em 01/04/2024, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11450555** código CRC **4EDB931E**

Referência: Processo nº 53115.026522/2023-13

Documento nº 11450555



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Ofício Interno 48800 (11450555)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 99

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

Brasília, 3 de abril de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.026522/2023-13, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4397/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12583, de 18 de março de 2024, publicada em 1 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2024, a concessão outorgada à RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA. (CNPJ nº 75.452.284/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 871, de 15 de outubro de 1955, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lages, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Exposição de Motivos nº 00262/2024 MCOM (1145633)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 100

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 11736/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.026522/2023-13

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 04/04/2024, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11456528** código CRC **7712608B**

Referência: Processo nº 53115.026522/2023-13

Documento nº 11456528



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Ofício 11736 (11456528)

SEI 53115.026522/2023-13 / pg. 101

6d1bbba1cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

EM nº 00262/2024 MCOM

Brasília, 3 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.026522/2023-13, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4397/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12583, de 18 de março de 2024, publicada em 1 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2024, a concessão outorgada à RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA. (CNPJ nº 75.452.284/0001-56), nos termos da Portaria MVOP nº 871, de 15 de outubro de 1955, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lages, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.
2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.
3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.
4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada -

6 b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por

Estados c - Nacionais:

Ondas médias -

2 Ondas curtas -

2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de: [...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

Portanto, a MJR não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora unitária ou com fins

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>



6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida ; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados os há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>



por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de preempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de preempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.
I) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022.	

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fiel; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica poderá ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 2º do

Assinado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente [11](#).

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos tributos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.

Prova de regularidade relativa à seguridade social. Art. 113, inciso VIII, do RSR.

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>



FGTS.	
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora **[em frequência modulada/ondas**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

Notas

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
 2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
 3. Encaminhem conforme proposto.
- Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/04/2024 | Edição: 62 | Seção: 1 | Página: 12

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.583, DE 18 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, e no disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.130, de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.026522/2023-13, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO ARAUCÁRIA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 75.452.284/0001-56, número de inscrição no FIST nº 123456789, a partir de 1º de maio de 2024, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de preferência, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão de frequência modulada, no município de Lages, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Conselho de Administração, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 4397/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.026522/2023-13

INTERESSADA: RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Araucária Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 75.452.284/0001-56**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Lages/SC, vinculado ao **FISTEL nº 50414189345** referente ao período de 1º de maio de 2024 a 1º de maio de 2034.

ANÁLISE

2. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

3. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/doc/bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Nota Técnica 4397 (14/5036)

SEI/53115.026522/2023-13 / pg. 1

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

4. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

5. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Araucária** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Portaria MVOP nº 871, de 15 de outubro de 1955 (SEI 11415045 - Pág. 1). Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada os autos (SEI - 11415045 - Págs. 5-6).

6. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2004-2014**, de acordo com o Decreto s/nº, de 29 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2010 e cancelado pelo Decreto Legislativo nº 91, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 4 de maio de 2012, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 19** **2004** (SEI 11415045 - Págs. 3-4).

7. Concernente ao período de **2014-2024** pessoa jurídica interessada protocolizou o requerimento de renovação da outorga no dia 14 de novembro de 2013, gerando o protocolo nº 53000.067049/2013-31, acompanhado da documentação instrutória. O referido processo administrativo se encontra em fase de instrução, porquanto o mencionado período ainda não expirou, aguardando apenas a assinatura dos atos pela(s) autoridade(s) competente(s) no âmbito do Poder Executivo.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fdd>

Nota Técnica 4397 (14/10/2022)

SEI 33115-026322/2023-13 / pg. 2

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fdd

8. De todo modo, deve-se salientar que, ainda que aquele período de outorga expire sem a respectiva renovação, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado per limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente"*

9. Pela análise dos autos, observa-se que, em **10 de outubro de 2023**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2024-2034** (SEI 11158774). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 1º de maio de 2023 a 1º de maio de 2024.

10. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11412849). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

11. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

12. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11412849).

13. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os atos fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Anuário de Controle Societário – SIACCO, em 12 de março de 2024 (SEI 11416984 - Págs. 13-14).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Nota Técnica 4397 (14/10/2023)

SEI 33115-026322/2023-13 / pg. 3

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

16).

14. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Carlos Joffre do Amaral Netto e a sócia Rita de Cássia Ribeiro Amaral compõem o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão de sons em imagens, na localidade de Lages/SC; e o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Urubici/SC.

15. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11416984 - Págs. 9-12). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão pela detentora da outorga (SEI 11415866).

16. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11412849).

17. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11415017- Pág. 1).

18. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que **"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no Decreto nº 52.795/63"**, a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém **as mesmas condições dele decorrentes**, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

19. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8bb4cd25fad>

Nota Técnica 4397 (14/5036)

SEI 33115-026322/2023-13 / pg. 4

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8bb4cd25fad

Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Nota Técnica 4397 (14/05/20)

SEI/33115:026322/2023-13 / pg. 5

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

21. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será condição para emissão da nova licença para funcionamento da estação*

22. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 16 de fevereiro de 2024, **com validade até 1º de maio de 2024** (SEI 11416984 - Pág. 2). Sobre o prazo de vigência da licença de funcionamento das estações, a unidade consultiva, por intermédio do Despacho nº 00011/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (Processo Administrativo nº 01250.071072/2018-90), exarou o seguinte posicionamento, a saber:

(...) 16. Em relação ao prazo de vigência da licença de funcionamento da estação por ocasião da renovação de outorga, no DESPACHO n. 02373/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 01250.010513/2020-00) já me manifestei no seguinte sentido:

(...)

Conforme o PARECER REFERENCIAL n.00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP:00738.000159/2023-12), uma das condições para a renovação de outorgas de radiodifusão é que a estação esteja devidamente licenciada. Certamente isso não justifica concluir que o prazo da licença de funcionamento da estação no momento da renovação da outorga deve obrigatoriamente abranger todo o período de prorrogação. Antes de expirar a licença, o radiodifusor deve providenciar a sua renovação e se não o fizer deverão ser aplicadas as sanções cabíveis. **O poder público não pode exigir que o interessado providencie uma nova licença de funcionamento da estação antes de expirar a atual, já possui uma licença válida.** não tem cabimento a exigência que consta da COTA n. 00179/2023/CONJURMCOM/CGU/AGU (seq. 50).

(...)

17. Portanto, **fica esclarecido que para que a renovação de outorga possa ser dada em cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, é necessário que o interessado providencie a renovação da licença antes de expirar a atual, já possui uma licença válida.** **Assim, não que o prazo de validade da licença abranja todo o período de prorrogação.**

18. É certo que a outorgada é obrigada a manter as condições de habilitação durante todo o curso da outorga, Mas obviamente isso não quer dizer que a licença deva obrigatoriamente ter prazo de vigência igual ou superior ao período da concessão ou permissão. Não há qualquer norma jurídica que exija isso. A outorgada deverá providenciar a renovação da licença antes que expire, de modo a manter as condições de habilitação. Se não o fizer, estará sujeita à aplicação das sanções administrativas cabíveis. **(grifamos)**

23. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com **status** "negativa", segundo consulta realizada na data de 12 de março de 2024 (SEI 11416984 - Pág. 1). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11416984 - Págs. 3-7). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.161/2005, não se aplica ao caso em apreço.**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/601bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

Nota Técnica 4397 (14/5036)

SEI 33115-026322/2023-13 / pg. 6

601bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

24. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Lages/SC, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11414786).

CONCLUSÃO

25. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica** à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

26. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

27. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

28. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa** devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 16/03/2024, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Viçosa**, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 16/03/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, Advogada, em 15/03/2024, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nóbrega**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 15/03/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 15/03/2024, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b6fdd25fa1>

Nota Técnica 4397 (14/1/2023)

SEI 33115-026322/2023-13 / pg. 7

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b6fdd25fa1



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11415036** código CRC **BDFA442D**

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11415156)
- Minuta de Exposição de Motivos (11415166)

Referência processo nº 53115.026522/2023-13

Documento nº 11415036



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 08 de abril de 2024

Ao Protocolo da SAJ, SAG, CGINF, SE/CC,

Assunto: Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, de 1º de maio de 2024, a concessão outorgada à RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA. (CNPJ nº 75.452.284/0001-56), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lages, estado de Santa Catarina.

1. Encaminhamento a EXM 262 2024 MCOM, para análise e providências.

BRENO BAJO DUTRA
Divisão de Publicação de Atos Oficiais



Documento assinado eletronicamente por Breno Bajo Dutra, em 08/04/2024, às 15:53, conforme horário de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 5091852 e o código https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_ace

Referência: Processo nº 53115.026522/2023-13

SUPER nº 5091852

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica

Referência: Exposição de Motivos nº 262/2024 MCOM, do Ministério das Comunicações.

Despacho:

Arquivar temporariamente o presente processo na SE/CC/PR, o qual trata de serviço de representação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR - órgãos competentes para analisar o tema - Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante a Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por Duncan Frank Semple, Subsecretário(a), em 08/04/2024, às 23:15, conforme Ato de 08/04/2024 do SGP, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 5092182 e o código de verificação https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_ace

Referência: Processo nº 53115.026522/2023-13

SUPER nº 5092182

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.026522/2023

Nota SAJ - Radiodifusão nº 385 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53115.026522/2023-13

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.026522/2023-13, outorga do serviço de radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM) [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA CNPJ nº 75.452.284/0001-56, na localidade de [redacted].
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada prossegue a continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade da

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais, que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Regulamento do Serviço de Radiodifusão - RSR, pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. O Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência é do Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrados no art. 37 da Constituição, previsto no Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, a Consultoria Jurídica do MCOM manifestou que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a necessária e seu requerimento de renovação do serviço de radiodifusão técnica e jurídica, com análise dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo MCOM, suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base no de Estado publicado, a renovação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 223 da Constituição, as outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *administra vo complexo* à outorga, na medida em que vinculou a função execu va, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legisla va, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 1º, CF. *administra vo complexo* resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou coletivos, para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de poderes públicos distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo.

9. Aponta-se ainda que eventuais implementações e atualizações das omissões eventuais existentes quanto à documentação apresentada pela petição podem ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apuradas pelo próprio, de competência do MCOM [4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionando o processo nº 53115.026522/2023-11, *que não é óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional*, nos termos do art. 223 da Constituição Federal.

VICTOR CASTRO FERNANDES DE SOUSA

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

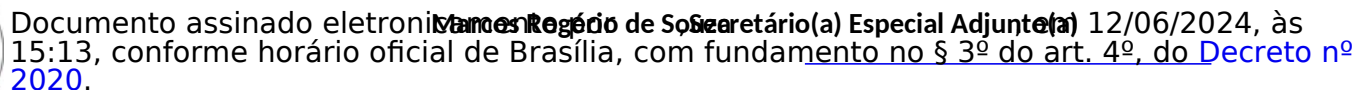
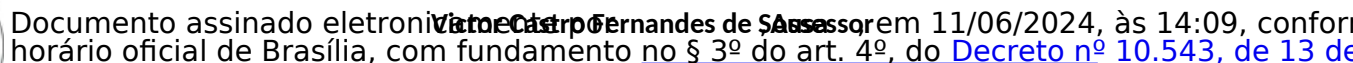
[1] **Frequência Modulada (FM)** largamente utilizada para transmissão de voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade de áudio e alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece um áudio limpo, livre de ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RO D RI GUES JUNI O R, *Octavio, Lúcia - A função da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*, Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006. No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.





Referência Processo nº 53115.026522/2023-13

SUPER n^o 5780613



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

5d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 424/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/

PROCESSO SEI Nº 53115.026522/2023-13.

INTERESSADO(AJ)/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00262/2024 MCOM, de 3 de Abril de 2024, do Ministério das Com

ASSUNTO: Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em município de Lages (SC).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Mo vos nº 00262/2024 MCOM (5091268), da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.026522/2023-13, acompanhado da [março de 2024](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em pelo prazo de dez anos, a partir de maio de 2024, no município de Lages, estado de Santa Catarina, se para a empresa RÁDIO ARAUCÁRIA LTDA CNPJ sob o nº 75.452.284/0001-56, de acordo com o c do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#) em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#).
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos servi à renovação decorre do cumprimento da empresa de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais, na perspectiva da técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico Referencial nº 00010/2023/CONJUR/MCOM (5091253), que info que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos servi órgãos con é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
 - Nota Técnica nº 4397/2024/SEI-MCOM, de 15/03/2024 (5091844), da Secretaria de Co (SECOE/MCOM), atre, em o parecer jurídico referencial registra o item 2 do caso concreto dispensa a análise jurídica individualizada e conclui pela viabilidade do deferimento outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Dec
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 15/03/202 de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legisla
5. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) mantém cadastradas as seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Controle Social](#)
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado Especial](#) que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#)
6. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível c [Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	75.452.284/0001-56
NOME EMPRESARIAL:	RADIO ARAUCARIA LTDA.
CAPITAL SOCIAL:	R\$18.000,00 (Dezoito mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	RITA DE CASSIA RIBEIRO AMARAL
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	CARLOS JOFFRE DO AMARAL NETTO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 14/06/2024 às 14:47 (data e hora de Brasília).

7. Nesse sen do, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com a legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de suspensão do processo administrativo, e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo desta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) no seguimento do feito conforme com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

8. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no art. 3º, § 1º, do Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023, c/c art. 49 do Decreto nº 12.002, de 22 de maio de 2019, sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República para emitir manifestação final quanto à legalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico brasileiro.

À consideração superior.

Brasília, 14 de junho de 2024.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, 14 de junho de 2024.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para providências cabíveis.

Brasília, 14 de junho de 2024.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pelo Decreto nº 4.117, de 27 de agosto de 1962

[2] Aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963

[3] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio do Parecer Jurídico Referencial nº 2014-00001, de 14 de maio de 2014, que dispõe sobre a análise jurídica individualizada das manifestações jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume das manifestações jurídicas impactantes; b) a atuação do órgão consultado; c) a natureza jurídica da manifestação; d) a necessidade de se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos. Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad

[4] O **SIACCO** é o sistema de controle da Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a obtenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A sua utilização é exclusiva dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações e radiodifusão.

[5] O **MOSAICO** é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O sistema de Radiodifusão (SC R) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho**, Assessor(a), em 12/09/2024, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Barcelos Cavallho Du Souto**, Secretário(a) Adjunto(a), em 12/09/2024, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Barcelos Cavallho Du Souto**, Secretário(a) Especial, em 12/09/2024, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 5821684 e o código de verificação https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso=5821684.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.026522/2023-13

SUPER nº 5821684

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. -- Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad>

6d1bbba1-cf95-4117-83db-d8b4fdd25fad